



**BANCO CENTRAL**  
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE —

# Relatório de **Estabilidade Financeira**



2023

# RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

2023

Publicação Anual da Direcção de  
Supervisão Macroprudencial do Banco  
Central de São Tomé e Príncipe

**Relatório de Estabilidade Financeira |2023 \* Banco Central de São Tomé e Príncipe**  
| Avenida Marginal 12 de Julho | Edifício Banco Central de São Tomé e Príncipe | CP nº  
13 \* [www.bcstp.st](http://www.bcstp.st) \* Telefone 00239 22 43 700 \* Fax 00239 22 22 777

## Conteúdo

I.	SUMÁRIO EXECUTIVO .....	1
II.	PERSPECTIVA GLOBAL DA ESTABILIDADE FINANCEIRA.....	3
2.1	<b>Principais riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro</b> .....	3
2.2	<b>Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro</b> .....	5
2.2.1	Análise da Economia Internacional .....	6
2.2.2	Desenvolvimento da Economia Nacional .....	9
2.3	<b>Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do seCtor não financeiro</b> .....	26
2.3.1	Famílias .....	26
2.3.2	Instituições não financeiras .....	32
2.4	<b>Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector Financeiro</b> .....	37
2.4.1	Riscos relacionados com o Sector Bancário .....	37
2.4.2	Riscos relacionados com o Sector Segurador .....	64
2.5	<b>Desafios das mudanças climáticas</b> .....	72
2.6	<b>Riscos relacionados com as infraestruturas do mercado financeiro</b> .....	76
III.	PRINCIPAIS MEDIDAS PARA A INVERSÃO DO QUADRO DA CRISE DAS RIL.....	79
	ANEXOS.....	82

## I. Sumário executivo

A estabilidade do sistema financeiro é condição essencial para o funcionamento eficiente da economia, contribuindo para a intermediação de recursos, a gestão de riscos e o financiamento da actividade produtiva.

Neste contexto, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), elabora o presente Relatório de Estabilidade Financeira com o objectivo de apresentar uma análise abrangente das condições actuais da estabilidade financeira nacional, avaliando os principais indicadores económicos, o desempenho do sistema financeiro e os potenciais riscos que podem afectar a solidez e o funcionamento eficiente do mercado.

Este relatório evidencia uma perspectiva global sobre o ambiente macroeconómico, o comportamento do sector financeiro e a saúde das instituições financeiras. Além disso, reflecte sobre os principais desafios à estabilidade financeira no curto e médio prazo.

A publicação deste relatório reforça o compromisso com a transparência e a prestação de contas, ao fornecer informações relevantes para formuladores de políticas públicas, agentes de mercado e a sociedade em geral.

Dos principais riscos decorrentes do contexto económico e geopolítico de elevada incerteza, realçam-se a persistência de pressões inflacionistas e desaceleração da actividade económica mundial. Com efeito, a política monetária manteve-se restrictiva nos principais bancos centrais em 2023, o que impactou de forma negativa o crescimento da economia global. Neste âmbito, a actividade económica mundial continuou a ser marcada pelo fraco crescimento, registando um abrandamento de 2,0 p.p face a 2022, sendo a economia da Área Euro, a mais afectada pela guerra, praticamente estagnada e a economia dos EUA e da China aceleradas. Em termos de perspectiva para os anos 2024 e 2025, as projecções do FMI (WEO, Outubro de 2024) apontam para a manutenção do crescimento económico global ao nível de 2023 e desaceleração da taxa de inflação para 5,8% e 4,3%, respectivamente.

Ao nível interno, registou-se o aumento do risco inerente ao crescimento e, o país atravessou um clima tendente a crise económica e social, impulsionado por diversos

factores, dentre os quais, o estrangulamento do financiamento externo e interno e o aprofundamento da crise cambial. Esses factores, em conjunto, conduziram a uma pressão acrescida sobre as contas públicas e condicionaram a realização de investimentos público e privado.

O financiamento do sector privado foi preterido em prol do sector público, dando origem à um aumento expressivo de exposição das instituições financeiras face ao Estado, e consequentemente, o incremento dos riscos para a estabilidade financeira, pese embora os indicadores do sistema financeiro apresentem uma evolução positiva. Além destes riscos, verificou-se igualmente, o surgimento de um novo risco para o sistema financeiro nacional, associado ao fenómeno de emigração, o que fez aumentar o nível de crédito malparado para 11,9% (contra 8,1% no ano de 2022).

Consequentemente, a economia praticamente estagnou e a taxa de inflação continuou elevada, apesar da desaceleração nos preços das principais categorias de produtos.

Para assegurar a estabilidade de preço e o regime de paridade cambial, o BCSTP, através do Comité de Política Monetária (CPM) reuniu-se duas vezes ao longo do ano 2023, optando pela manutenção da restrictividade na política monetária.

## II. Perspectiva global da estabilidade financeira

### 2.1 Principais riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro

Os riscos para a estabilidade financeira apresentam uma tendência crescente nos últimos anos. Apesar da tendência de descida, a inflação persiste acima do objectivo de médio prazo estabelecido pelo BCSTP, que tem implementado maior restrição na política monetária. Adicionalmente, aumentam-se os sinais de abrandamento da actividade económica.

À guerra na Ucrânia, juntou-se um novo conflito militar no Médio Oriente, cuja escala permanece ainda incerta. Estes acontecimentos acrescentam complexidade à condução de políticas. A situação geopolítica tem um potencial efeito inflacionista, nomeadamente via preços da energia, bem como, um efeito de abrandamento da actividade económica. O actual quadro de incerteza que o país vive agravado pelos riscos emergentes, incluindo as alterações climáticas, são uma nova fonte de risco para a estabilidade financeira.

Neste quadro desfavorável, os principais riscos e vulnerabilidades suscetíveis de provocar perturbação ao sistema bancário e conseqüentemente ameaçar a estabilidade financeira são:

- O aumento da pressão sobre as contas da administração pública e a crítica situação financeira do sector empresarial do Estado. O intenso abrandamento da actividade económica, coadjuvado com a elevada concentração do sistema bancário santomense em determinadas classes de activos. Em particular, assinala-se a **exposição à dívida soberana nacional**, sobretudo sob a forma de títulos emitidos (cerca de 18% do activo total), que tem apresentado uma trajectória ascendente. O aumento da relação entre a banca e o sector público, num contexto de aumento do endividamento público e, conseqüente incremento potencial da exposição ao risco soberano, elevaram a exposição ao risco soberano para aproximadamente 25% do activo total.
- A situação financeira do sector não monetário, caracterizada pelo aumento do **endividamento das famílias**, num contexto de aumento da inflação. A

pressão sobre o rendimento das famílias poderá pôr em causa o cumprimento do serviço da dívida bancária e afectar desta forma a qualidade de carteira de crédito. Estudos mostram que mais de 60% das famílias com acesso ao sector bancário estão endividadas em mais de 40% do seu rendimento.

- O elevado nível de activos não produtivos no balanço das instituições bancárias, com ênfase nos **bens recebidos em dação para pagamento de crédito vencidos**, apesar da tendência decrescente derivada de imposições prudenciais, coadjuvado com o aumento do endividamento das famílias, num contexto de aumento da inflação acompanhada de um aumento de emigração, poderá levar ao aumento do nível de crédito malparado.
- As **elevadas incertezas, quanto à evolução do ambiente económico** externo que condiciona as perspectivas de evolução da economia nacional. O elevado nível de concentração no sector bancário, quer ao nível de total de activos, quer ao nível de créditos e depósitos, sobretudo nas duas maiores instituições bancárias.
- A reduzida dimensão da economia nacional e o grau da dependência face ao exterior eleva a exposição do país a choques externos, pelo que os desenvolvimentos externos, nomeadamente, o aumento da inflação importada e da redução da procura dirigida aos produtos nacionais, impactam a economia real e levam a contracção excessiva do crédito, mudando assim do paradigma, passando as instituições bancárias a focarem de forma **excessiva em produtos e serviços de não juros**.
- Emergência das **alterações climáticas**, a forte exposição do país a riscos climáticos (secas prolongadas, vagas de calor, ocorrência de cheias e o risco de elevação do nível do mar e de furacões) condicionam a actividade económica e impactam o PIB, demandando a prestação de apoios governamentais à mitigação dos efeitos nefastos. Em finais de 2021 (Dezembro) a ilha de São Tomé foi abalada por uma tempestade que causou a maior inundação de que o país tem memória. Quatro meses depois, foi a ilha do Príncipe a sentir o efeito devastador das alterações climáticas, com de igual proporção e com consequências maiores para a economia, o que tem colocado

em causa a execução de políticas públicas para redução da pobreza. Adicionalmente, as necessidades de financiamento de medidas de transição energética exigem a disponibilização de recursos, colocando pressão acrescida às finanças públicas, aumentando o risco soberano.

Caracterizado por ter ótimas paisagens e praias bonitas, São Tomé e Príncipe enfrenta o desafio de preservação da orla costeira, da deflorestação e da poluição crescente. O turismo é considerado como um sector estrutural para o desenvolvimento do país. Neste sentido, o custo económico resultante da materialização do risco decorrente das alterações climáticas será seguramente alto, ou seja, tornará o país mais pobre. Por exemplo o custo directo para a economia, resultante das inundações/cheias de 2021, foi cerca de 6,3% do PIB.

Os riscos financeiros ligados ao clima representam uma preocupação para a estabilidade financeira, pois as instituições financeiras poderão enfrentar novas ameaças decorrentes de perdas registadas e potenciais que os clientes poderiam sofrer como consequência das mudanças climáticas e do seu impacto nos balanços dessas instituições, bem como dos impactos sobre a meta de estabilidade de preços.

Embora a preocupação dos Bancos Centrais pelos riscos financeiros resultantes das mudanças climáticas seja um passo importante, a definição de regulamentações e de instrumentos para mitigar esses riscos ainda se encontra na fase embrionária. Tal como acontece com o BCSTP, vários Bancos Centrais, consideram que os riscos climáticos devem ser incorporados nos modelos de ponderação para efeito de exigência de Pilar I<sup>1</sup>, de forma a estabelecer um regime adequado de provisionamento e suporte de capital.

---

## **2.2 Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro**

---

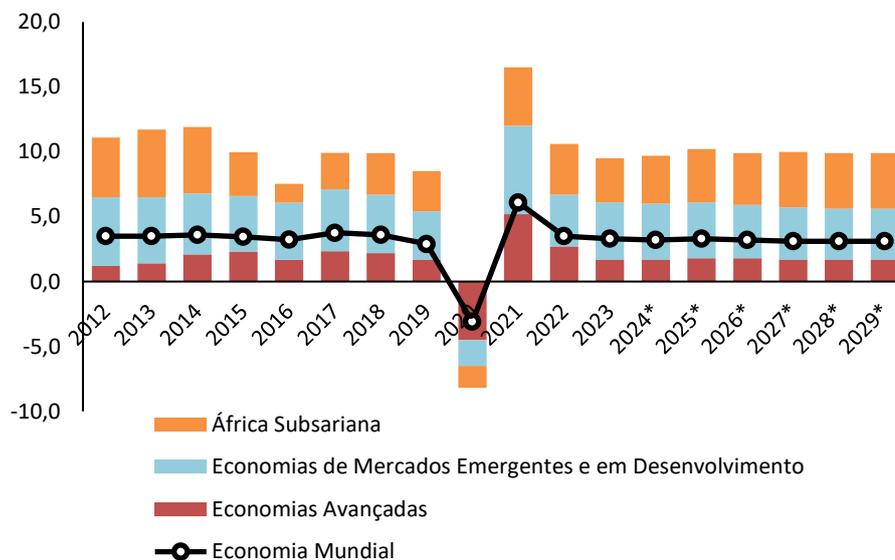
<sup>1</sup> O Pilar I do Acordo de Basileia, estabelecido pelo Comité de Supervisão Bancária da Basileia, define requisitos mínimos de capital para os bancos, com o objectivo de assegurar que possuem reservas suficientes para absorver perdas inesperadas, promovendo assim a estabilidade financeira global.

## 2.2.1 Análise da Economia Internacional

### Resiliência da actividade económica global não obstante a restrictividade da política monetária e os conflitos geopolíticos

O ano 2023 foi marcado pela turbulência nos mercados financeiros e por inúmeros choques, com destaque para o conflito no médio oriente, a prolongada guerra no leste da Europa e contínuos ataques no mar vermelho, uma rota crucial para o comércio de petróleo e gás, que em conjunto impactaram negativamente o comércio global, tendo a economia mundial desacelerado 2 p.p para 3,3%.

#### PIB real global e dos principais grupos de economias, em (%)



Fonte: WEO (Julho 2024)

Com efeito, a actividade das indústrias abrandou nas economias avançadas face ao ano anterior, com a economia da Área Euro (AE) praticamente estagnada (0,5%, contra 3,3% no ano 2022), sendo a mais afectada pela guerra. Por seu lado, a economia dos EUA e da China aceleraram para 2,5% e 5,2%, respectivamente (2,1% e 2,9% em 2022), tendo o mercado de trabalho permanecido robusto tanto nos EUA como na AE.

O crescimento da economia dos países da África Subsaariana, por sua vez, foi afectado essencialmente pelo fraco desempenho do sector petrolífero na Nigéria e do sector

industrial na África do Sul, devido a maior instabilidade energética, o que levou ao agravamento das condições de financiamento.

As perspectivas do FMI apontam para um crescimento da economia mundial (WEO, Outubro 2024) de 3,2%, prevendo uma ligeira aceleração das economias da Área Euro para 0,8%, a estabilização no crescimento dos EUA (2,1%) e dos países da África Subsaariana (3,6%) e a aceleração das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento para 5,2%.

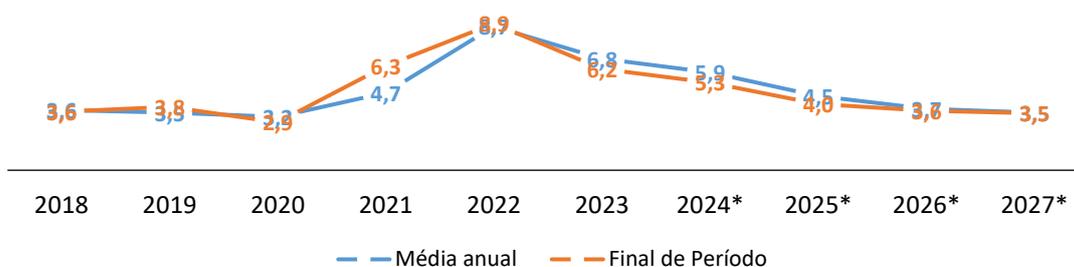
### Desaceleração da inflação global

A inflação mundial permanece ainda elevada, apesar do abrandamento acentuado, tendo atingido 6,8% em média no ano 2023 (8,7% em 2022), o que tem constituído um dos principais riscos para o crescimento económico mundial.

Na AE e nos EUA, a taxa de inflação desacelerou em média para 5,6% e 4,1%, respectivamente, traduzindo a redução de preço dos produtos energéticos. De igual modo, na China, este indicador abrandou 1,7 p.p, situando-se em 0,2%, explicado pelo enfraquecimento da procura interna.

Com uma inflação subjacente ainda persistente, os principais bancos centrais mantiveram a política monetária restrictiva, o que gradualmente poderá alcançar o efeito pretendido, com o FMI a prever um abrandamento da inflação para 5,9% e 4,5% em 2024 e 2025, respectivamente. De realçar que, a essas projecções estão associados os riscos de aumento dos preços das matérias-primas devido a maior risco de fragmentação e perturbações na oferta o que poderão prolongar condições monetárias restritivas.

**Evolução da Inflação Global (%)**

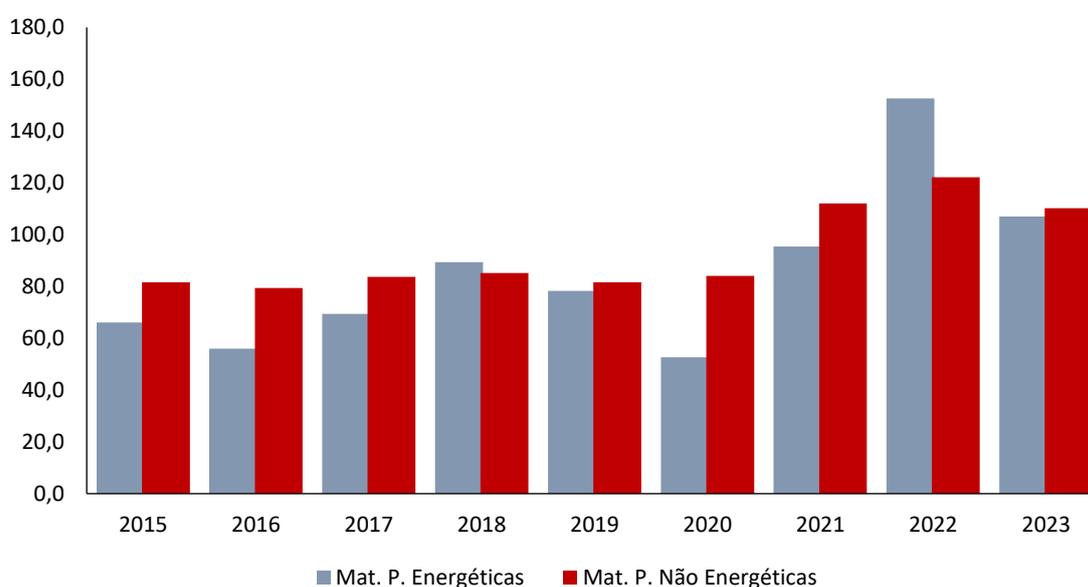


Fonte: WEO (Julho 2024)

Após o crescimento acentuado em 2022, registou-se um recuo nos preços das matérias-primas, pese embora as crescentes tensões comerciais e maior incerteza geopolítica. Os preços das matérias-primas energéticas diminuíram 29,9%, tendo o preço do petróleo<sup>2</sup> registado uma queda de 16,8% (-16,4 USD/bbl), com o *Brent* a apresentar uma queda de 17,2 USD/bbl face ao ano 2022, influenciado pela expectativa de desaceleração da economia mundial e o aumento da produção de petróleo nos EUA.

Em relação ao índice das matérias-primas não energéticas, registou-se uma contracção na ordem de 9,7%, em resultado sobretudo, da queda de preços dos alimentos (9,2%) e dos fertilizantes (34,9%). O preço de cacau atingiu 3,28 USD por quilo, contra 2,39 USD no ano anterior, o valor mais elevado desde 1979, explicado pela queda da produção desta *commodity* face a factores climáticos adversos na África Ocidental<sup>3</sup>.

### **Evolução do Índice de Preço das Matérias-Primas Energéticas e não Energéticas (USD)**



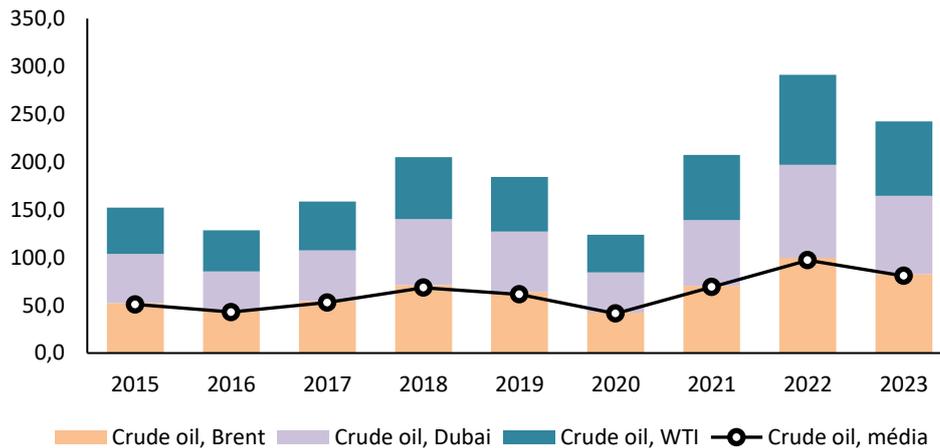
*Fonte: World Bank Commodities - Tratamento do BCSTP*

<sup>2</sup>Média dos mercados Brent, Dubai e WTI (World Bank Commodities)

<sup>3</sup>Região do continente onde se encontra os maiores produtores do cacau do Mundo (Costa do Marfim e Ghana).

O enfraquecimento da procura face as condições financeiras mais restritivas e o aumento da produção do óleo de girassol, conduziram a queda do preço de óleo de palma para 886,45 USD por mt, -30,5% que no ano 2022. Relativamente ao preço do café, verificou-se um decréscimo de 19,4%, situando-se em 4,5 USD por quilo.

### Evolução do Preço do Petróleo, USD/bbl



Fonte: World Bank Commodities - Tratamento do BCSTP

## 2.2.2 Desenvolvimento da Economia Nacional

### Estagnação da economia face ao ambiente económico e social difícil

O ano 2023 foi marcado por várias incertezas que acentuaram ainda mais a crise económica, nomeadamente, aprovação tardia do OGE, negociações com o FMI para um novo programa, exigência de aquisição de combustível a pronto pagamento pela Sonangol, ruptura no stock de combustível, contínua redução dos financiamentos externos, aumento do fluxo migratório, reivindicações do sindicato do sector na saúde, e aprofundamento da crise das reservas cambiais. Estes factores conduziram a uma forte pressão sobre as contas públicas, tendo o Estado recorrido com maior frequência as emissões de bilhete de tesouro, o que fez aumentar a exposição dos bancos e os riscos para a estabilidade financeira. Com efeito, assistiu-se a um enfraquecimento da actividade económica, tendo-se mantido um crescimento do PIB real praticamente nulo.

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para um crescimento real do PIB de 0,4% após 0,2% no ano 2022, reflectindo uma degradação quase que generalizada da actividade económica, com o investimento público a contrair 32,0% face a contínua diminuição do financiamento externo e um maior ajustamento fiscal. O sector primário contraiu 12,4% explicado pela queda da componente agricultura de subsistência (-17,4%) em resultado do aumento do fluxo migratório e redução dos insumos agrícolas. O sector secundário também registou uma contração (-2,1%), em consequência da diminuição do subsector da construção (-2,4%) e das indústrias manufactureiras (-38,6%), e finalmente, o sector terciário desacelerou 3,0 p.p quando comparado com o ano precedente, tendo o subsector da administração pública contraído 22,9%.

Ressalta-se que, na análise dos sectores de actividade que explicaram o crescimento verificado, destacou-se o incremento do imposto sobre os produtos em 20,0% e o aumento das actividades ligadas ao sector turístico.

### PIB Real por Sectores (%)

Sectores de Actividade	2019	2020	2021	2022	2023
<b>PIB real</b>	<b>2,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,9</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>
<b>Sector Primário</b>	<b>-10,9</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,3</b>	<b>-13,6</b>	<b>-12,4</b>
<i>Agriculturas subsistência</i>	3,1	16,3	2	-16,7	-17,4
<i>Agricultura de Exportação</i>	-4,7	-15,9	55,2	6,2	1,6
<i>Pesca Pisciculture e Acquacultura</i>	-22,2	-7,0	-6,0	-16,0	-11,0
<i>Activida de Extrativas</i>	-2,2	10,3	5,7	-0,6	-0,6
<b>Sector Secundário</b>	<b>4,3</b>	<b>-7,0</b>	<b>-6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>-2,1</b>
<i>Outras Industrias Manufacturarias</i>	32,2	-12,1	5,3	-2,7	-38,6
<i>Produção e Dist. Agua, Elect. e Gás</i>	3,7	5,3	-0,6	6,9	-1,3
<i>Construção</i>	5,7	16,5	-11,9	8,9	-2,4
<b>Sector Terciário</b>	<b>4,8</b>	<b>2,3</b>	<b>4</b>	<b>4,1</b>	<b>1,1</b>
<i>Comércio</i>	2,2	0,6	8,4	7,4	7,4
<i>Transporte e comunicação</i>	11,5	23,5	-3,4	9,1	14,1
<i>Actividades de Adminstração Pública</i>	1,6	6,1	0,6	-15,5	-22,9
<b>Imposto e Taxas sobre os Produtos</b>	<b>-4,5</b>	<b>17,3</b>	<b>-5,8</b>	<b>-11,8</b>	<b>20,5</b>

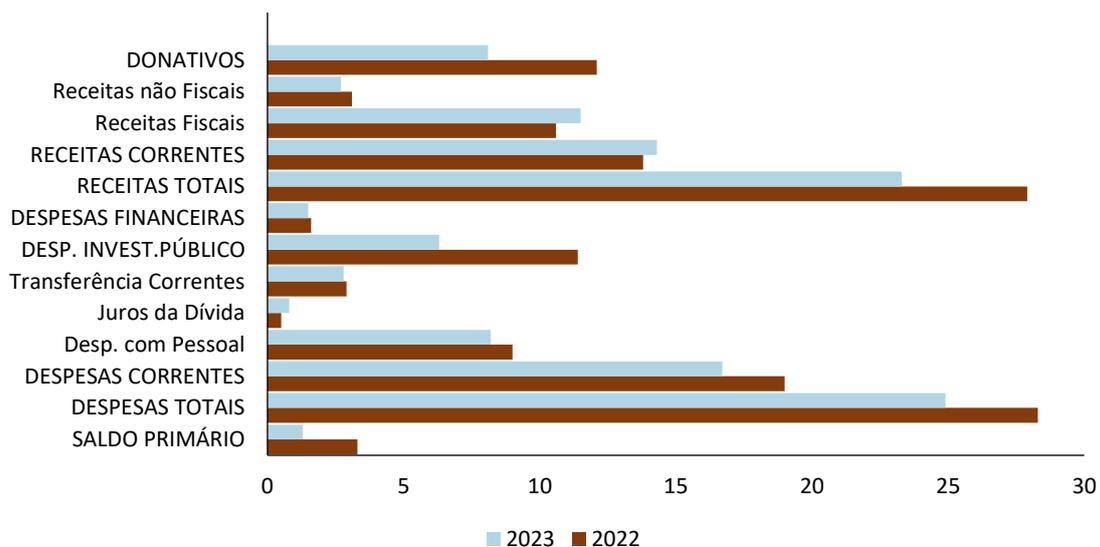
Fonte: INE

As perspectivas apontam para uma actividade económica ainda estagnada no ano 2024 e 2025, recuperando gradualmente no médio prazo, a medida que os projectos de investimento se materializarem, dentre os quais, o início das obras da marginal e o aumento da produção energética.

## Níveis de preço ainda elevados causados pelos problemas estruturais do sector primário

Com a ruptura de stock de combustível e de alguns produtos da cesta básica no início do ano, a taxa de inflação homóloga continuou elevada, não obstante a desaceleração para 17,0% em Dezembro de 2023, 8,2 p.p. abaixo do registado em Dezembro de 2022. A taxa de inflação média anual foi de 21,1%, mais 3,4 p.p. que o ano transacto, o que justificou a manutenção da restrictividade da política monetária. O abrandamento observado ao longo do ano deveu-se por um lado, a redução dos preços dos produtos energéticos e alimentares no mercado internacional, com os preços dos produtos importados desacelerado 3,3 p.p., e, por outro, ao enfraquecimento da procura interna refletida na diminuição do consumo (-1,1%). Os preços dos produtos locais também abrandaram (-4.7 p.p), contribuindo, de igual modo, para esta desaceleração. A variação homóloga resultou essencialmente, da contribuição dos produtos hortícolas e piscatório domésticos, que representaram mais de 50% da inflação, indicando que os problemas estruturais inerentes ao sector primário prevalecem. As subclasses “Vegetais, tubérculos e leguminosas secas” e “Peixe, outro pescado e derivados” apresentaram uma contribuição de 5,53% e 3,3%, respectivamente (9,4% e 3,5% no ano anterior).

### Evolução da Contribuição Homóloga das componentes do IPC em (%)



Fonte: INE- Tratamento BCSTP

De notar que, nos produtos importados, destacou-se a subclasse dos “Cereais, pão e outros produtos à base de cereais” com uma contribuição de 3,8% (5,2% no ano 2022), representando 22,6% da inflação.

### **Manutenção de medidas de política monetária restrictiva**

Ao longo do ano 2023, o Comité de Política Monetária (CPM) do BCSTP reuniu-se duas vezes (Maio e Dezembro) para analisar a conjuntura económica nacional e internacional, avaliando todos os indicadores de referência. Neste âmbito, constatou-se que apesar do contexto em que a inflação começou a dar sinais de desaceleração, os riscos e as incertezas associadas as evoluções dos preços mantêm-se elevados. Assim, optou pela manutenção de um conjunto de medidas restrictivas adoptadas no mês de Junho de 2022.

O BCSTP continuará atento às perspectivas para a inflação, à evolução do nível de liquidez no sistema bancário e à salvaguarda do regime cambial em vigor, permanecendo as futuras decisões de política monetária, dependentes da evolução desses indicadores, bem como da avaliação dos riscos subjacentes às perspectivas económicas e financeiras.

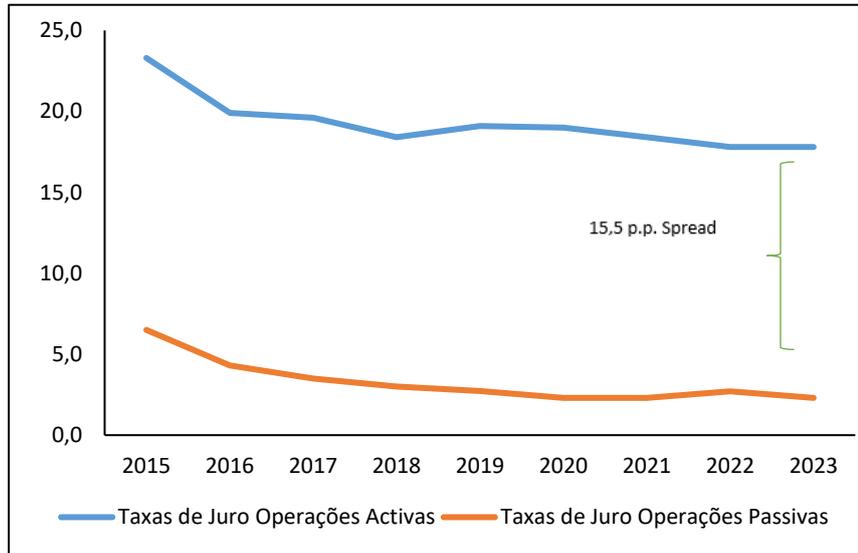
#### **Evolução da Estrutura das Taxas de Juro do BCSTP (%)**

<b>Taxas</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Taxa de Juro de Referência	9,0%	10,0%	10,0%
Taxa de Facilidade Permanente de Liquidez	9,50%	10,5%	10,5%
Coeficientes de RMC em Moeda Nacional	18,0%	28,0%	28,0%
Coeficientes de RMC em Moeda Estrangeira	21,0%	21,0%	21,0%

*Fonte: BCSTP*

As taxas de juros praticadas pelos bancos permaneceram praticamente inalteradas, por conseguinte, o *spread* bancário continuou elevado. As taxas de juro médias de operações activas e passivas reduziram ligeiramente para 17,8% e 2,3%, respectivamente (18,0% e 2,6% no ano precedente).

**Evolução das taxas de juros de mercado (média anual, em %)**

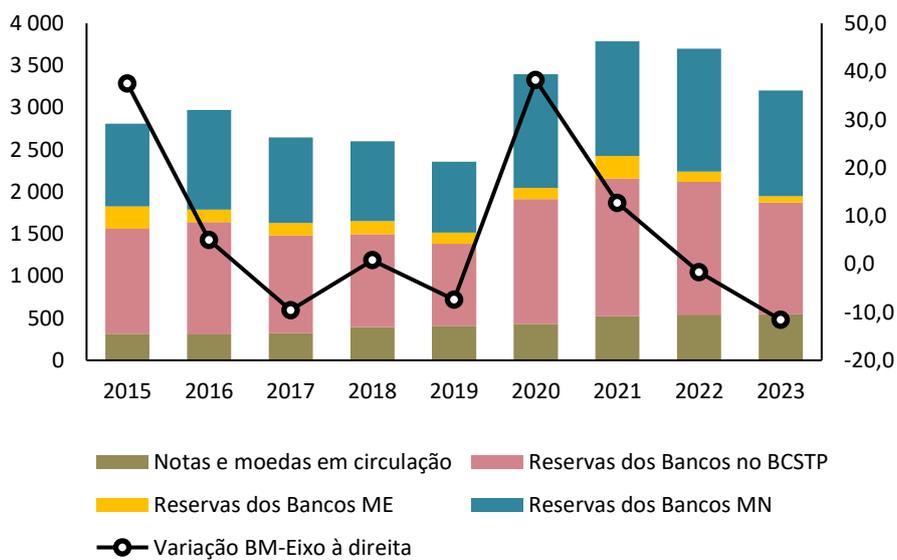


Fonte: BCSTP

**Contração quase que generalizada dos agregados monetários**

Face a evolução menos favorável da economia nacional, em resultado sobretudo, da redução do financiamento externo e do impacto adverso da inflação sobre as decisões de consumo e de investimento, no ano 2023, registou-se uma redução quase que generalizada dos agregados monetários.

**Evolução da Base Monetária e as componentes (em milhões de Dobras)**



Fonte: BCSTP

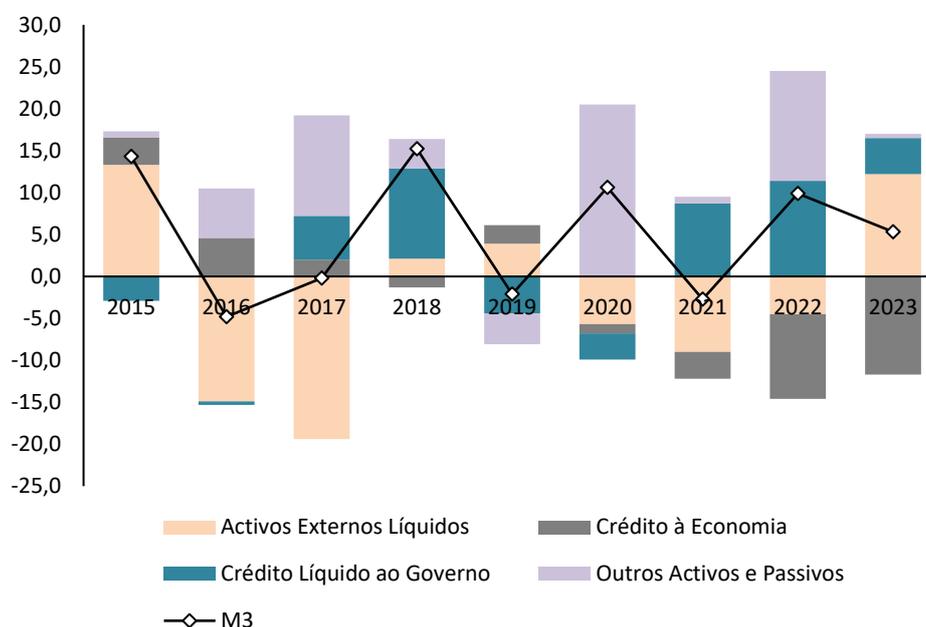
A Base Monetária situou-se em 1 874 milhões de Dobras, uma queda de 11,6%, refletindo a contração das reservas dos bancos, tanto em moeda nacional (-13,9%) como em moeda estrangeira (-39,3%). Por sua vez, as notas e moedas em circulação mantiveram-se praticamente em linha com o ano precedente.

Importa referir que, o aumento considerável do financiamento interno resultante das emissões de bilhetes de tesouro, contribuiu significativamente para diminuição das reservas bancárias.

A oferta monetária expressa pela evolução do agregado monetário em sentido lato, o **M3**, expandiu 5,3%, menos 4,6 p.p. que o ano anterior. Esta evolução foi determinada pelos aumentos registados nos activos externos líquidos e no crédito líquido ao Governo, apresentado uma contribuição de 12,2% e 4,3%, respectivamente. O crédito a economia continuou a registar contribuição negativa (-11,7%) o que atenuou a expansão do M3.

De acordo com os dados do Inquérito Semestral aos Bancos sobre as Condições de Mercado de Crédito em S. Tomé e Príncipe, os bancos tornaram-se ligeiramente mais restrictivos nos critérios seguidos na aprovação do empréstimo, quer a particulares, quer a empresas, justificado sobretudo, pela situação e perspectivas económicas do sector de actividade ou empresas específicas, os riscos associados, as garantias exigidas e a situação e perspectivas económicas gerais. No entanto, a procura pelas médias empresas de empréstimos de curto prazo aumentou ligeiramente. Em relação aos particulares, houve um aumento considerável da procura de crédito ao consumo e outros empréstimos.

Relativamente ao Crédito Líquido ao Governo (CLG), cresceu 12,8%, explicado pelo aumento significativo do stock de emissão de bilhetes de tesouro, que atingiu 1 137 milhões de Dobras no ano 2023, contra 745 milhões no ano 2022. Os depósitos da Administração Central em moeda estrangeira apresentaram uma diminuição de 381,5 milhões de Dobras, contribuindo, de igual modo, para o aumento verificado do CLG.

**Factores de expansão de liquidez (em percentagem do M3t-1)**

*Fonte: BCSTP*

O incremento observado na rubrica activos externos líquidos deveu-se aos activos externos líquidos dos bancos comerciais, que cresceram de forma expressiva no ano 2023, atingindo 934,7 milhões de Dobras (131,2 no ano 2022), contribuindo significativamente para o aumento da oferta monetária. Este crescimento está associado essencialmente, a entrada de financiamento de projectos financiados por parceiros externos e ao acréscimo das aplicações dos bancos no exterior, influenciado pelo aumento das taxas de juro. Por sua vez, os activos externos do Banco Central registaram uma contracção de 366,0 milhões de Dobras.

### **Redução do défice primário, em resultado da contenção das despesas e incremento das receitas fiscais**

As contas públicas evoluíram favoravelmente, não obstante a pressão acrescida devido a aprovação tardia do Orçamento Geral de Estado<sup>4</sup> e a ausência de um programa com FMI.

<sup>4</sup> No mês de junho do ano em análise.

Registou-se melhoria no défice primário para 131,1 milhões de Dobras, quando comparado com 418,6 milhões de Dobras do ano anterior, representando 1,3% do PIB, abaixo da meta do défice projectado no OGE (1,8% do PIB). Este desempenho positivo reflecte o efeito combinado das medidas adoptadas para contenção das despesas<sup>5</sup> e para a melhoria das receitas internas, designadamente, o alargamento da base tributária e reforma da pauta aduaneira.

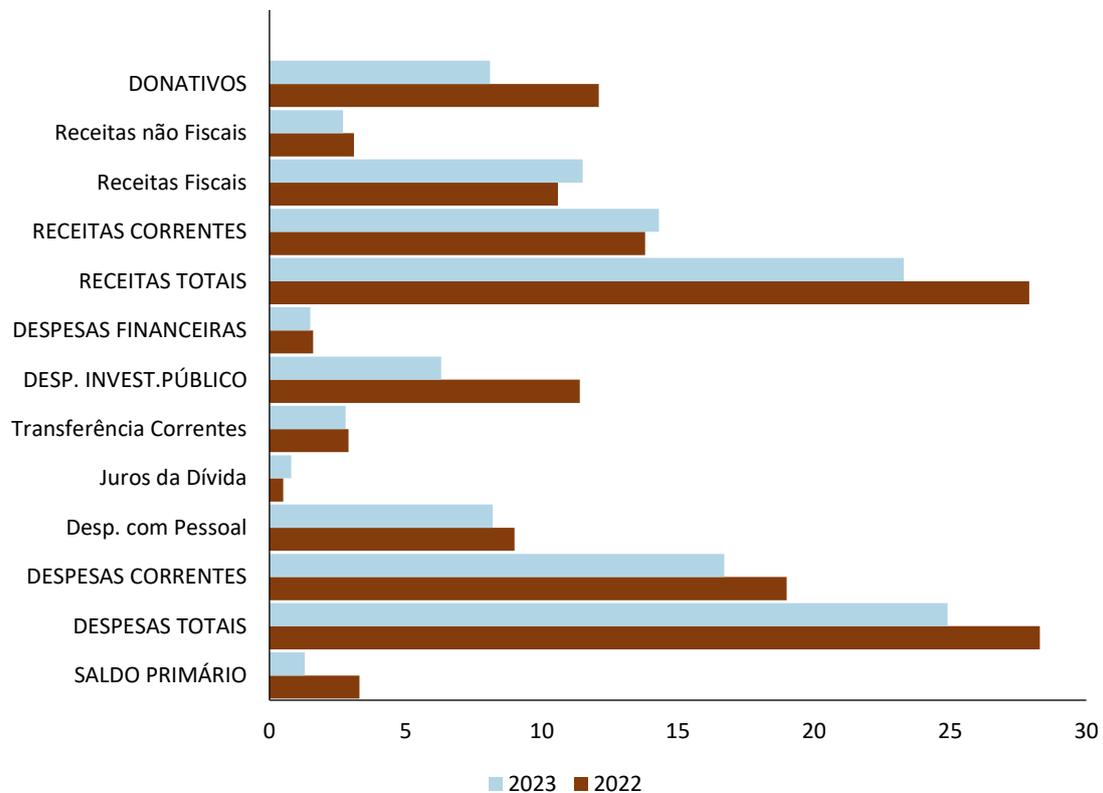
As receitas totais cresceram 1,9% face ao período homólogo, atingindo 3 611 milhões de Dobras, ligeiramente abaixo do previsto no orçamento, correspondendo a uma execução de 95,6% e 24,0% do PIB. A performance registada foi impulsionada pelo incremento expressivo das receitas fiscais, que apresentaram um acréscimo de 32,0% em 2023, traduzindo o impacto da introdução do IVA, bem como do imposto especial de consumo (IEC)<sup>6</sup>. Com efeito, os impostos indirectos cresceram 47,5%, o que contrasta com a queda de 4,8% registada no ano 2022, beneficiando da arrecadação de 333,3 milhões de Dobras do IVA, de 69,7 milhões de Dobras do IEC e da evolução positiva da sobretaxa sobre importação, decorrente do pagamento no final do ano dos atrasados da ENCO respeitante aos anos 2021, 2022 e parte de 2023.

Os donativos por sua vez, registaram uma queda de 18,0%, tendo os donativos para financiamento de OGE e para realização de projecto contraído 13,8% e 23,0%, respectivamente.

---

<sup>5</sup> Contenção da massa salarial, através do planeamento da contratação do pessoal para a administração pública e manutenção das transferências correntes e outras despesas correntes sobre controlo, contendo o seu aumento (OGE 2023).

<sup>6</sup> Imposto sobre os produtos com efeito nocivo.

**Desempenho Orçamental (em percentagem do PIB)**

*Fonte: MPFEA/Tratamento BCSTP*

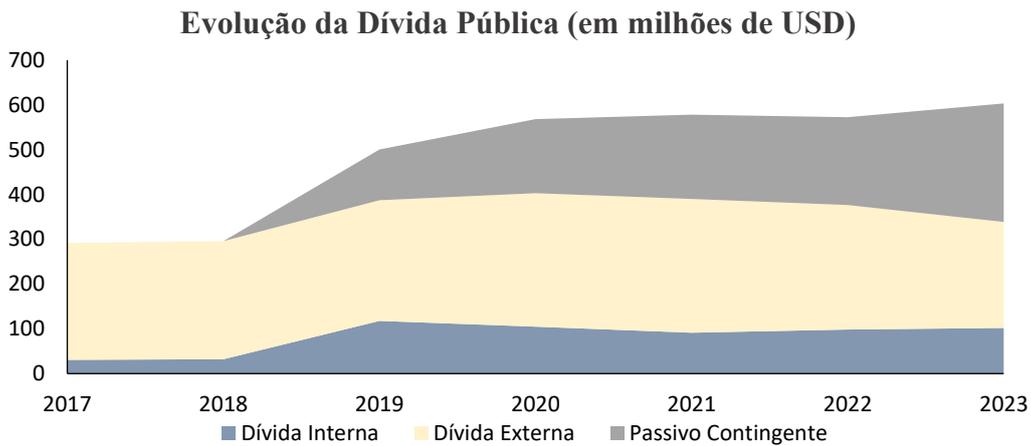
A evolução menos favorável da actividade económica conjugada com algumas medidas adoptadas pelo Governo, conduziram a contracção das despesas totais em 9,4%, para 3 687 milhões de Dobras, valor ligeiramente abaixo do previsto no orçamento (3 775 milhões de Dobras). As despesas de investimento público situaram-se em 983,1 milhões de Dobras, registando uma queda de 32,0% face ao ano anterior, principalmente as financiadas por recursos externos (-47,8%). Em contrapartida, as despesas correntes cresceram 2,4%, justificadas sobretudo, pelo aumento das despesas com pessoal (6,0%) e das transferências correntes (16,6%). Paralelamente, registou-se um aumento das despesas financeiras, em resultado de uma maior amortização da dívida pública externa (+36,0%).

## **Aumento do stock da dívida do sector público, com o incremento dos passivos contingentes e da dívida externa multilateral**

O baixo nível dos donativos e o aumento da necessidade de financiamento do Tesouro, decorrente da aquisição do combustível a pronto pagamento, tiveram impacto no mercado de título da dívida pública, onde se registou um aumento significativo de emissão de bilhetes de tesouro (BT) em relação ao ano anterior (+21,6%), atingindo 38,6 milhões de USD. Este aumento de emissão de BT conduziu ao acréscimo da dívida pública interna em 3,7 milhões de USD.

Apesar do incremento da dívida interna, o stock da dívida do Governo Central caiu para 338,8 milhões de USD (48,9% do PIB ), - 37,7 milhões de Dobras que o ano 2022, explicado pela diminuição da dívida externa bilateral (-52,5 milhões de USD), decorrente da alteração do registo estatístico das dívidas da Itália (-24,3 milhões de USD) e da Nigéria (-30,0 milhões de USD), que passaram a ser classificadas de passivos contingentes, por se tratarem de dívidas consideradas durante muitos anos de atrasados externos. De realçar o contributo da dívida da EMAE para com a ENCO nos passivos contingentes (+15,2 milhões de USD) e o aumento da dívida externa multilateral em 11 milhões de USD, em resultado do desembolso de 12,3 milhões de USD do Banco Europeu do Investimento (BEI), no âmbito do projecto de reabilitação do sector de energia.

Com efeito, o stock da dívida do sector público atingiu 603,6 milhões de USD, mais 30,6 milhões de USD que o ano precedente. Entretanto, em percentagem de PIB, apresentou uma diminuição de 16,2 p.p, situando-se em 88,8%, reflectindo o efeito do aumento do PIB nominal. Relativamente ao serviço da dívida, registou-se um aumento de 25,8% face ao ano anterior, tendo sido programado cerca de 10,9 milhões de USD, dos quais 3,6 milhões de USD foi transferido para o Fundo HIPC e 6,4 milhões de USD para os credores, destacando-se os seguintes: BAD (1,1 milhões de USD), BADEA (209,6 mil USD), FIDA (206,1 mil USD), FMI (1,9 milhões de USD), Angola (398,9 mil USD) e Portugal (1,7 milhões de USD).



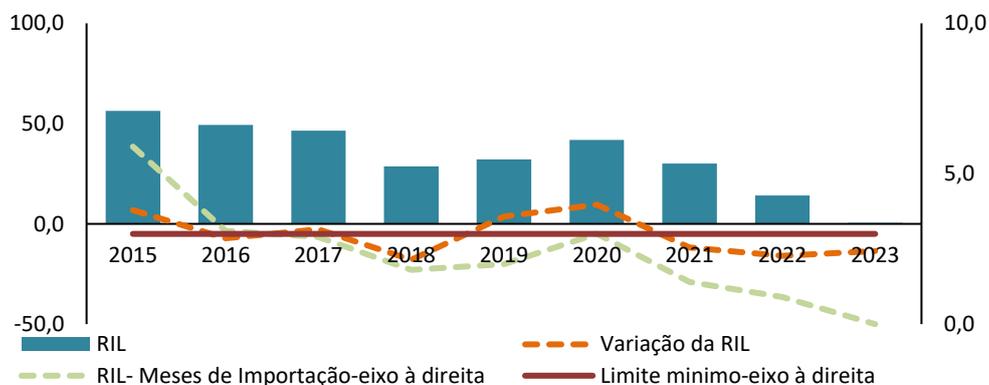
*Fonte: Gabinete da Dívida Pública-Tratamento BCSTP*

### **Pressão sobre as reservas internacionais líquidas como consequência da importação de combustível a pronto pagamento**

O ano 2023 foi marcado pelo aprofundamento da crise cambial, tendo o stock das reservas internacionais líquidas atingido o nível mais baixo da série histórica, cifrando-se em 0,5 milhões de USD contra 14,1 milhões de USD registados no período anterior, correspondendo a uma cobertura das importações de bens e serviços factoriais de apenas 11 dias. Esta queda acentuada é explicada essencialmente, pelo aumento expressivo das despesas cambias, decorrente da aquisição de combustível a pronto pagamento.

Com efeito, estas despesas atingiram 64,6 milhões de USD, mais 25,4 milhões de USD que o ano 2022, sendo que mais de 40,0% dizem respeito a cobertura cambial para importação de combustível.

### **Evolução das Reservas Internacionais Líquidas (milhões de USD)**



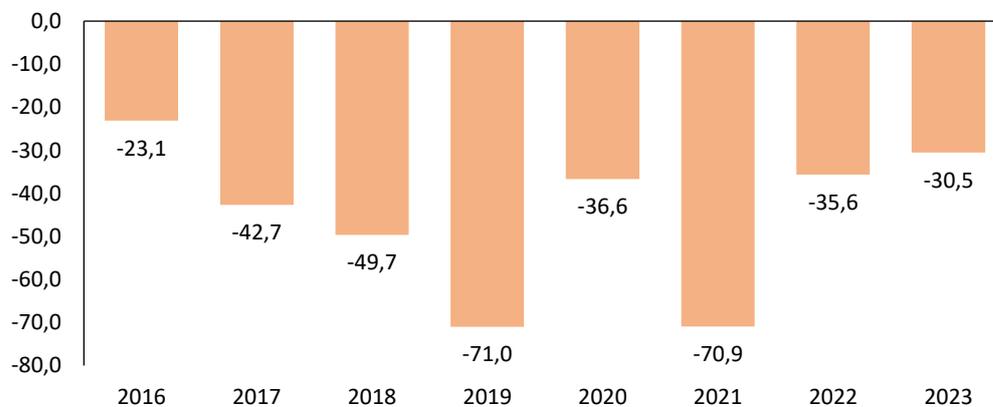
*Fonte: BCSTP*

A crise cambial constitui um dos principais desafios para a economia santomense, indicando por um lado, um risco elevado de ruptura de produtos no mercado e aumento da pressão inflacionista, e, por outro, o aumento de risco de incumprimento dos compromissos externos, uma vez que o rácio das reservas internacionais líquidas sobre a dívida externa tem diminuído ao longo dos últimos anos (5,1% e 0,2% em 2022 e 2023, respectivamente), não obstante a redução ligeira da dívida externa.

### Melhoria de desempenho da balança de capital e da balança de serviços

O défice da balança corrente e de capital apresentou melhoria de 5,2 milhões de USD, passando de 35,6 milhões de USD em 2022 para 30,5 milhões em 2023, traduzindo o aumento do excedente da balança de capital (+8,9 milhões de USD) e da balança de serviço (+13,0 milhões de USD), pese embora se tenha registado incremento do défice da balança corrente (+ 3,7 milhões de USD).

#### Evolução do saldo acumulado das balanças corrente e de capital

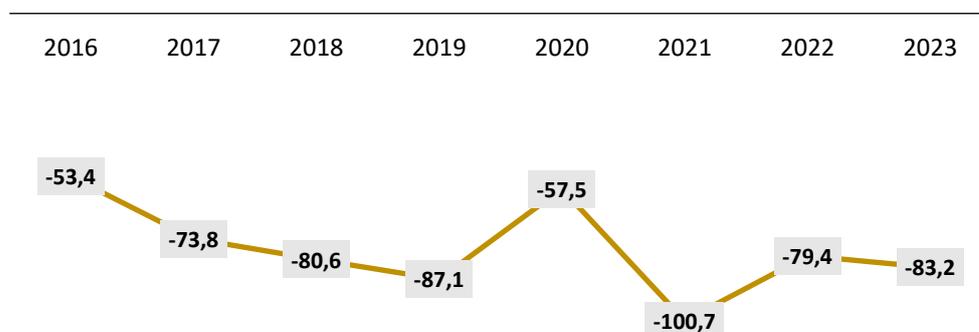


*Fonte: INE / Tratamento: BCSTP*

O agravamento da balança corrente deveu-se essencialmente, ao aumento do défice da balança de bens em 14,4 milhões de USD, justificado pelo acréscimo das importações. A redução do saldo superavitário do rendimento primário (6,8 milhões de USD em 2023 contra 10,5 milhões de USD em 2022), em resultado da queda dos juros externos (-2,0 milhões de USD) devido a anulação da contabilização dos juros de Angola, e diminuição de outros rendimentos (-2,0 milhões de USD), nomeadamente, royalties da pesca e dos

blocos petrolíferos, contribuiu igualmente para a evolução negativa do saldo da balança corrente.

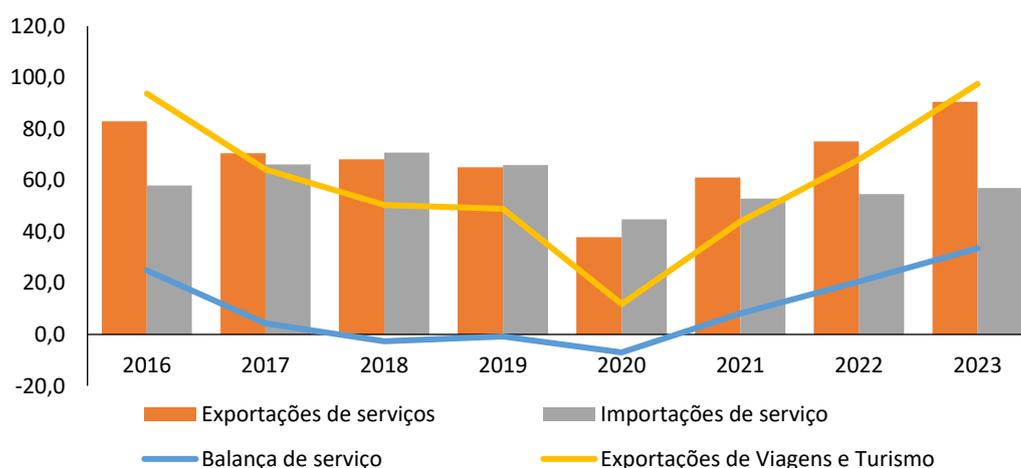
### Evolução do saldo da balança corrente (milhões de USD)



Fonte: INE / Tratamento: BCSTP

O comércio externo de serviços por sua vez, apresentou evolução positiva, tendo o excedente da balança de serviços se situado em 33,5 milhões de USD, o que representa uma melhoria de 13,0 milhões em relação ao ano precedente, reflectindo o contributo positivo das exportações de viagens e turismo, que atingiram 64,0 milhões de USD (+16,5 milhões que o ano anterior), ultrapassando em 14,3 milhões o valor registado no período pré-pandémico<sup>7</sup>.

### Evolução da balança de Serviços e Viagens (milhões de USD)

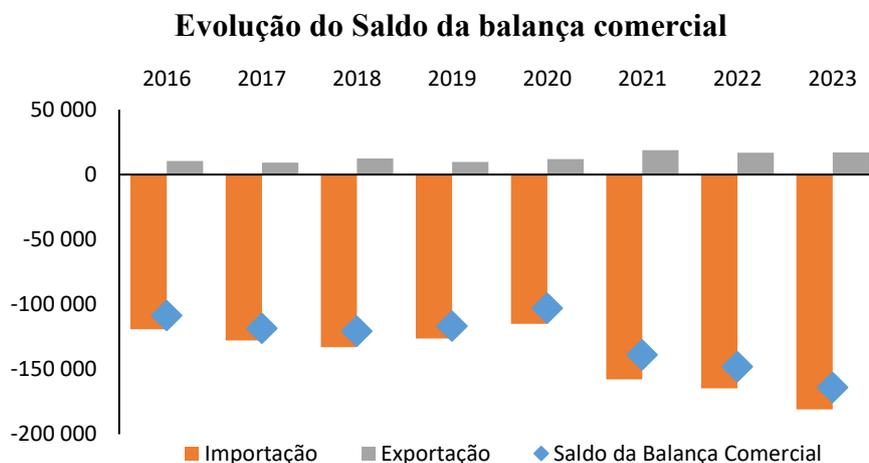


Fonte: INE / Tratamento: BCSTP

<sup>7</sup> Ano 2019

A fraca capacidade produtiva nacional e a necessidade de reposição da reserva estratégica de combustível, tem aumentado a dependência da economia aos produtos importados, o que agravou sobremaneira o défice da balança comercial.

O saldo deficitário da balança comercial de bens atingiu 163,9 milhões de USD, o nível mais alto da série histórica, traduzindo um aumento de 15,9 milhões em relação ao ano 2022. Este acréscimo expressivo resultou fundamentalmente, do aumento das despesas com importações de bens, que atingiu um novo máximo de 180,8 milhões de USD, influenciado tanto pelo aumento das despesas com importação de produtos petrolíferos como de bens de consumo.



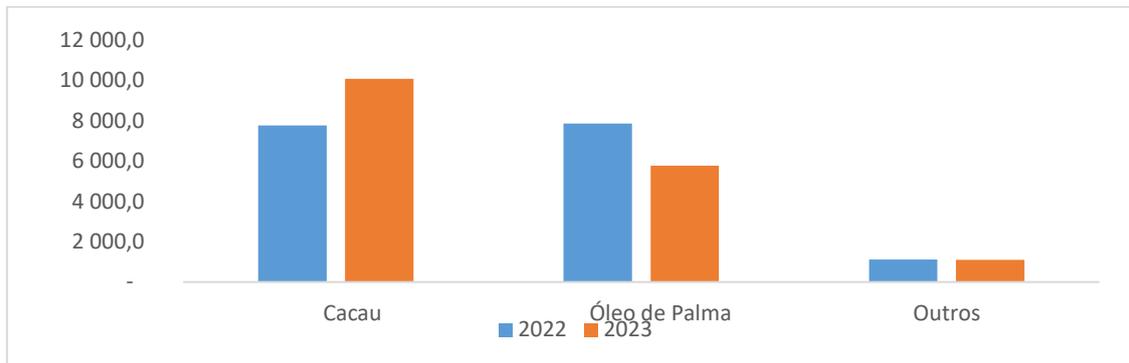
*Fonte: INE / Tratamento: BCSTP*

As exportações de bens<sup>8</sup> mantiveram-se praticamente em linha com o ano anterior, tendo apresentado um incremento de 1,8 milhões de USD, para 23,6 milhões de USD. Este ligeiro aumento deveu-se ao incremento das reexportações (+1,5 milhões USD) e das receitas com exportação de cacau, em +2,3 milhões de USD, explicado pelo aumento do preço desta matéria-prima no mercado internacional (+37,1%)<sup>9</sup> e do acréscimo do volume exportado (+13,8%), dada as condições climáticas mais favoráveis.

<sup>8</sup> Incluindo as reexportações

<sup>9</sup> Este aumento está associado a diminuição da oferta, decorrente dos eventos climáticos extremos na África Ocidental (região que produz cerca de 75% da produção mundial) e doenças nas lavouras.

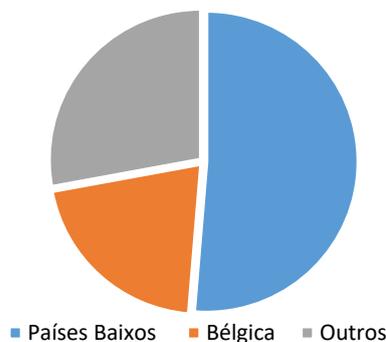
### Distribuição das Exportações por produtos (milhões USD)



Fonte: INE / Tratamento: BCSTP

Por sua vez, a evolução das vendas do óleo de palma, outra componente com peso significativo nas exportações, foi menos favorável quando comparado com o ano anterior. As receitas de exportação desta *commodity* registou um decréscimo de 2,1 milhões de USD, influenciado pela queda do preço desta mercadoria no mercado internacional (-30,5%) e pela redução do volume exportado (-6,0%). A queda do volume exportado do óleo de palma é consequência da diminuição da produção na empresa Agripalma.

### Distribuição geográfica das Exportações em 2023 (%)



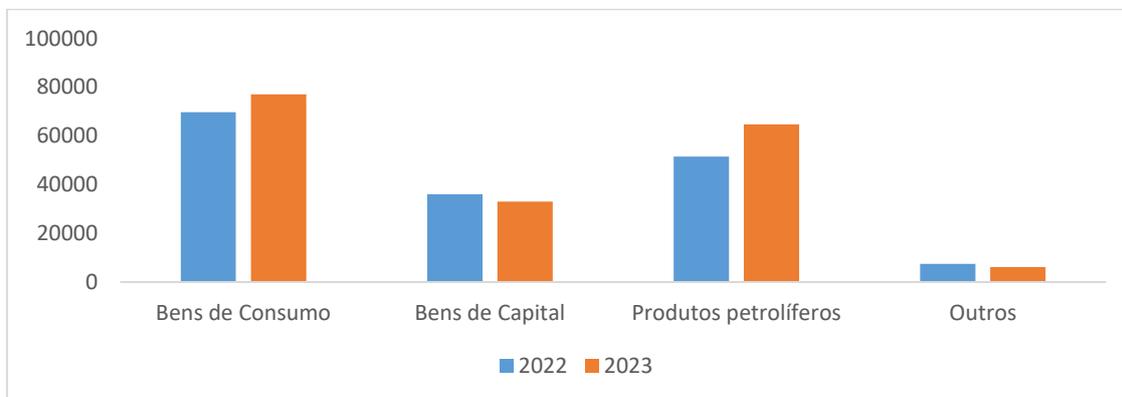
Fonte: INE / Tratamento: BCSTP

À semelhança dos anos anteriores, os Países Baixos destacaram-se como principal destino das exportações, com um peso de 51,3%.

Relativamente às compras realizadas pela economia nacional no exterior, estas aumentaram consideravelmente no período em análise, ascendendo a 180,9 milhões de USD. As categorias de bens que mais contribuíram para este aumento foram os produtos

petrolíferos e os bens de consumo, com um incremento de 25,8% e 10,6%, respectivamente.

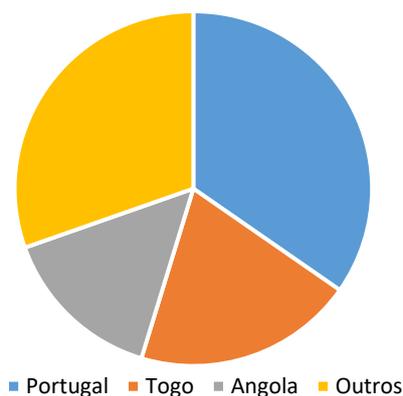
### Distribuição das Importações por Produtos (milhões USD)



*Fonte: INE / Tratamento: BCSTP*

As despesas com importação de bens de consumo, que representam mais de 40,0% do total das importações, atingiram 77,1 milhões de USD, + 7,4 milhões que o ano anterior, em resultado, sobretudo, de acréscimo dos gastos com importação dos géneros alimentícios em 8,5 milhões de USD, num contexto de inflação ainda elevada em Portugal (maior parceiro comercial do país) e da redução da quantidade importada (-148 toneladas).

### Principais Origens das Importações de Bens em 2023 (%)



*Fonte: INE / Tratamento: BCSTP*

A importação de produtos petrolíferos, com um peso de 35,8% no volume das importações, apresentou um aumento de 13,3 milhões de USD, situando-se em 64,7 milhões de USD. Este aumento expressivo reflecte o acréscimo do volume importado (+17 677 toneladas) para reposição de *stock* devido a sua ruptura no primeiro semestre do ano em análise. De referir que, a diminuição do preço de petróleo no mercado internacional (-16,8%) contribuiu para amortecer este aumento.

Em sentido contrário, o custo com a importação de bens de capital registou uma queda de 3,1 milhões de USD, impulsionado por um lado, pela diminuição do volume importado dos materiais de construção, com destaque para o cimento (-6 535 toneladas) e por outro, por se ter importado no ano 2022 painéis fotovoltaicos, no âmbito do projecto de reforma do sector energético, o que não se verificou em 2023.

A balança de capital apresentou um excedente de 52,7 milhões de USD, o que corresponde a um aumento 8,9 milhões relativamente ao ano anterior, em consequência do acréscimo das transferências privadas (+11,8 milhões de USD), designadamente, da Agência Nacional de Petróleo e das ONG's para o financiamento de projectos sociais, e nos sectores da saúde e da agricultura e pescas, no âmbito das cooperações internacionais para o desenvolvimento do país.

O saldo da balança financeira foi de -42,5 milhões de USD no ano 2023, o que se compara com -107,1 milhões de USD do ano 2022, correspondendo a uma diminuição das entradas líquidas dos recursos financeiros em 60,3%. Esta evolução do saldo reflecte a redução dos passivos sobre o exterior, com destaque para a diminuição dos investimentos directos das empresas petrolíferas (Shell e Galp) em 104,6 milhões de USD, devido a exploração do poço Jaca no bloco 6 no ano 2022, o que não se observou no período em análise.

### **Apreciação da dobra face ao dólar americano, Naira e kwanza**

Após a forte depreciação do Euro face ao Dólar americano no ano 2022 no período em análise, o Euro registou uma apreciação de 2,6%, tendo a taxa de câmbio EUR/USD se situado em 1,08 (1,05 no ano precedente). A valorização do Euro reflecte a queda do preço de energia e o aumento da taxa de juro do BCE.

De igual modo, a moeda nacional apreciou-se face ao Dólar Americano em 2,6%, fixando-se em 22,5, por conta, essencialmente da paridade fixa existente entre a Dobra e o Euro.

O índice da taxa de câmbio nominal efectiva, medida face às moedas dos principais parceiros, registou um incremento de 9,7% quando comparado com o de 2022, traduzindo a apreciação da Dobra face a Naira (56,2%) e Kwanza (52,4%). Em termos reais, o incremento foi de 25,2%, reflectindo a degradação da competitividade dos preços na economia nacional, em resultado de um maior abrandamento na taxa de inflação dos principais parceiros comerciais de STP, com excepção da Nigéria.

---

## 2.3 RISCOS RELACIONADOS COM A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E PRUDENCIAL DO SECTOR NÃO FINANCEIRO

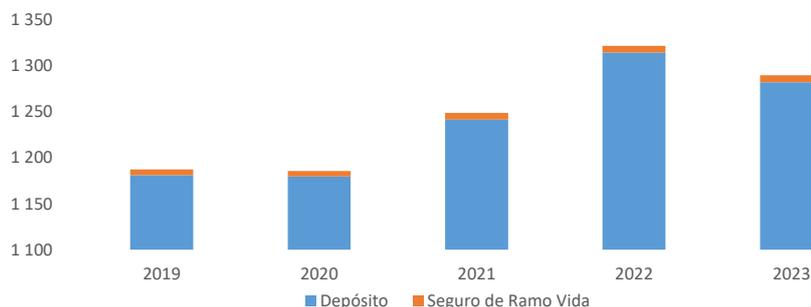
---

### 2.3.1 Famílias

**As famílias continuam a reforçar o seu património financeiro, no entanto, uma pouca apetência pelos instrumentos do mercado segurador**

O património financeiro das famílias em 2023 totalizou 1 289 milhões de Dobras. Este indicador que vem registando crescimento desde 2020, registou nesse ano, uma redução de 2,4 % quando comparado com o exercício económico anterior, ano em que se situava nos 1 321 milhões de Dobras. Esta redução está relacionada essencialmente com o abrandamento dos depósitos bancários que continuam a ser a principal fonte de poupança das famílias, com uma participação de mais de 99% do património financeiro destas.

### Evolução do património financeiro das famílias

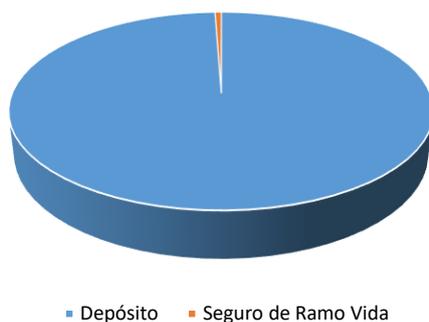


*Fonte: BCSTP*

De facto, após se ter registado o crescimento dos depósitos bancários das famílias ao longo dos últimos três anos, estes também registaram uma redução de 2,5 % em 2023, fixando-se em 1 282 milhões de Dobras em 2023.

A outra componente do património financeiro das famílias é o seguro de vida, que infelizmente representa apenas 1% do total do património financeiro destas. Por outro lado, importa referir que este produto é oferecido por apenas uma seguradora, demonstrando assim a pouca adesão da população relativamente a produtos e serviços oferecidos pelas seguradoras.

### Estrutura do património financeiro das famílias



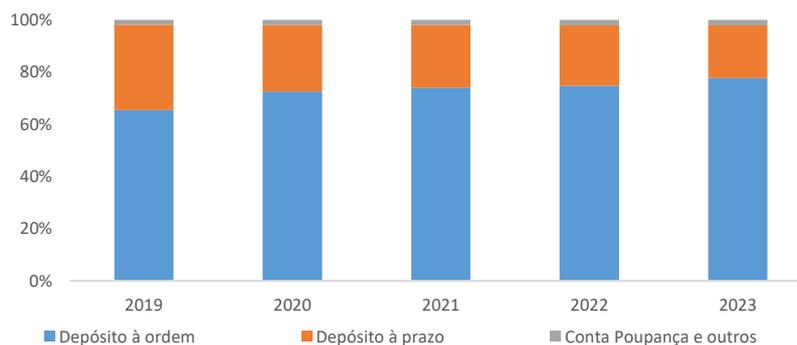
*Fonte: BCSTP*

A estrutura de depósitos das famílias composta pelo depósito à prazo, depósito à ordem, conta poupança e outros tipos de depósitos, apresenta uma concentração superior à 70% nos depósitos à ordem ao longo dos quatro últimos exercícios. Sendo que, em 2023 estes

últimos representaram 78% do total de depósito das famílias, demonstrando assim que o sistema está caracterizado por passivos de muito curto prazo.

Por sua vez, a conta poupança e outro tipo de depósitos correspondem a apenas 2% do total dos depósitos das famílias no exercício em análise.

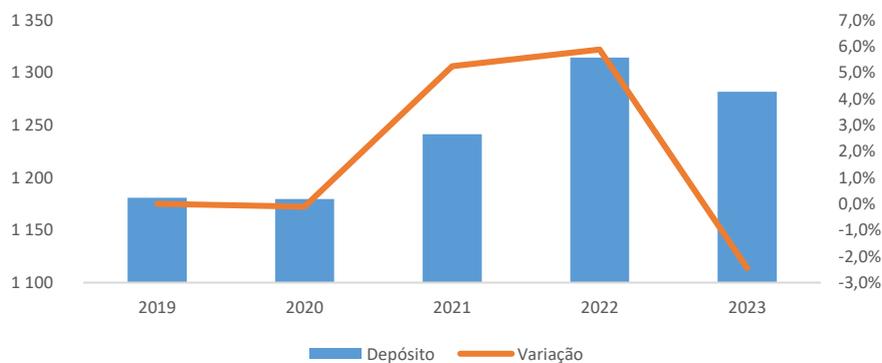
### Estrutura de depósito bancário das famílias em %



Fonte: BCSTP

No ano 2023 registou-se uma redução dos depósitos bancários das famílias na ordem de 2,5% em relação ao período homólogo contrariamente a tendência crescente registada nos dois últimos exercícios (5,2% em 2021 e 5,9%). Esta redução reflecte de uma certa forma o agravamento do custo de vida que veio comprimir a renda disponível, levando as famílias a utilizar as reservas financeiras (poupanças) disponíveis para a manutenção do consumo diante da subida dos preços dos bens essenciais.

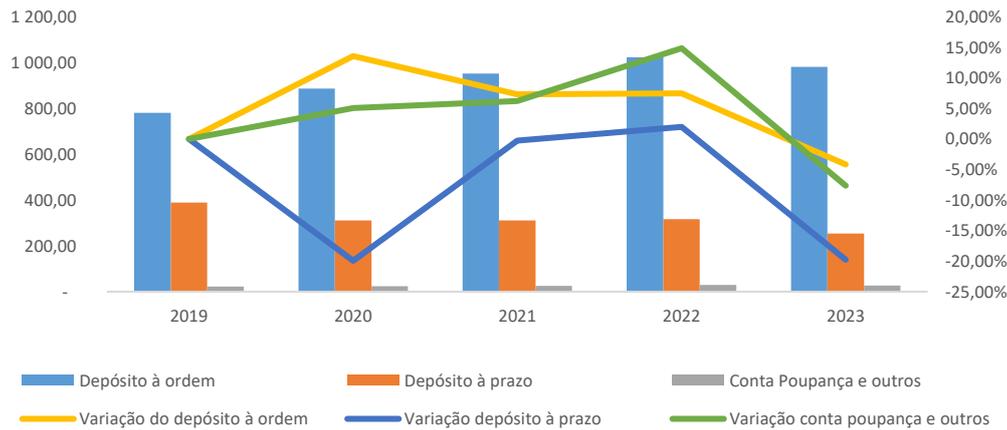
### Evolução do depósito bancário das famílias



Fonte: BCSTP

Importa referir que a redução dos depósitos mencionados anteriormente, afectou tanto os depósitos à ordem quanto os depósitos à prazo, totalizando em 2023 respectivamente 981 milhões de Dobras (- 4% face a +7% em 2022) e 254 milhões de dobras (-20% face a +2% em 2022).

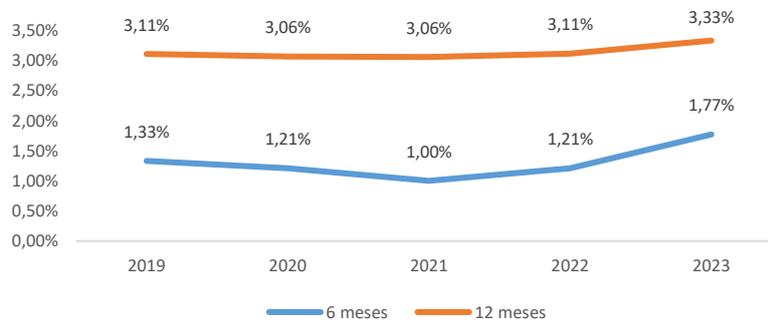
### Evolução das componentes dos depósitos bancários



Fonte: BCSTP

As taxas médias de remuneração de depósito à prazo por banco, aplicada às famílias para 6 e 12 meses, têm vindo a crescer ao longo dos últimos anos, situando-se respectivamente em 1,77% e 3,33% em 2023. Não obstante o aumento das taxas observadas em 2023, essa modalidade de depósito continua a ser considerada pouco atractiva pelas famílias, uma vez que a sua evolução não toma em consideração o quadro da inflação.

### Taxas médias de remuneração dos DAP



Fonte: BCSTP

Por outro lado, os investimentos das famílias sob a forma de contratos de seguro de vida mantiveram uma taxa de progresso bastante instável (oscilando ao longo dos anos). Esse produto registou em 2023 um aumento de 5% após uma redução de cerca de 1% há um ano. Não obstante esse aumento, a sua participação permanece insignificante na estrutura dos activos financeiros das famílias, situando-se ainda em 1% em 2023.

### Evolução do seguro no ramo vida

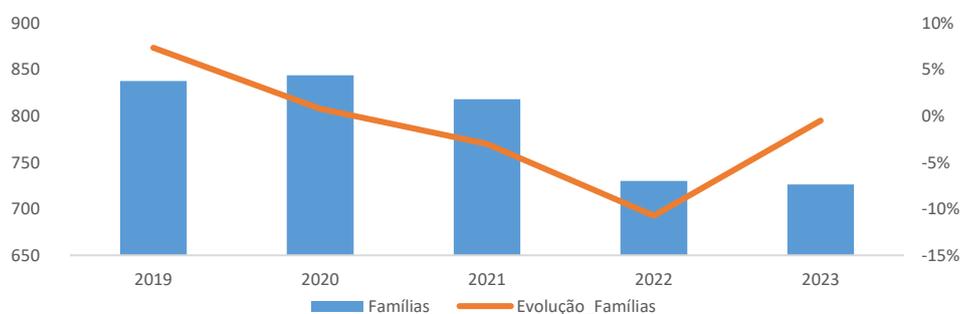


Fonte: BCSTP

### O crédito destinado às famílias continua a reduzir, mas a um ritmo mais moderado

Em 2023, o endividamento das famílias nos bancos atingiu 726 milhões de reais, tendo registado sucessivas reduções ao longo dos 4 últimos exercícios. De facto, neste ano registou-se uma variação pouco acentuada (-1% face a -11% em 2022).

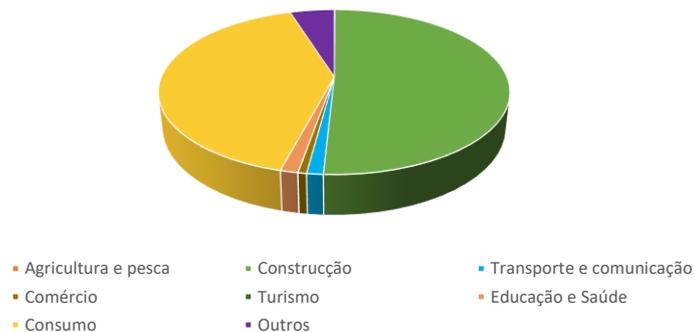
### Evolução da dívida financeira das famílias



Fonte: BCSTP

Os créditos das famílias são destinados essencialmente ao consumo e à habitação (compra, construção e remodelação de habitação), sendo que, cerca de metade são empréstimos à habitação, enquanto que a fatia destinada ao consumo representa 41% do total da carteira das famílias.

### Crédito por sector

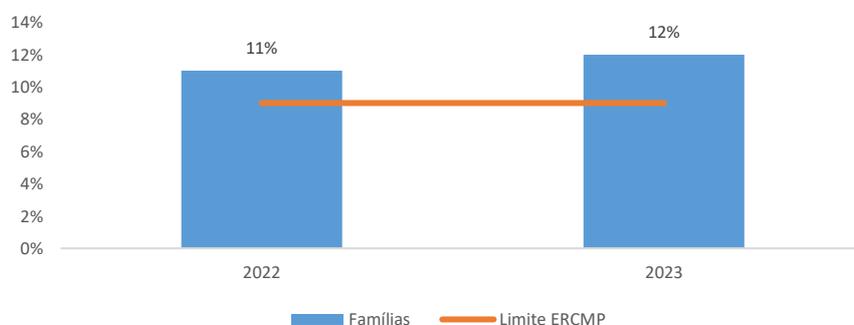


Fonte: BCSTP

### Incremento no nível de incumprimento das famílias sobretudo na carteira destinada a habitação e consumo.

As famílias acumularam dívidas pendentes de cerca de 88 milhões de Dobras, representando 12% do total da carteira destinada às famílias em 2023, após a calma observada nos anos anteriores com a aplicação do *write-off*, com vista ao alcance do objectivo estabelecido na Estratégia Nacional de Redução de Crédito Malparado (ERCMP).

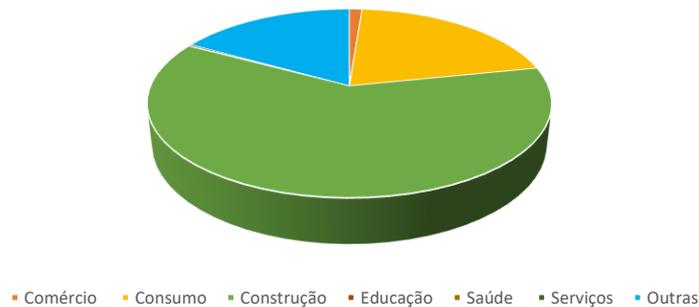
### CMP das famílias



Fonte: BCSTP

Uma análise mais profunda, faz realçar que os créditos que registam mais incidentes de pagamento para as famílias são, o crédito à habitação e o crédito ao consumo com uma participação a rondar os 61%, e 21% respectivamente do total dos créditos em incumprimento das famílias.

### CMP por finalidade de crédito



*Fonte: BCSTP*

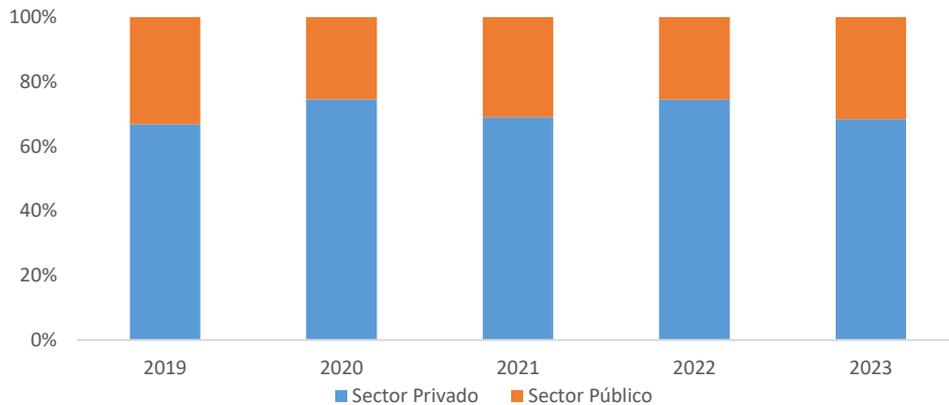
## 2.3.2 Instituições não financeiras

### O sector não financeiro mantém a sua pouca apetência em produtos bancários de longo prazo

As instituições não financeiras compostas pelos sectores público e privado depositaram no sistema financeiro nacional um total de 2 566 milhões de Dobras em 2023. O sector privado tem dominado a estrutura de depósito dessas instituições com uma participação de mais de 65% dos depósitos ao longo dos 5 últimos exercícios.

A participação do sector privado sofreu uma redução de 6 p.p em 2023 em relação ao período homólogo, tendo passado de 74% em 2022 para 68% em 2023. Em contrapartida, as instituições do sector público elevaram a sua posição, com registo de um incremento também de 6 p.p, tendo passado de 26% em 2022 para 32% em 2023.

### Estrutura de depósito das instituições não financeiras

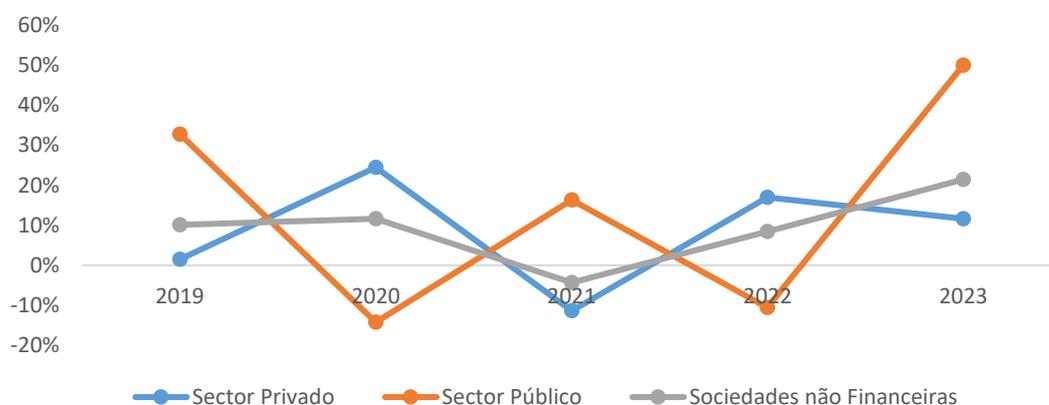


Fonte: BCSTP

O depósito das instituições não financeiras registou um incremento ao longo dos dois últimos exercícios, 21% em 2023 (contra 8% de 2022). Esta tendência crescente não igual nas instituições que compõem a estrutura de depósito das instituições não financeiras. Uma análise mais detalhada dá conta de que os depósitos dessas instituições têm registado oscilações ao longo dos últimos anos, sendo que a cada ano o sentido da variação é oposto para os dois tipos de instituições.

Em 2023 constatou-se, no entanto, que o depósito do sector privado incrementou 50% contra uma redução de 11% em 2022, enquanto que o depósito das instituições públicas registou uma desaceleração do seu crescimento, tendo passado de 17% em 2022 para 12% em 2023.

### Evolução do depósito das instituições não financeiras

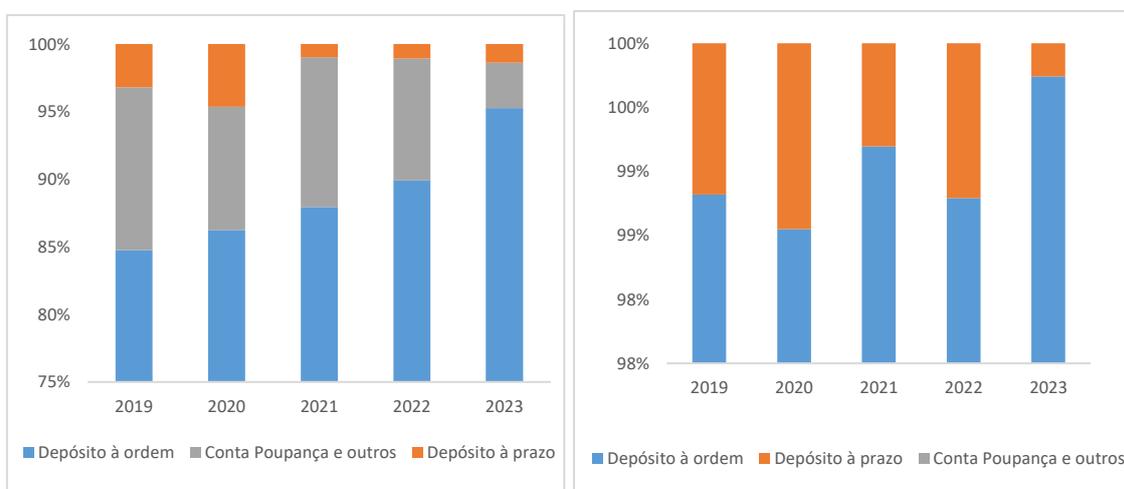


Fonte: BCSTP

A estrutura de depósito dos dois tipos de instituições que representam o sector não financeiro está dominado pelo depósito à ordem, com uma participação de cerca de 95% para as instituições privadas e 99% para as instituições públicas.

Os outros tipos de depósito têm-se revelado pouco atractivos também para o sector não financeiro, fazendo com que o mercado esteja caracterizado por um excesso de liquidez de curto prazo.

**Estrutura de depósito Instituições Privadas    Estrutura de depósito Instituições Públicas**

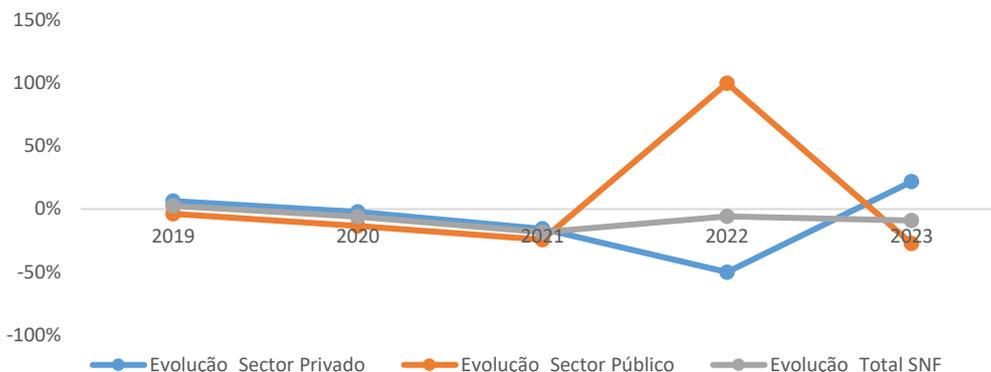


Fonte: BCSTP

**Contínua redução do financiamento da banca ao sector não financeiro como consequência do incremento do CMP neste sector**

O financiamento das instituições não financeiras (públicas e privadas), tem registado reduções desde o ano 2020, tendo atingido em 2023 cerca de 627 milhões de Dobras, representando uma redução de 9% em relação ao período homólogo. O crédito a este sector representou em 2023, 46% do total da carteira. Importa frisar que, a participação deste sector na carteira tende também a reduzir.

### Evolução do endividamento das sociedades não financeiras

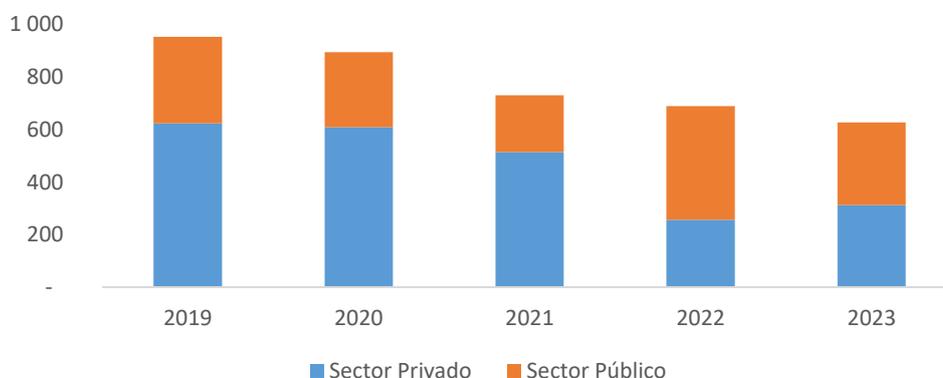


Fonte: BCSTP

O endividamento das instituições privadas, que representa a metade da dívida global das empresas não financeiras, aumentou quase 22%, ou seja, 313 milhões de Dobras no final de 2023, após uma redução de 50% em 2022. A dívida para com a banca continua a ser a principal fonte de financiamento das instituições do sector privado.

Em 2023, as empresas públicas tiveram menor recurso à dívida do sector financeiro santomense, sob a forma de empréstimos bancários (contratos de rendas certas, descobertos contratualizados e descobertos não contratualizados), tendo registado uma redução de 27% após uma subida de 100% no exercício anterior. Esta redução impactou a participação das mesmas na dívida total das instituições não financeiras, ou seja, passaram a representar apenas 50% em 2023 contra 63% de 2022. Em 2023 essas dívidas estão avaliadas em 314 milhões de Dobras.

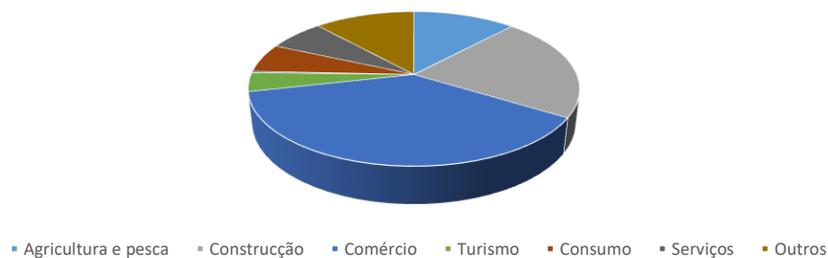
### Endividamento das sociedades não financeiras



Fonte: BCSTP

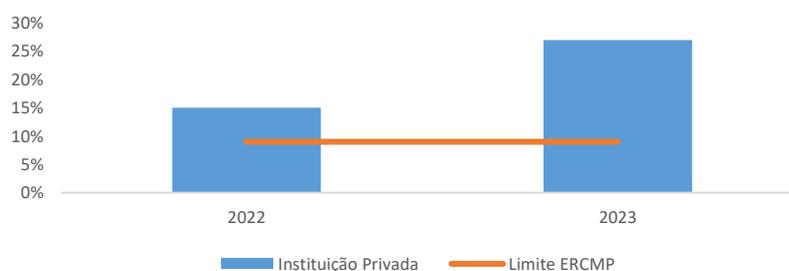
Relativamente à composição da dívida bancária global das instituições privadas, os empréstimos bancários destinados a financiar as actividades de comércio representam 38% desta dívida. Por sua vez, o financiamento para actividades de construção, agricultura e pesca representam respectivamente 22% e 12% da dívida total desse sector.

### Estrutura de crédito do sector privado



Por outro lado, a recuperação dos créditos desse sector continua a representar um grande desafio para as instituições financeiras, na medida em que, a taxa de crédito malparado do sector está muito acima do limite estabelecido pela Estratégia Nacional de Redução de Crédito Malparado (9%). Este rácio, que em 2022 representava 15% da carteira de crédito destinado ao sector privado, passou a representar em 2023, 27% do mesmo.

### CMP do sector privado



*Fonte: BCSTP*

Importa frisar que, com o aumento do rácio de CMP, os bancos tendem a endurecer cada vez mais a sua política de concessão de crédito, o que tem dificultado ainda mais encontrar sociedades com projectos exequíveis/bancáveis e devidamente estruturados, cumprindo os novos requisitos dos bancos, de modo a garantir o reembolso dos financiamentos concedidos.

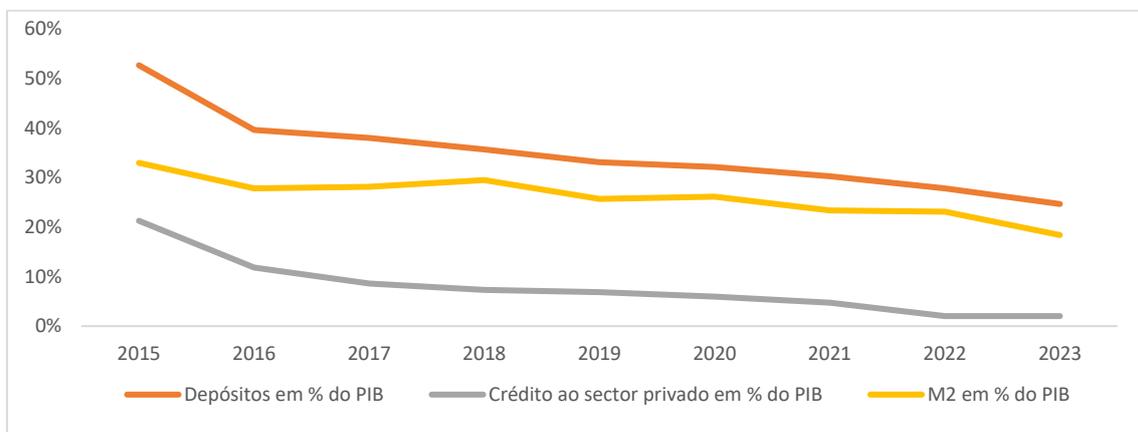
## 2.4 RISCOS RELACIONADOS COM A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E PRUDENCIAL DO SECTOR FINANCEIRO

### 2.4.1 Riscos relacionados com o Sector Bancário

São Tomé e Príncipe apresenta desafios significativos em termos de profundidade financeira, evidenciado pela redução do crédito ao sector privado, diminuição das reservas internacionais e alta dívida pública. Embora existam esforços para melhorar a inclusão financeira e modernizar o sistema de pagamentos, é essencial a implementação de reformas estruturais no sector energético, melhoria da governança e fontes de financiamento sustentáveis para fortalecer a estabilidade financeira e promover um crescimento económico inclusivo.

Não obstante o aumento dos activos bancários, esta evolução não acompanhou as necessidades da economia, demonstrando limitações na capacidade do sistema financeiro em apoiar o crescimento económico.

#### Evolução da profundidade financeira



Fonte: BCSTP

O sistema bancário, uma das principais fontes de financiamento da economia, tem conseguido, não obstante o quadro económico de recuperação pós-pandemia, manter-se, em grande parte, resiliente, conservando a tendência registada nos últimos três anos, demonstrado pelos seus indicadores de actividade, rentabilidade, liquidez e adequação

dos fundos próprios. Uma constatação verificada através do exercício de teste de esforço, realizado com base nos dados do ano 2023.

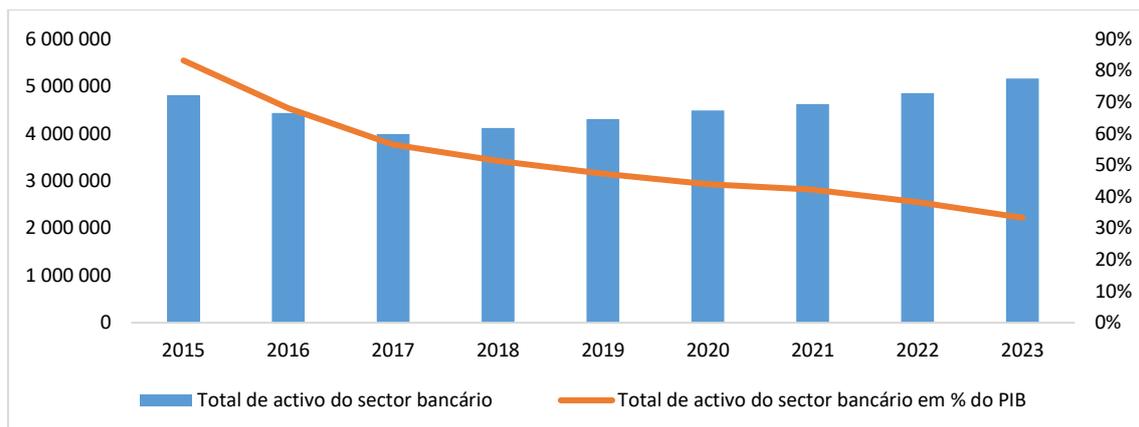
Nesta subsecção são apresentados os principais indicadores de solidez do sector bancário santomense.

### **Desaceleração da actividade no sector bancário sobretudo nas duas maiores instituições bancárias.**

As duas maiores instituições bancárias, de capital maioritariamente privado e estrangeiro, detêm 76.9% do total de activos do sistema bancário (contra 78% do ano 2022), concederam aproximadamente 82.6% do crédito líquido (contra 82.4% do ano 2022) e captaram 78.6% do total de depósitos (contra 80.3% do ano 2022). Essas duas instituições bancárias dispõem, no território nacional, de uma rede de 15 agências (sendo que uma instituição bancária detém 10 agências).

Em 2023, o total agregado dos activos dos bancos ascenderam a 5 161 milhões de Dobras, o que representa um aumento de 6,4%, contra 5% do ano anterior, representando 33,3% do PIB contra 38,2% em 2022, como consequência da desaceleração do crédito concedido.

#### **Evolução do activo do sector bancário**



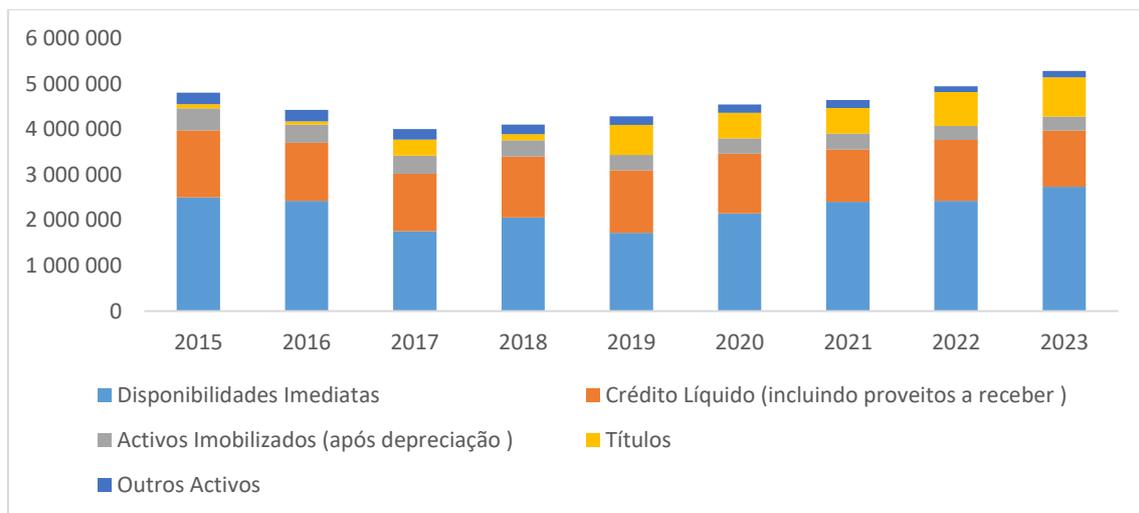
*Fonte: BCSTP*

## Desaceleração muito acentuada do crédito líquido como consequência das medidas de política monetária mais restritivas.

A estrutura de activo do sector bancário mantém-se relativamente estável, preponderado pelas disponibilidades imediatas que representam 53% dos activos totais, seguida pelo crédito líquido com 24,1%. A carteira de título vem apresentando um incremento na estrutura dos activos, representando aproximadamente 16.8% do total dos activos do sector.

Após o crescimento acentuado registado em 2022, esses dois activos de exposição, nomeadamente, carteira de crédito e carteira de título, apresentaram uma desaceleração acentuada situando-se em 1 241 milhões de Dobras (-7.9% contra +16.9% em 2022) e 866 milhões de Dobras (+16.7% contra +32 em 2022) respectivamente, em linha com as medidas de política monetária e da conjuntura económica difícil.

### Estrutura do activo do sector bancário



Fonte: BCSTP

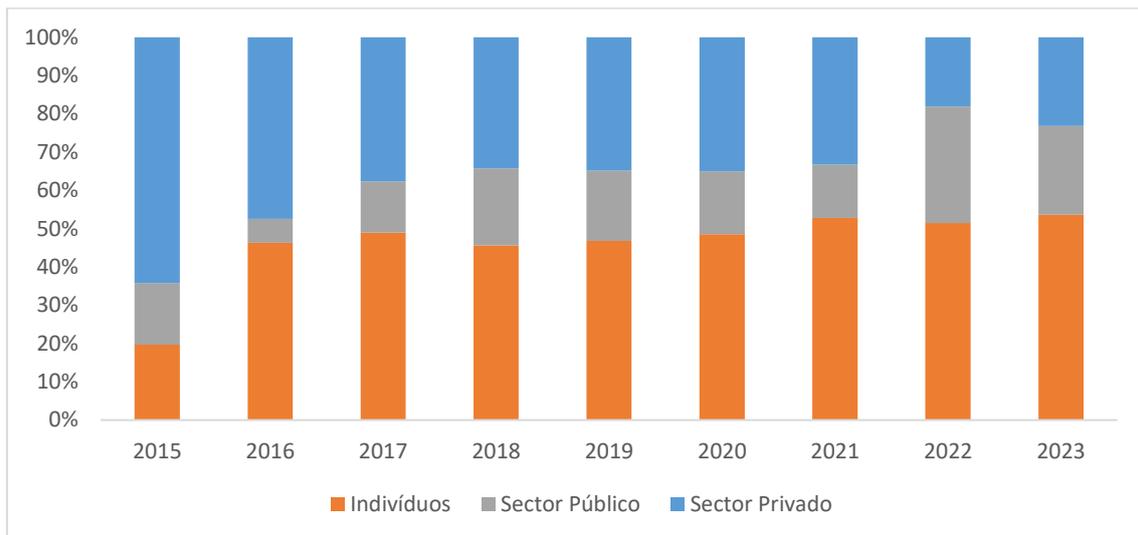
## Ligeira melhoria na diversificação do crédito por sector institucional, com o incremento no volume de crédito destinado as famílias.

A carteira de crédito<sup>10</sup>, distribuída por sector institucional, apresentou uma ligeira melhoria. No entanto, mantém-se a preponderância no crédito concedido às famílias. Este

<sup>10</sup> Carteira de crédito consiste no crédito bruto concedido pelas instituições bancárias que operam no mercado nacional.

sector continua a ser o principal beneficiário, representando 53.7% da carteira total no montante de 726 milhões de Dobras. O crédito destinado ao sector privado e ao sector público representam 23,1%, no montante de 313 milhões de Dobras e 23,2% no montante de 314 milhões de Dobras respectivamente.

### Estrutura de crédito por sector económico



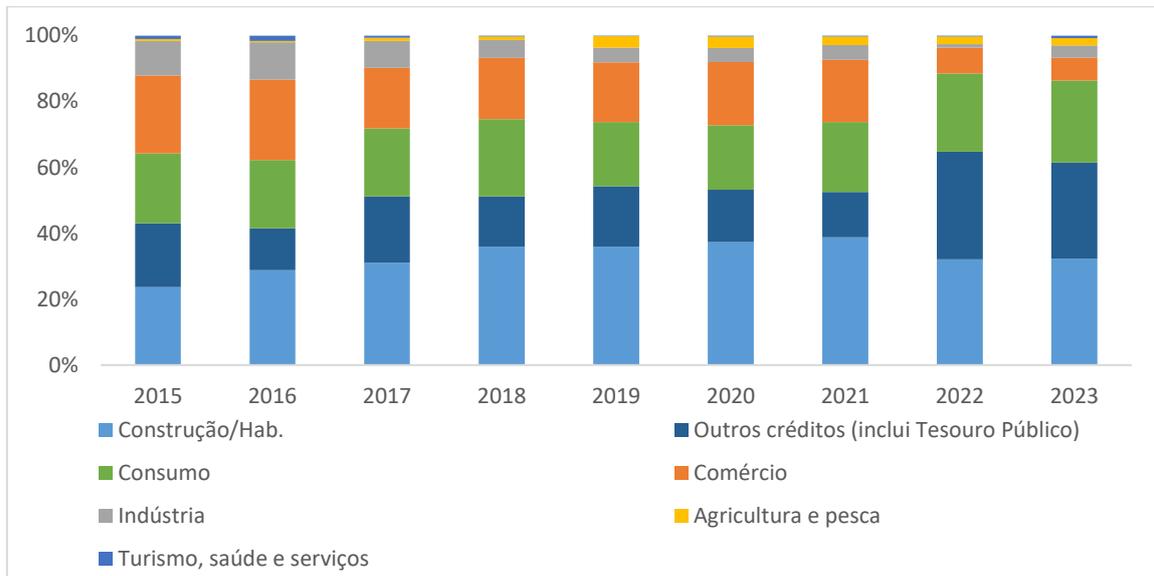
*Fonte: BCSTP*

No que concerne à distribuição do crédito por sector de actividade, a carteira de crédito mantém a mesma estrutura observada no ano anterior, ou seja, o sector de construção continua a ser o maior beneficiário, com uma quota de 32% da carteira total no montante de 437 milhões de Dobras. De seguida, o sector de consumo, representando 25% da carteira total, no valor de 337 milhões de Dobras.

A rubrica “outros” refere-se na sua maioria ao crédito destinado ao Tesouro Público, representando 72% desta rubrica e 21% da carteira total, no montante de 283 milhões de Dobras.

Por fim, o crédito destinado aos sectores do comércio, indústria, agricultura e pesca, bem como turismo, saúde e serviços representam respectivamente a quota de 7,1%, 3,7%, 2,2% e 0.7% e estabeleceram-se em 95 milhões de Dobras, 50 milhões de Dobras, 27 milhões de Dobras e 10 milhões de Dobras.

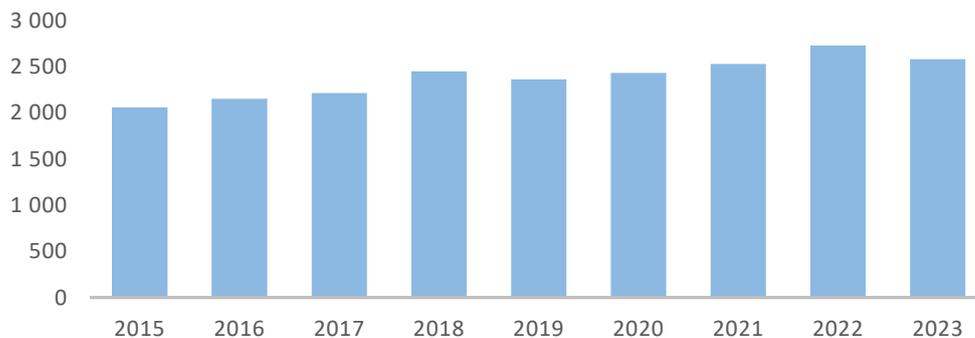
### Estrutura de crédito por sector de actividade



Fonte: BCSTP

O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) <sup>11</sup> que avalia o nível de concentração, situou-se em 2 582 contra 2 729 do ano anterior, uma ligeira diminuição após um aumento registado em 2022.

### Índice IHH mede a concentração de crédito por sector



Fonte: BCSTP

<sup>11</sup> O índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida de avaliação de concentração do sistema bancário. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todas as instituições de crédito no mercado e pode ser obtida do seguinte modo:  $IHH = \sum_{i=1}^k (c_i)^2$

Em que  $c_i$  é a quota decimal de mercado de cada uma das instituições de crédito e  $K$  é o número de instituições de crédito do mercado. O índice está compreendido entre 0 e 10 000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1 000 e 1 800 pontos e altamente concentrado se situar acima de 1 800. Considera-se, por exemplo, que uma estimativa de 0.25 é equivalente a 2.500 pontos.

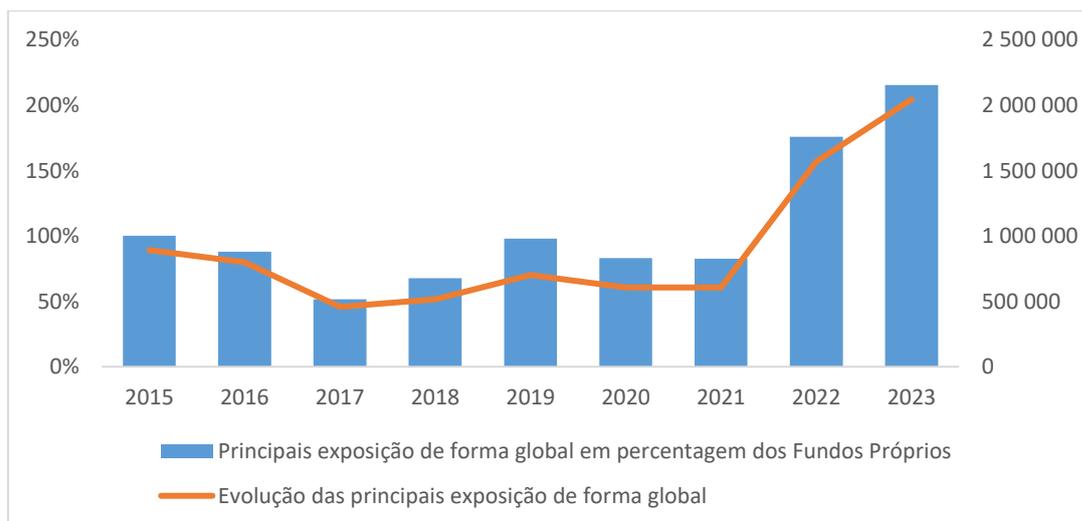
## Exposições mais relevantes ao risco de concentração ligado aos grandes devedores.

A exposição dos bancos, quer no balanço como no extrapatrimonial, aos grandes devedores, continuaram a aumentar, atingindo um montante de 2 045 milhões de Dobras em 2023 (+30,4%), dos quais 89% esta concentrado em 5 entidades pertencentes ao sector não financeiro, contra 87,4% em 2022.

O crédito representa 59,2% da exposição global do balanço, uma diminuição de 4,7%, após o aumento de 16,9% registado em 2022.

O nível global de concentração em grandes devedores aumentou para 2,2 vezes dos fundos próprios prudenciais dos bancos, contra 1,8 em 2022.

### Nível global de concentração dos maiores devedores



Fonte: BCSTP

## Tendência crescente dos activos de exposições soberanas no balanço dos bancos

Em 2023, os activos de exposição soberana representaram cerca de 59% da exposição global (56% em 2022), e financiaram em 34% o OGE 2023. Este volume de exposição representou 8,7% do PIB em 2023 e atingiu 1 288 milhões de Dobras, registando um aumento de 9,6%, quando comparado com o período anterior.

Ao analisarmos o nível de exposição dos bancos ao Estado, concluímos que, este é um dos principais riscos e vulnerabilidade do Sistema Financeiro, uma vez que estes activos de exposição representam 136% dos fundos próprios dos bancos. Assim, a evolução crescente dessa exposição, conjugada a um quadro económico e financeiro potencialmente mais adverso, podem colocar em causa a solvabilidade dos bancos e a estabilidade financeira.

A exigência de aquisição de combustíveis a pronto pagamento, gerou uma certa pressão sobre o sector fiscal, num quadro de falta de disponibilidade para o referido efeito, e levou o país em 2023 a uma crise de combustível sem precedentes. Assim, o Estado recorreu ao financiamento através de uma emissão extraordinária de Bilhetes de Tesouro (BT) no montante de 280 milhões de Dobras (a taxa de 5.75% e maturidade de 4 meses) para a compra de combustível, elevando a sua responsabilidade em BT para cerca de 1 025 milhões de Dobras

A pressão sobre o sector fiscal decorrente da necessidade da compra do combustível, bem como para o serviço da dívida (BT) levou o Estado recorrer a operações de emissões visando *roll-over* para a liquidação das emissões a vencer.

Adicionalmente à exposição em BT, os bancos apresentam um outro activo de exposição ao Estado, mormente, linhas directas de financiamento, que ascenderam a cerca de 283 milhões de Dobras em 2023.

### Evolução dos activos de exposição soberana



Fonte: BCSTP

### **Novo aumento do risco de crédito**

O crédito em risco, em 2023, registou um aumento significativo de 62,7% depois da grande redução observada em 2022, atingindo o 213 milhões de Dobras. Com efeito, observou-se um incremento do rácio de crédito em risco em 6,5 p.p., face ao mesmo período homólogo, passando a representar cerca de 15,8% da carteira de crédito. Do mesmo modo, o rácio de Crédito Malparado<sup>12</sup> (CMP), registou um aumento de 3,8 p.p., quando comparado com o ano anterior, situou-se em 11,9%.

Esta evolução resulta de um aumento mais acentuado no CMP das empresas não financeiras quando comparado às famílias, ou seja, registou-se um aumento do CMP das empresas não financeiras em 44,6%, atingindo 62,4 milhões de Dobras. Paralelamente o CMP das famílias registou um aumento de 16,2%, atingindo 98,8 milhões de Dobras o que corresponde a uma taxa de incumprimento de 12,8%.

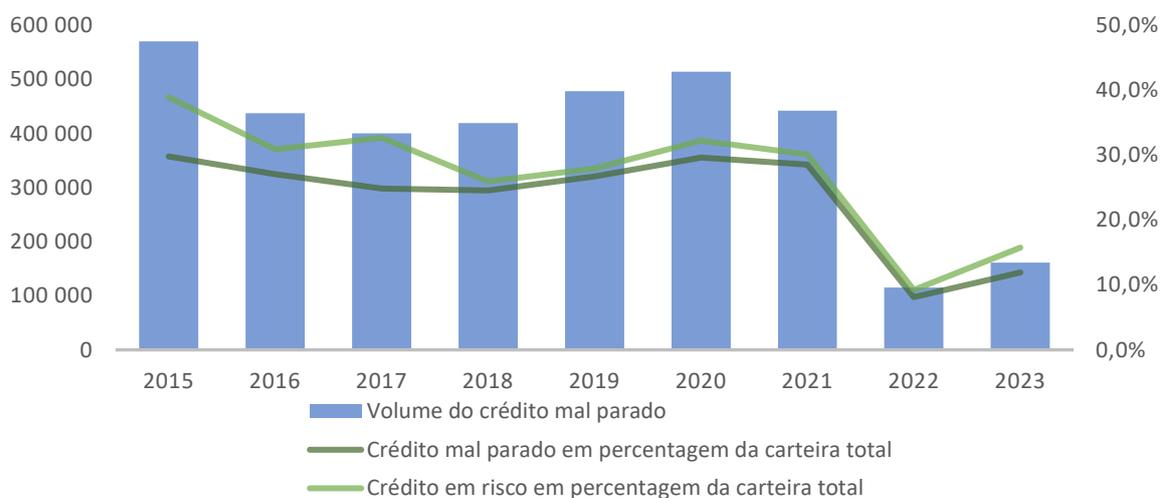
A distribuição sectorial mostra um maior aumento no sector secundário, 71,4%, representando respetivamente 15% e 63,6% de crédito concedido aos sectores de construção/habitação e indústria. O CMP detido pelas empresas do sector primário aumentou 31,6% (contra 34,2% do ano 2022) com uma taxa de incumprimento de 13%. No que concerne ao sector dos serviços, a taxa de incumprimento é de 7,2%, um ligeiro aumento quando comparado com o ano anterior (6,1% em 2022).

Importa frisar que, o sector de comércio de forma individual apresentou um incumprimento de 26,8%, contra 22,5% do ano 2022, portanto, um aumento de 4,2 p.p. Em relação às duas maiores instituições bancárias do país, o nível de CMP é de 12,7% acima dos 8,5% registados em 2022.

---

<sup>12</sup> Crédito Malparado ou Crédito Irregular - classificação nos termos do Artigo 4º da NAP 13/2021 “Classificação de Activos e Provisões”.

### Evolução do crédito malparado do sector bancário



*Fonte: BCSTP*

A redução do rácio de CMP verificada no ano 2022 resulta, dentre outros aspectos, da aplicação da NAP 13/2021 “Classificação de Activos e Provisões”, que prevê o abate de créditos classificados como perda há mais de 12 meses.

Assim sendo, os créditos abatidos no ano 2022 corresponderam a cerca de 98,8% da redução da carteira de Crédito Irregular nesse período. Desta forma, os níveis de incumprimento situaram-se, pela primeira vez, em menos de 9%, isto é, abaixo da meta que se estabeleceu na Estratégia de Redução de CMP introduzida no ano de 2016.

De acordo com o nível de risco, os créditos duvidosos, que representam por volta de 57,3% do total de CMP, conheceram, pela segunda vez, um crescimento acelerado de 9% depois do registado em 2022 (por volta de 70%), atingindo assim 93 milhões Dobras. Os créditos na categoria de perda, por sua vez, apresentaram um crescimento de 268%, fixando assim em 46 milhões Dobras, enquanto os créditos abaixo do normal com uma concentração de 13,9% atingiram 22,4 milhões Dobras.

### Distribuição de crédito malparado do sector bancário por categoria de risco



Fonte: BCSTP

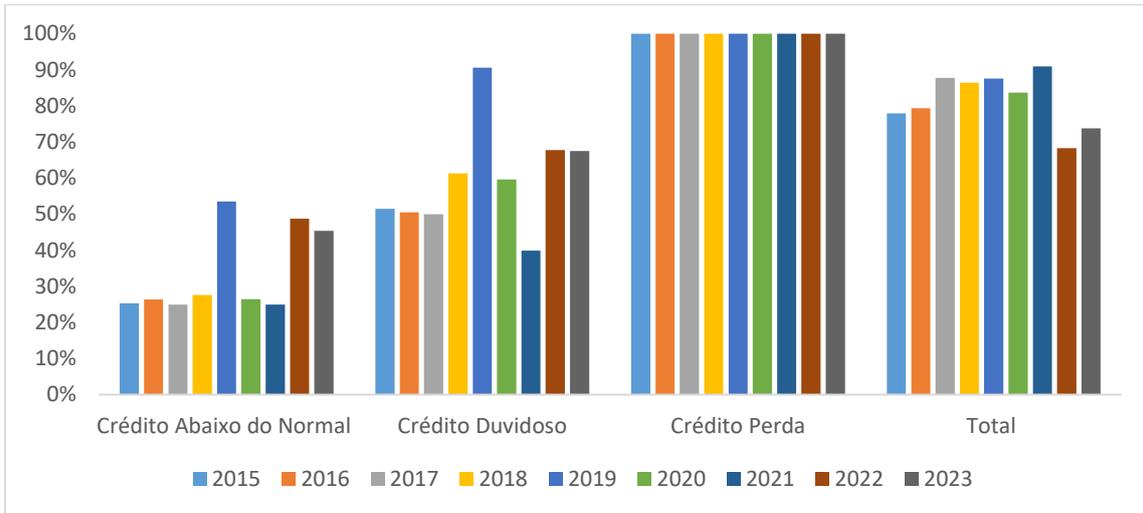
Esta mudança de estrutura na categoria de risco é explicada essencialmente pela redução do CMP em aproximadamente 98,8% em 2022, como consequência da aplicação da NAP 13/2021 “Classificação de Activos e Provisões”.

### Manutenção de um nível satisfatório do rácio de cobertura de risco

Os montantes das provisões específicas atingiram 118,9 milhões Dobras, registando um aumento de 50%, estabilizando o rácio de cobertura<sup>13</sup> de risco em aproximadamente 74%. Este indicador é de 100% para créditos na categoria de perda, 67% para créditos duvidosos e 45% para devedores classificados como abaixo do normal. Para os dois maiores bancos do sistema, a taxa de cobertura média manteve-se inalterada fixando-se em 69%.

<sup>13</sup> Rácio de relação entre provisões específicas e o Crédito Malparado (CMP), ou seja, a percentagem do CMP já provisionado.

**Evolução do rácio de cobertura por categoria de crédito, em %**



Fonte: BCSTP

Adicionalmente, os bancos constituíram provisões gerais para risco de crédito no montante de 178,7 milhões Dobras, uma redução de 16,8 milhões Dobras quando comparado ao ano 2022. Estas provisões, além de fazerem parte do capital prudencial, servem de almofada para cobrir risco não materializados, associado aos sectores sensíveis às flutuações económicas e ajudam a preservar a resiliência dos bancos em caso de potenciais choques de crédito.

**Evolução das provisões para riscos gerais de crédito constituídas pelos bancos em milhões de Dobras**



Fonte: BCSTP

### **Progressão contínua dos recursos bancários, em linhas diferentes a evolução da carteira de crédito.**

Os recursos globais dos bancos atingiram 4 202 milhões Dobras, registando um aumento de 6,5%, na mesma tendência ascendente observada no ano anterior (4,5%).

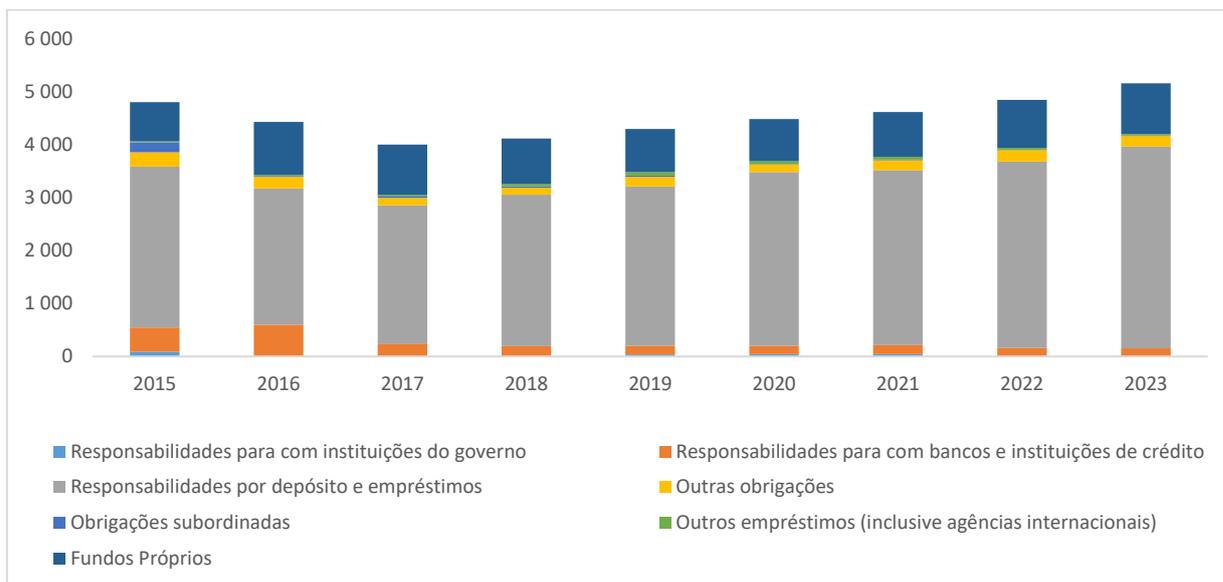
Em termos de estrutura de financiamento, o peso do financiamento através dos passivos manteve-se praticamente inalterado, com uma representação de 81%. De igual modo, o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento manteve-se inalterado, representando cerca de 19% dos recursos para o financiamento dos activos.

Relativamente a estrutura do passivo, a responsabilidades por depósitos e empréstimos, principalmente os depósitos à ordem, mantiveram-se como principal fonte de financiamento, representando cerca de 74% dos activos totais (contra 72,7% em 2022), ou seja, um montante 3 819 milhões Dobras, o que, no entanto, demonstra um incremento superior ao do ano anterior (8,3% face a 6,7% do ano 2022).

Contrariamente aos depósitos, as responsabilidades para com bancos e as instituições de crédito, segunda maior fonte de recursos, apresentaram uma contracção, tendência semelhante à dos anos anteriores, com uma redução de 3,7% após 5,7% em 2022. A sua contribuição permaneceu estável em torno de 3% dos recursos totais. Estes valores incluem dívidas contraídas com bancos e instituições de crédito no valor de 152 milhões Dobras em 2023, em comparação com 158 milhões Dobras em 2022.

O capital próprio dos bancos continuou a fortalecer-se, atingindo 958 milhões Dobras, um aumento de 5,9%.

### Evolução da estrutura de financiamento do sector bancário



Fonte: BCSTP

### Crescimento acentuado dos depósitos colectados

Em 2023, a carteira de depósitos continuou a aumentar, num contexto económico e social de incerteza. Após a contracção observada em 2022 (8,7%), os depósitos colectados juntos dos clientes em 2023 apresentou um crescimento (12,3%), consideravelmente superior à média observada entre 2010-2022 (3,7%).

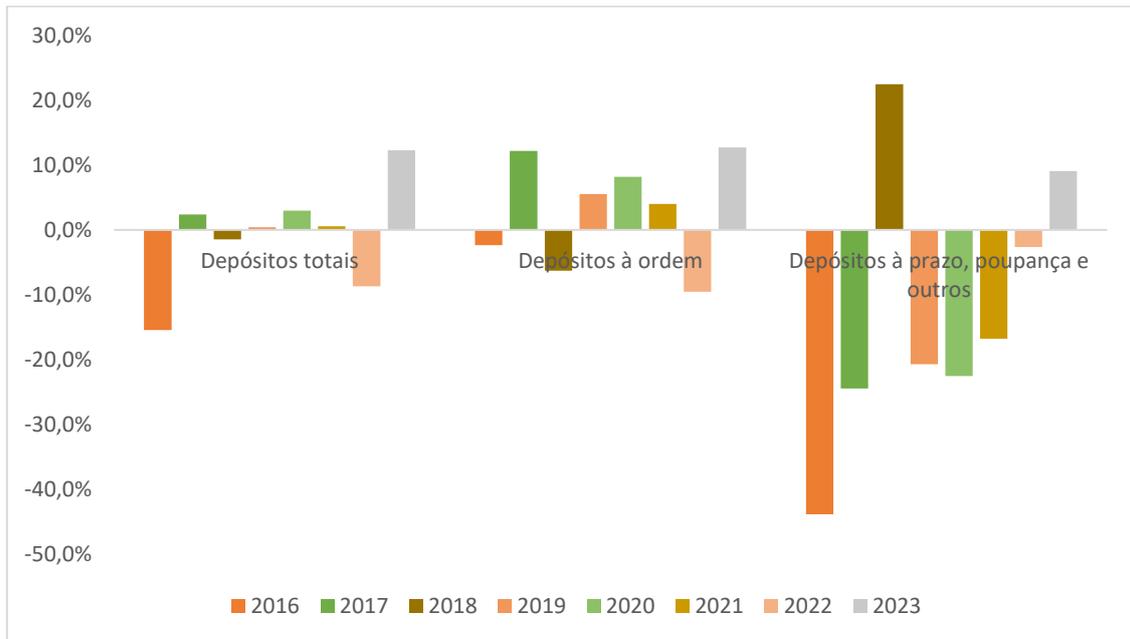
### Evolução dos depósitos colectados pelo sector bancário



Fonte: BCSTP

O crescimento global dos depósitos reflecte um aumento dos depósitos à ordem de 12,7%, após uma contracção de 9,5% no ano anterior e uma média de crescimento na ordem de 1,4% nos últimos cinco anos.

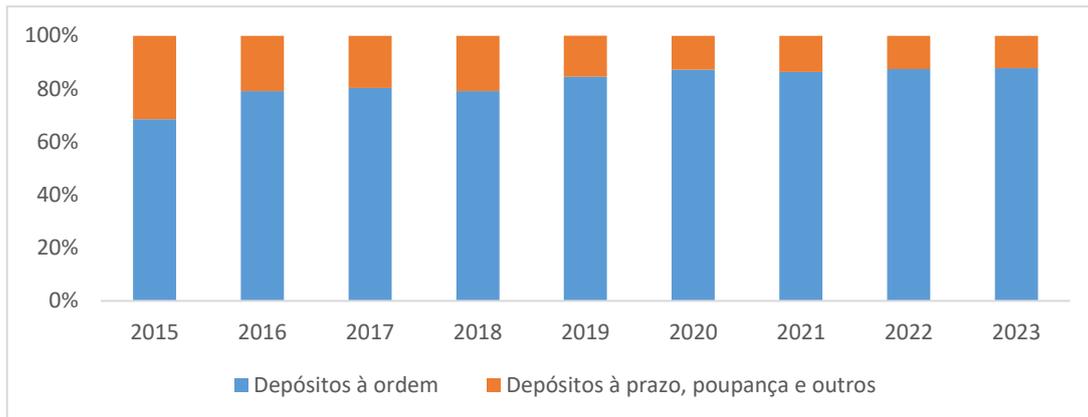
### Evolução dos depósitos por categoria, em %



Fonte: BCSTP

Em termos de estrutura, a carteira de depósitos mantém-se inalterada com as responsabilidades de curto prazo, ou seja, depósitos à ordem a representar 87,8% do total dos depósitos correspondendo a 3 848 milhões Dobras.

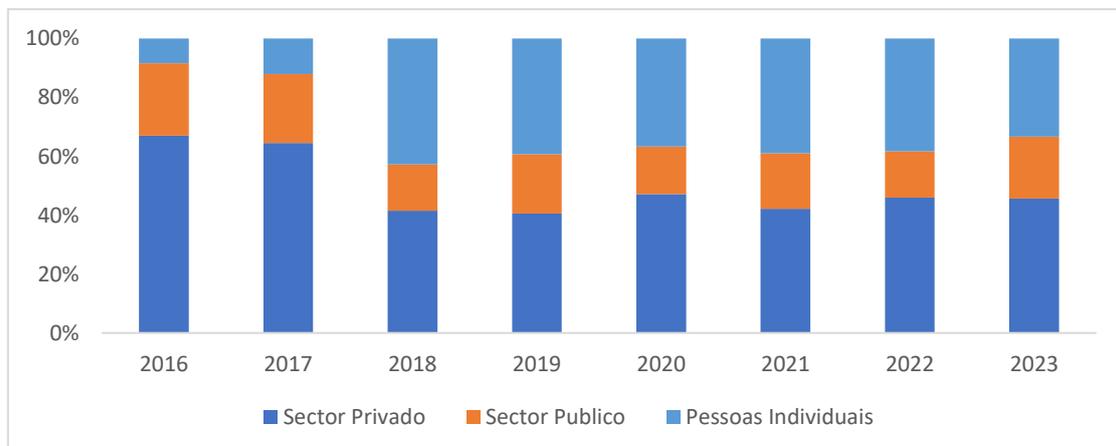
De igual modo, os depósitos à prazo, que constituem responsabilidades de médio prazo, e as contas de poupanças, incrementaram significativamente em 9,1% após a desaceleração de 2,7% ocorrida em 2022. Estas categorias representam 12,6% do total dos depósitos colectados, ou seja, 470 milhões Dobras.

**Estrutura dos depósitos por categoria, em %**

*Fonte: BCSTP*

Os depósitos captados junto de sociedades privadas não financeiras, que representam cerca de 46% do total dos depósitos bancários, aumentaram 11,6%, atingindo 1 757 milhões Dobras, em comparação com uma diminuição de 14,7% em 2022. De igual modo, os depósitos dos clientes financeiros também aumentaram 3,9%, atingindo 158 milhões Dobras.

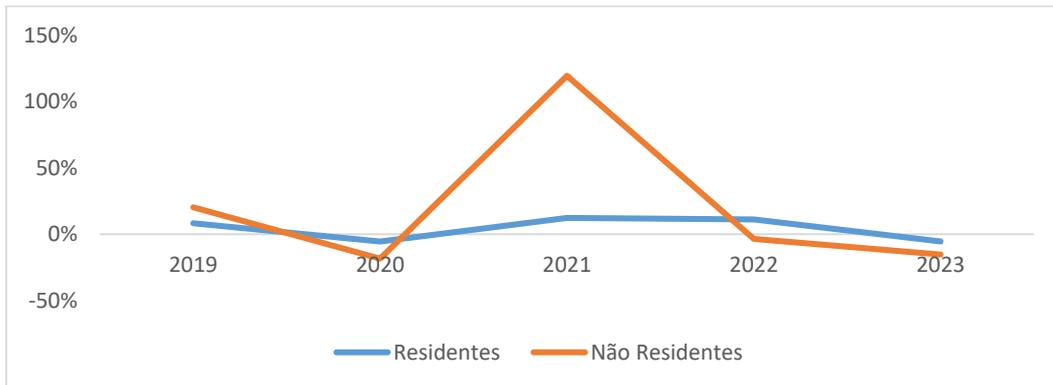
Contrariamente as outras categorias sectoriais, os depósitos das famílias diminuíram 2,5%, fixando em 1 282 milhões Dobras contra um crescimento, ainda que ligeiro, de 0,3% em 2022. A sua proporção nos depósitos totais reduziu em 5 p.p, passando a representar 33,3% do total dos depósitos bancários.

**Estrutura de depósito por agentes económicos**

*Fonte: BCSTP*

Os depósitos de santomenses residentes no exterior, que representam cerca de 1% do total, continuam a diminuir, sendo que em 2023 contraíram em 15,3% contra 3,4% de 2022, atingindo 38,2 milhões Dobras, como consequência da política de agrupamento familiar em Portugal, reduzindo assim a necessidade dos emigrantes enviarem remessas.

### Evolução dos depósitos das famílias residentes e não residentes, em %

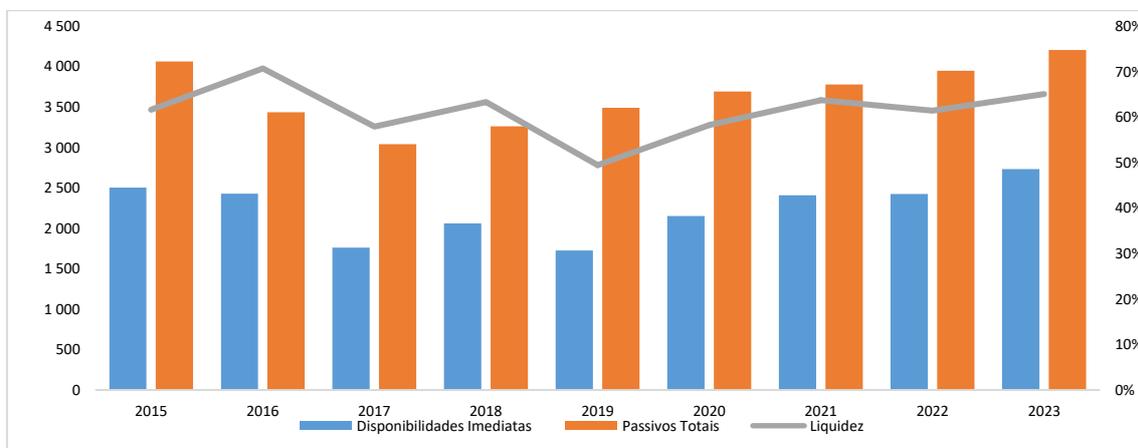


Fonte: BCSTP

### Contínua baixa intermediação no sector bancário

O rácio de liquidez do sistema bancário em 2023, posicionou-se em 65% contra 61,4% no ano 2022, portanto um aumento de 3,6 p.p, que resulta essencialmente da contracção da actividade de intermediação. O sistema bancário continua excedentário, uma vez que, este rácio manteve-se muito acima dos mínimos exigidos de 20% nos termos do artigo 8º NAP 04/2007 “Norma Sobre Liquidez Bancária”.

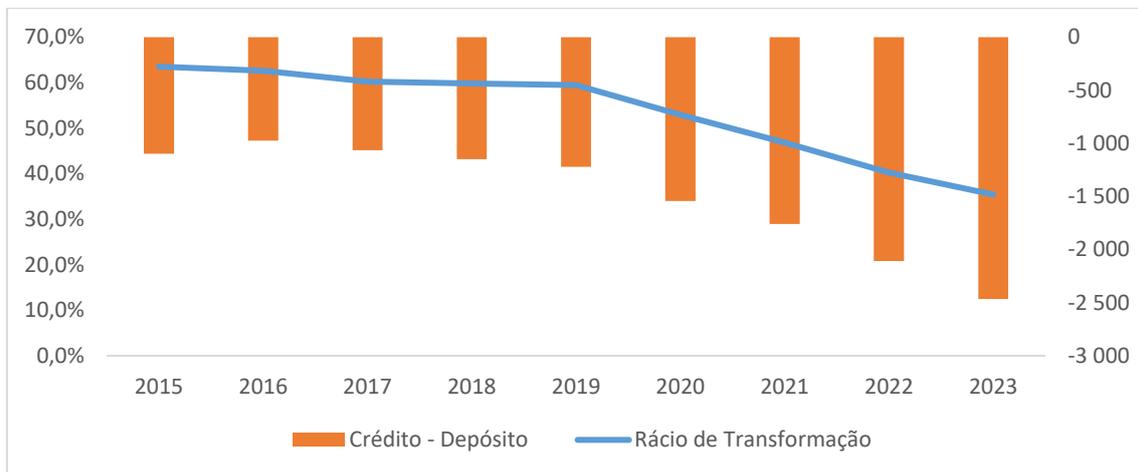
### Evolução do nível de liquidez geral do sistema bancário



Fonte: BCSTP

Os baixos níveis de intermediação acentuaram-se, sobretudo, devido a baixa actividade económica pós-pandemia e as restrições impostas pelos bancos relativamente a concessão de crédito. A actividade de intermediação conheceu uma desaceleração acentuada do crédito em contraste com a evolução positiva dos depósitos. Com efeito, o rácio de transformação situou-se em 35,4% em 2023, contra 40,2% do ano anterior, uma redução de 4,8 p.p. face ao período homólogo. Deste modo, manteve-se a tendência de redução dos últimos anos. Com efeito, o *gap* comercial<sup>14</sup> aumentou, posicionando-se no ano em referência em cerca de 2 466 milhões de Dobras.

### Evolução do nível de intermediação financeira, em %

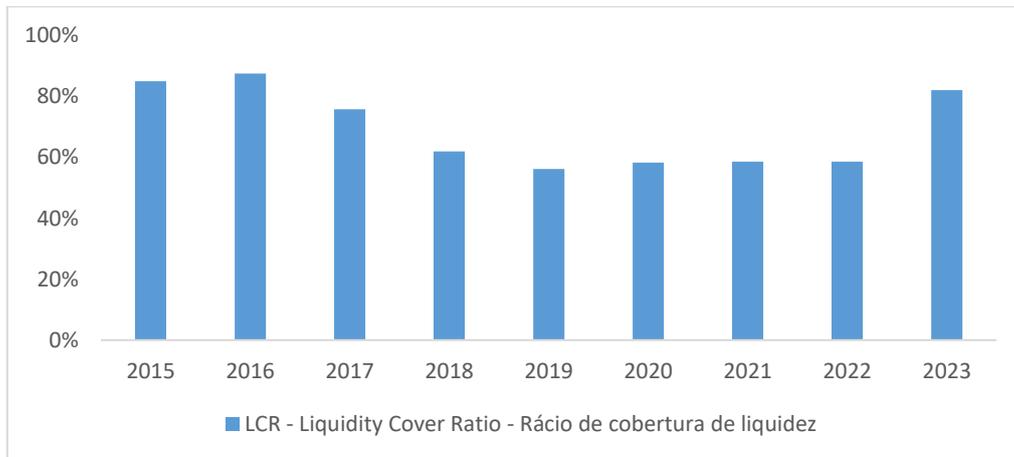


Fonte: BCSTP

Além disso, o coeficiente de liquidez de curto prazo (LCR) gerado pelos bancos, considerado como um mecanismo para obrigar as instituições bancárias a deterem um *buffer* de liquidez adequado, composto por activos líquidos de elevada qualidade e não onerados (HQLA), que podem ser facilmente monetizados em mercados privados (com nenhuma ou pouca perda de valor) de forma a fazerem face ao nível líquido de saídas de liquidez, num cenário de stress durante um período de 30 dias, apresenta um valor médio de 82% contra 59% um ano antes. Este está, portanto, abaixo do nível mínimo recomendado de 100%.

<sup>14</sup> Gap Comercial - diferença entre os créditos e os depósitos

### Evolução do LCR do sistema bancário, em %



Fonte: BCSTP

#### Caixa nº 1 – Análise das principais evoluções das reservas excedentárias

O sistema bancário santomense apresenta heterogeneidade em grande parte dos seus indicadores, incluindo as reservas junto ao BCSTP. Até 2022 o sistema bancário aparentava muita liquidez, não obstante, os processos de resolução de três instituições bancárias (2016, 2018, 2022), duas apresentaram níveis críticos de liquidez, acrescidos de incumprimentos recorrentes das Reservas Mínimas de Caixa (RMC).

A implementação pelo BCSTP, em 2022 e a sua manutenção em 2023, de medidas de política monetária mais restrictivas para o controlo da inflação, através da alteração das RMC, levou a absorção de uma parte significativa dos excedentes de liquidez que o sistema bancário detinha junto do BCSTP.

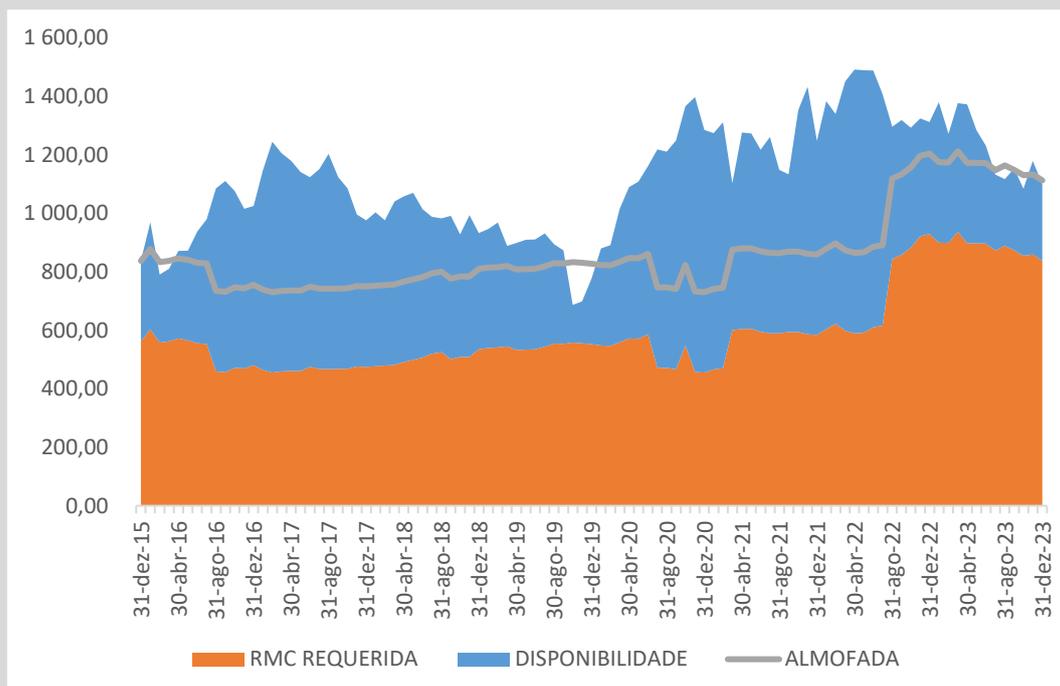
No âmbito do processo de negociação do programa com o FMI, foi colocado como uma das medidas prévias a absorção dos excedentes supracitados. Para garantir que o sistema bancário disponha a todo o tempo de liquidez para a sua gestão corrente, o BCSTP definiu uma almofada de reserva no montante de 275 milhões de Dobras. Neste sentido, o cumprimento da exigência do FMI levaria a absorção de excedentes até o limite de 275 milhões de Dobras.

Para o cumprimento do limite acima referido, o BCSTP adoptou como instrumento de política monetária os Certificados de Depósito (CD). Assim, considerando a necessidade

de garantir uma boa coordenação entre as políticas económicas, o BCSTP emite CD tendo sempre em consideração o calendário de emissão de outros instrumentos financeiros.

Em 2023, e como consequência da crise de combustível vivida no país, o Estado recorreu a várias emissões de Bilhete de Tesouro (BT) para importação de combustível.

### Evolução dos Excessos junto ao BCSTP



Fonte: BCSTP

### Queda na rentabilidade dos bancos, mas ainda superior à média dos últimos 3 anos

O resultado líquido dos bancos conheceu uma redução de 8,2% nos finais do ano 2023, após um forte crescimento - 49% em Dezembro 2022. Esta redução explica-se essencialmente pelo aumento das despesas de exploração (25,2%).

**Evolução do resultado líquido dos bancos**

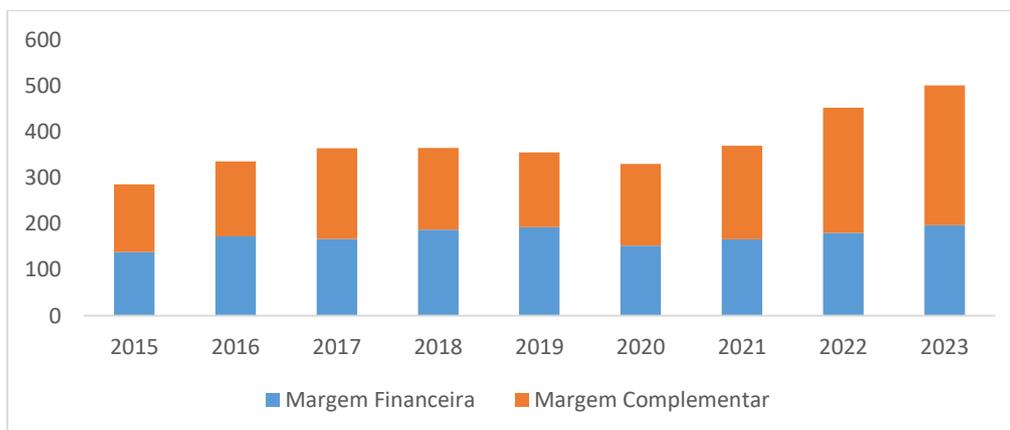


Fonte: BCSTP

O produto bancário global do sector atingiu 500,5 milhões de Dobras registando um aumento notável de 10,7% comparativamente a 2022. Este aumento resulta do crescimento em 11,6% das margens sobre as comissões, e do aumento em 9,4% da margem financeira. Esta evolução advém, essencialmente, da contribuição dos dois maiores bancos, pois o produto bancário dessas instituições aumentou em 9,3%.

Em termos de estrutura, a margem complementar continua a dominar, representando 61% do total contra 60% em 2022, reflectindo a pouca actividade da banca tradicional, essencialmente de retalho. A quota-parte da margem financeira vem reduzindo, nos últimos três anos, sendo que a sua participação na estrutura do produto bancário situa-se em 39% contra uma média de 48% (2015-2021). Esta constatação é o fruto da redução da actividade creditícia das instituições bancárias durante o período em análise.

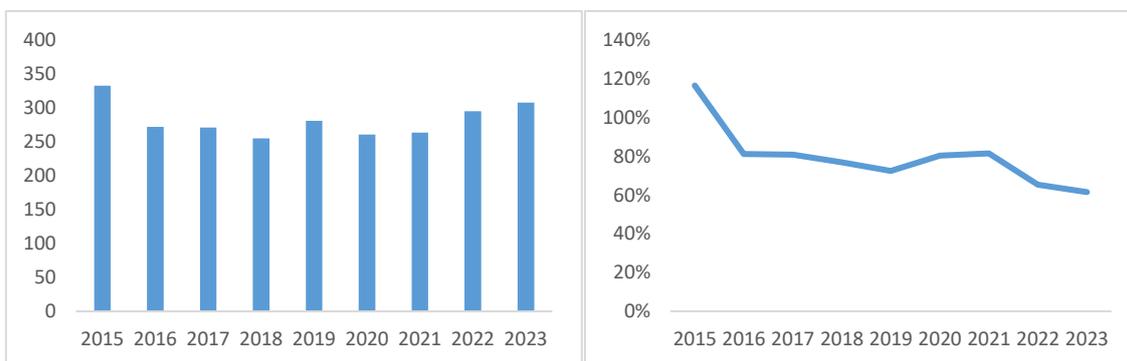
**Evolução das componentes do produto bancário, em milhões de dobrs.**



Fonte: BCSTP

O aumento das despesas de exploração foi acentuado em 11,9%, atingindo 308,2 milhões de Dobras contra um aumento de 4,3% do ano anterior, consequência do aumento significativo das despesas administrativas em 18,9 milhões de Dobras. O coeficiente médio de eficiência bancária, *cost-to-income*, melhorou no ano em referência situando-se em 61,6%, uma redução de 3,8 p.p. quando comparado ao ano anterior (65,4%).

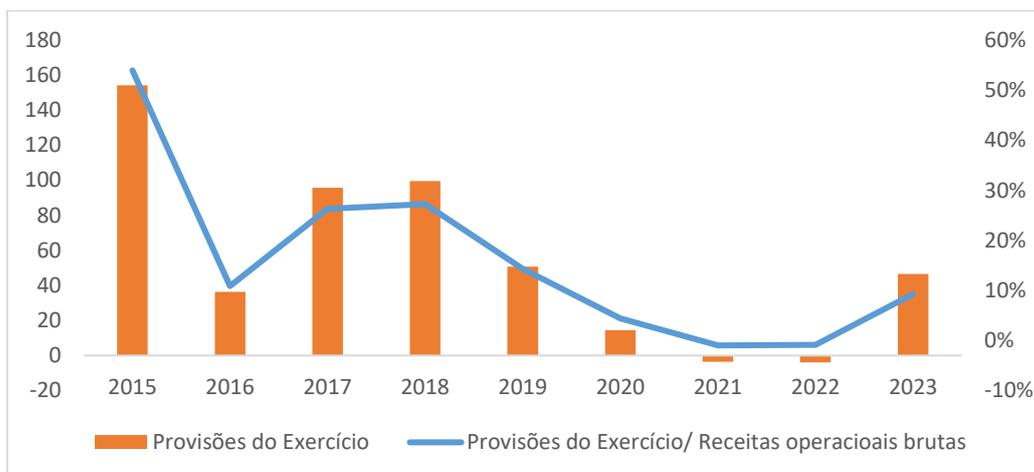
**Despesa de exploração em milhões de Dobras Coeficiente de eficiencia bancária, em %**



Fonte: BCSTP

Registou-se uma mudança da tendência decrescente do custo do risco observada entre 2019 - 2022, na sequência, dentre outros factores, da crise sanitária. O custo do risco voltou a agravar-se atingindo 46,5 milhões de Dobras, representando 9,3% das receitas operacionais brutas.

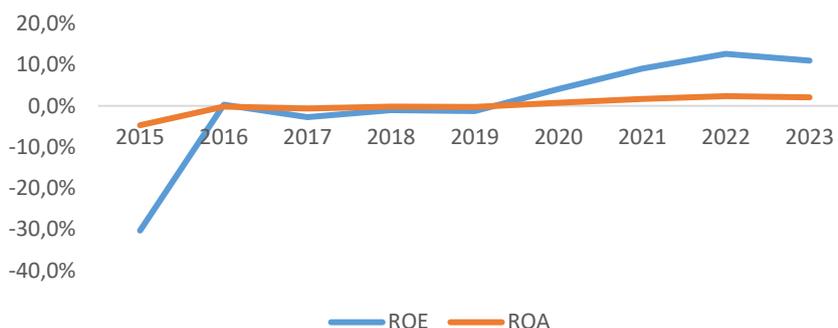
**Evolução do custo de risco dos bancos**



Fonte: BCSTP

Com efeito, a rentabilidade do sector bancário evoluiu negativamente com o rácio do retorno sobre os fundos próprios (ROE) após os impostos a reduzir em 1,7 p.p. face ao ano transacto, situando-se em 10,95% (12,6% em 2022), e a rentabilidade média dos activos (ROA) a situar-se em 2% (contra 2,4% do ano 2022).

### Rentabilidade do sector bancário, em %

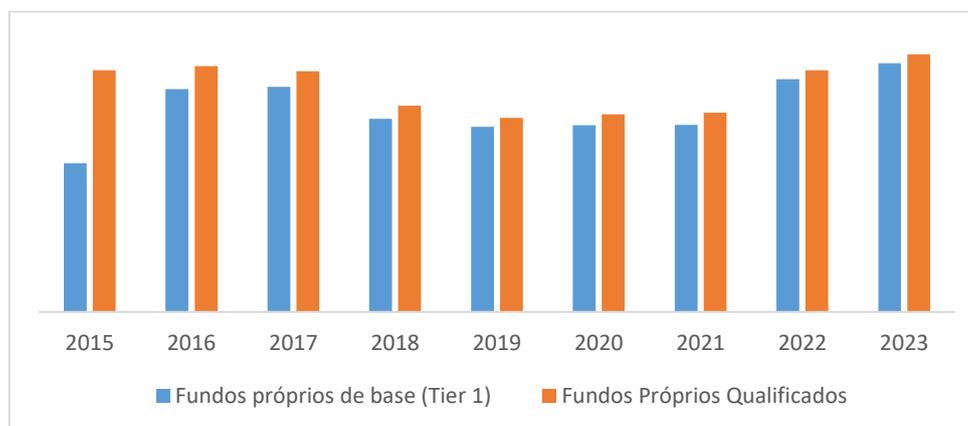


Fonte: BCSTP

### O fortalecimento dos fundos próprios do sector bancário permite-lhe apresentar indicadores acima dos limiares mínimos regulamentares

Os bancos santomenses continuam adequadamente capitalizados, com um aumento de 6,5% dos seus fundos próprios prudenciais em 2023, atingindo assim aproximadamente 946,6 milhões de Dobras. Especificamente, os fundos próprios de base, ou seja, *Tier 1*, aumentaram em 6,8%, enquanto que os fundos próprios complementares (*Teir 2*) diminuíram em 0,4%, depois de uma diminuição de 11,3% em 2022 e 7,4% em 2021.

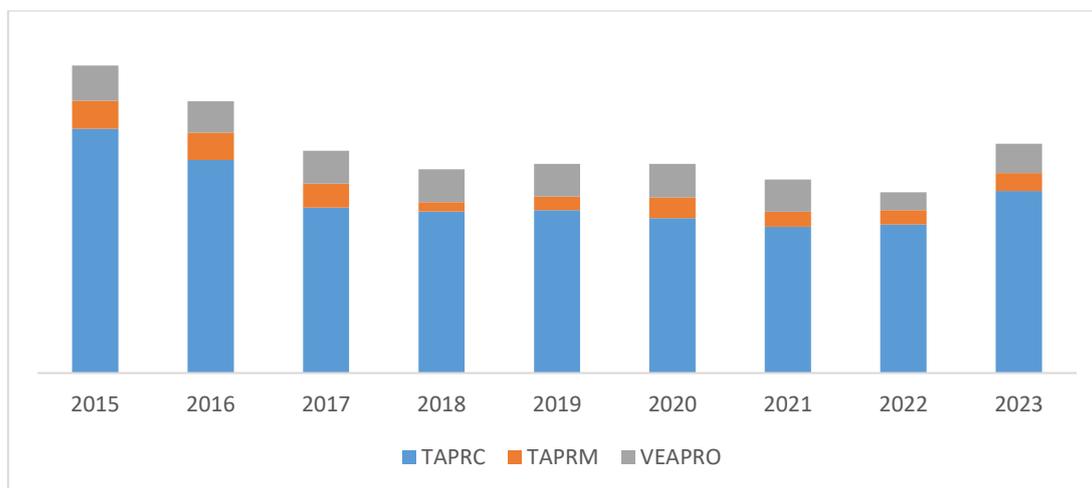
### Fundos próprios prudenciais dos bancos em milhões de dobras.



Fonte: BCSTP

Os activos ponderados pelo risco, maioritariamente representados pelo risco de crédito em 79,4%, conheceram um aumento de 26,7% em 2023 em contraste com a diminuição de 6,5% em 2022.

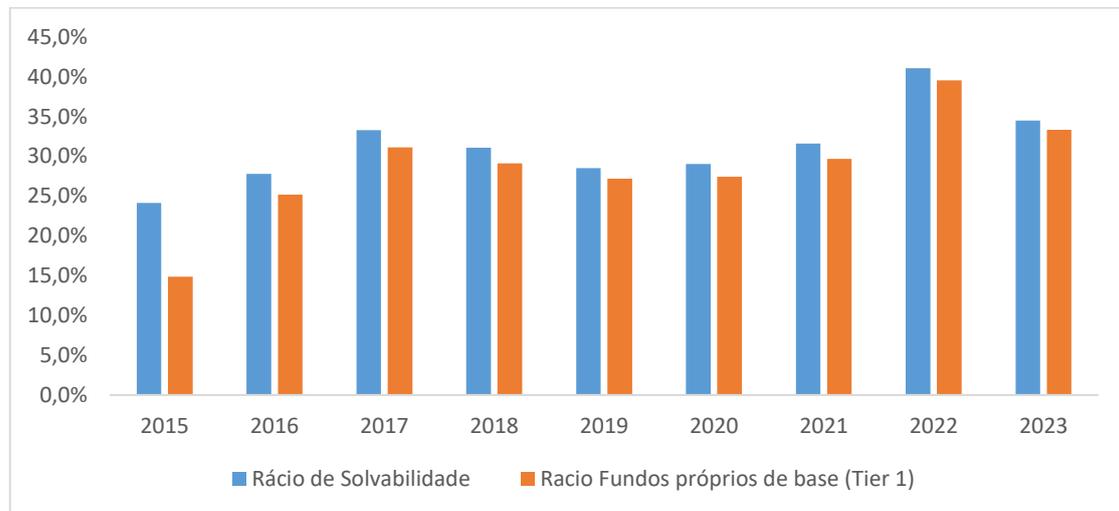
### Estrutura dos activos ponderados pelo risco em milhões de Dobras



Fonte: BCSTP

Com efeito, o rácio de solvabilidade<sup>15</sup> médio, que é a razão entre os fundos próprios e os activos ponderados, situaram-se em 34,5%, representando uma diminuição de 6,5 p.p. quando comparado à 2022 (41,1%), bem acima do limite mínimo de 12% prudencialmente definido. O rácio de fundos próprios de base diminuiu para 33,3% em 2023 (contra 39,6% de 2022). Para os dois maiores bancos, os rácios prudenciais médios eram respectivamente de 31,9% e 30,9% contra 37,9% e 36,7% do ano anterior.

<sup>15</sup> Rácio de solvabilidade definida nos termos da NAP 12/2021 “Adequação de Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade das Instituições Financeiras”, mínimo exigidos pela NAP de 12%.

**Rácio de fundos próprios do sector bancário, em %**

*Fonte: BCSTP*

### **Os bancos santomenses continuam a apresentar resiliência face aos choques macroeconómicos**

No quadro da avaliação regular da resiliência dos bancos face aos choques macroeconómicos, o Banco Central de São Tomé e Príncipe efectuou um novo exercício de teste de esforço macroprudencial, tendo como base os dados referentes ao quarto trimestre de 2023 dos dois maiores bancos que representam 77% dos activos totais do sector bancário.

Tendo em consideração as melhores práticas internacionais, neste exercício foi introduzido um novo cenário de choque, dito “severo” que implica uma degradação das condições macroeconómicas menos graves do que o cenário extremo, onde a probabilidade de ocorrência é muito baixa.

Assim, o exercício de teste de esforço macroprudencial foi realizado de acordo com três diferentes cenários macroeconómicos, baseados em hipóteses de choques graduais: (i) um cenário base, em linha com as previsões macroeconómicas do BCSTP, (ii) um cenário severo, mas plausível, estipulando a deterioração das condições macroeconómicas e (iii) um cenário extremo, que pressupõe uma forte recessão induzida por uma combinação de choques macrofinanceiros.

Importa enfatizar que, o teste de esforço não é uma previsão de eventos futuros, mas sim, um exercício prudencial para avaliar a solidez dos bancos face a condições económicas e financeiras adversas.

O cenário base pressupõe um crescimento económico nacional na ordem de 0,9% em 2024 justificado pelos desafios inerentes à necessidade de reposição das reservas externas aos níveis exigidos através de uma melhor reestruturação do mercado, assegurando que as contrapartidas financeiras das trocas com o exterior estejam plenamente reflectidas no sistema financeiro local.

Adicionalmente, espera-se uma estabilização do défice orçamental acompanhada da manutenção de reservas excedentárias abaixo de 200 milhões de Dobras de forma a permitir um maior equilíbrio de liquidez e, conseqüentemente, evitar sobrevalorização real do Euro. Este facto é susceptível de mitigar riscos de especulação cambial, o que impulsionará um processo desinflationista mais acelerado.

Em 2025, a actividade económica deverá, no entanto, acelerar para 3,1%, impulsionado pelo processo de transformação estrutural, centralizando reformas no sector de energia com impacto a curto prazo.

As reformas estruturais de médio prazo favorecerão uma transição para a energia verde, que não só permitirá liberar o potencial de crescimento sem gerar desequilíbrios fiscais, mas, de igual forma, uma menor exposição das reservas internacionais líquidas às flutuações dos preços internacionais do Crude.

O cenário severo pressupõe a materialização de quatro choques, nomeadamente:

1. Uma intensificação das tensões geopolíticas, que levaria a um aumento do custo das matérias-primas;
2. Uma forte desaceleração da actividade nos países parceiros;
3. Um desempenho desfavorável do sector da indústria, objecto, dentre outros factores, da diminuição da produção e exportação do óleo de palma e a não consolidação de produção de chocolate da CECAB e;
4. Impacto negativo das medidas para reposição das reservas externas aos níveis exigidos, acompanhado de aumento da emigração.

Neste contexto, o ambiente externo seria marcado por uma queda do PIB de 1,9% na zona Euro e um abrandamento do crescimento na África Subsariana para 2,6%. Por sua vez, os preços das matérias-primas aumentariam.

Esta evolução levaria, em 2024, a uma intensificação das pressões inflacionistas, a uma diminuição da procura externa, a uma desaceleração pronunciada das transferências dos santomenses residentes na diáspora. Consequentemente, espera-se uma contracção do PIB de 2,8% em 2024, antes de recuperar 0,5%, devido à melhoria da produção agrícola e à dissipação gradual dos choques sofridos.

Quanto ao cenário extremo, este assume uma magnitude mais acentuada dos quatro choques acima mencionados, nomeadamente:

1. Um alargamento dos conflitos geopolíticos em diversas regiões (Médio Oriente, Ucrânia, África), causando perturbações na produção de matérias-primas e cadeias de abastecimento, bem como o aumento dos custos de frete.
2. A recessão em vários países, na sequência do aumento das pressões inflacionistas, o aperto das condições financeiras e o aumento do proteccionismo.
3. Uma deterioração mais acentuada das condições climáticas, deteriorando o valor acrescentado agrícola durante dois anos consecutivos.
4. Um aumento acentuado do sector informal, impossibilitando uma reposição das reservas externas aos níveis exigidos, acompanhado de um fluxo emigratório elevado.

Estes desenvolvimentos resultariam num declínio do PIB de 3% na zona euro e de 0,9% na África Subsaariana e um aumento nos preços das matérias-primas. Deveriam também induzir um abrandamento nos fluxos de IDE para São Tomé e Príncipe e uma contracção nas transferências dos santomenses residentes na diáspora. Em consequência, espera-se que o PIB diminua 5,1% em 2024, antes de recuperar timidamente para 0,3% em 2025, acompanhado por um aumento da inflação, sem, no entanto, atingir o nível registado em 2022-2023.

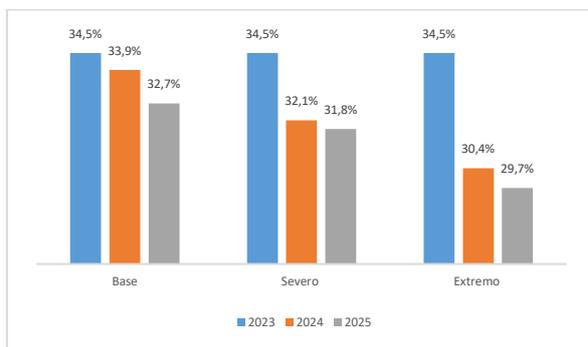
No cenário base, o nível médio do crédito malparado deverá estabilizar-se em 10,4% em 2024-2025, após 11,9% de 2023. Além disso, espera-se que o lucro líquido aumente no horizonte 2024 – 2025, explicado pela melhoria da margem financeira bem como o bom

desempenho da margem complementar. Portanto, os bancos deverão manter níveis confortantes dos seus rácios de solvabilidade no final de 2025, com um rácio médio, de cerca de 36,4% para os fundos próprios globais e de 34,9% para rácio de *Tier 1*.

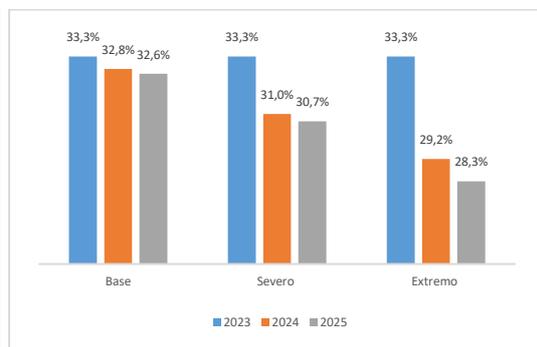
No cenário severo, rácio do crédito malparado dos bancos deverá atingir 19,1% em 2024 e 19,7% em 2025, devido à desaceleração da actividade económica, baixo nível das reservas internacionais líquidas e do aumento da inflação que irá deteriorar a situação financeira das famílias e das empresas. Assim, o custo do risco para os bancos deverá aumentar, impactando negativamente o seu resultado líquido. Esta evolução terá um impacto negativo no capital dos bancos, levando a uma ligeira redução do rácio de solvabilidade, no entanto, os bancos continuarão a cumprir os requisitos mínimos de capital em vigor.

Concernente ao cenário extremo, o impacto dos choques económicos seria mais acentuado, com uma taxa média de crédito malparado a aumentar para 21,3% em 2024 e 21,9% em 2025, concomitantemente com a acentuada deterioração das condições económicas. O resultado líquido dos bancos deverá, portanto, registar uma redução em 2024, proveniente principalmente do aumento significativo no custo do risco. Não obstante a estes choques, os rácios médios de solvabilidade e de *Tier 1* permanecerão em conformidade com os requisitos regulamentares actuais.

Evolução do rácio de solvabilidade



Evolução do rácio Fundos próprios de base



Fonte: BCSTP

## 2.4.2 Riscos relacionados com o Sector Segurador

Não obstante o contexto económico pouco favorável, o sector segurador apresentou um desempenho positivo, com evoluções favoráveis ao nível dos principais indicadores. Contudo, a sua importância na economia continua exígua, com taxa de penetração de 0,58% e índice de densidade de 13,25 Dólar por pessoa.

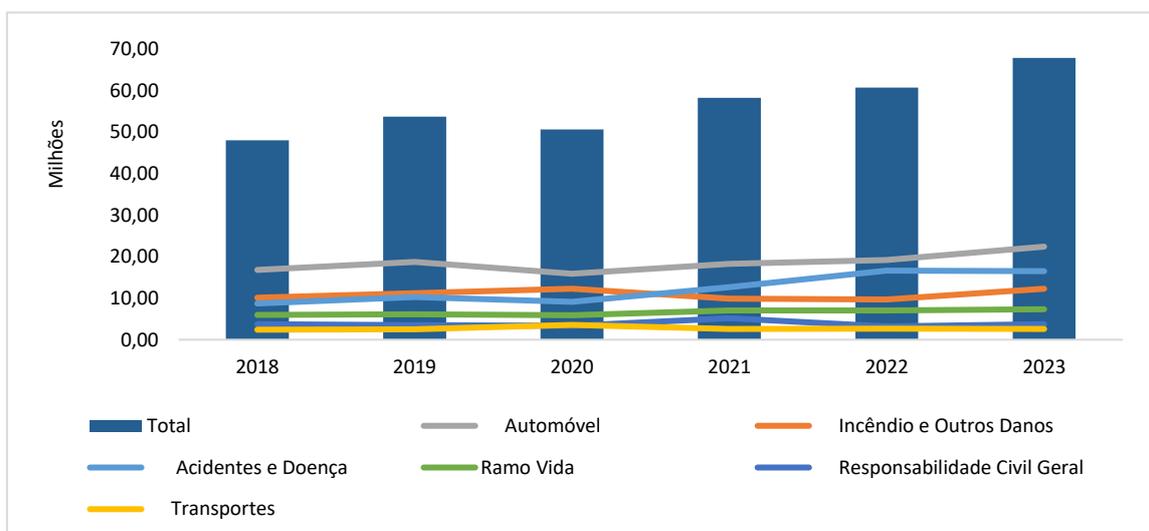
### Um sector em plena recuperação

O aumento dos prémios brutos emitidos, pela terceira vez consecutiva, veio confirmar a tendência crescente e a recuperação do sector segurador, após períodos de quebra e oscilação, motivados por conjunturas menos favoráveis verificadas na economia do país.

Em 2023, o volume de negócios das seguradoras locais contabilizava-se em 67,86 milhões de Dobras, tendo-se registado um incremento de prémios brutos emitidos na ordem de 11,8% comparativamente ao exercício homólogo anterior.

Este aumento foi impulsionado, principalmente, pelas produções de seguro automóvel e seguro de incêndio e outros danos, cujos incrementos cifraram nos 3,24 e 2,59 milhões de Dobras respectivamente.

### Evolução dos prémios brutos emitidos



Fonte: BCSTP

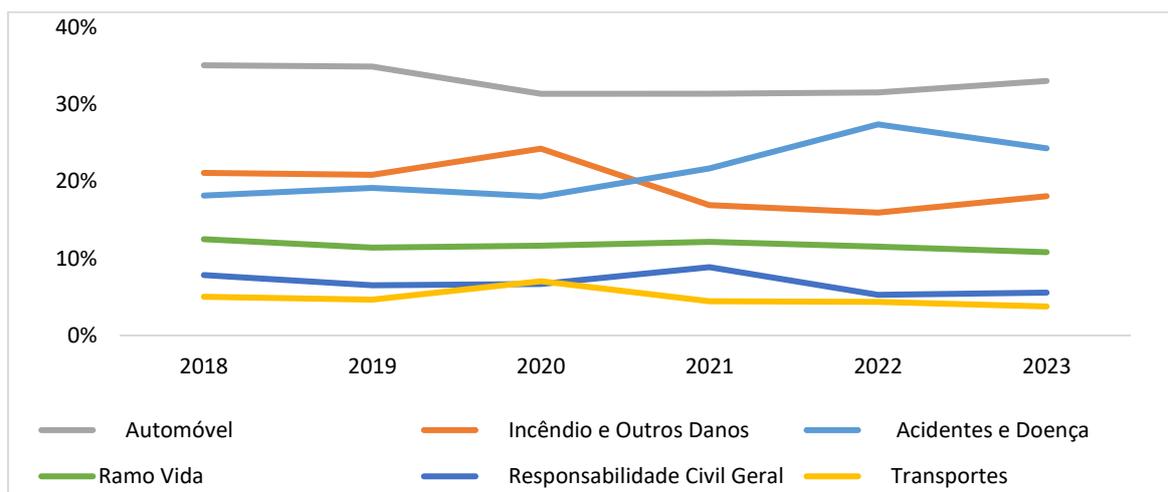
## Mantém-se a tendência de concentração nos mesmos produtos

A carteira de produtos das seguradoras locais está constituída por 10,8% de seguros de Ramo Vida e 89,2% de seguros de Ramos Gerais.

A produção do Ramo Vida ascendeu aos 7,33 milhões de Dobras, representando um acréscimo de apenas 5% comparativamente ao exercício homólogo anterior. Este ramo de seguros encontra-se ainda numa fase embrionária de exploração, com o montante de prémios a oscilar entre os cinco e os sete milhões de dobras nos últimos três anos.

A produção dos Ramos Gerais em 2023 ascendeu aos 60,5 milhões de Dobras, 13% acima do registado no exercício homólogo anterior.

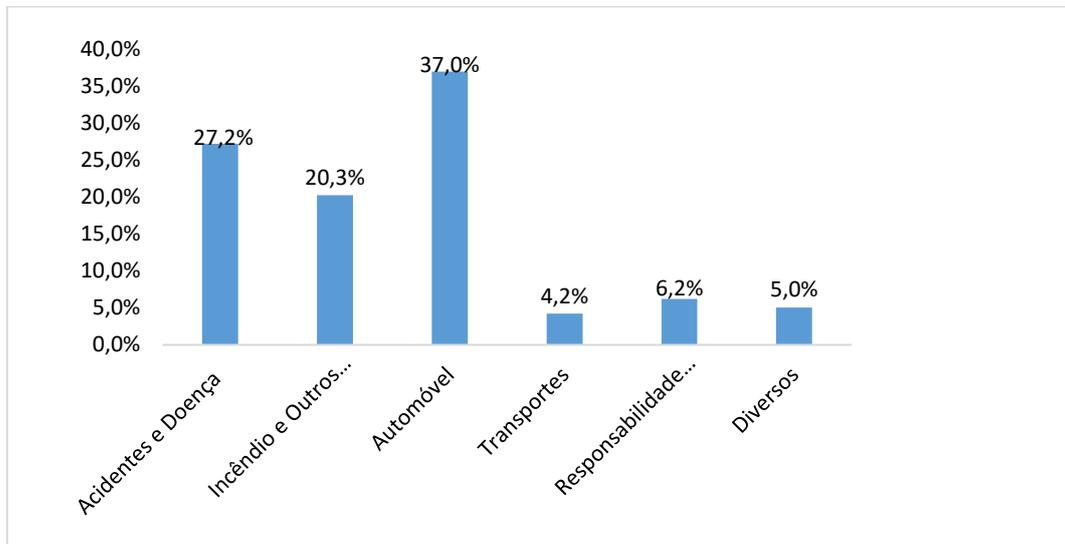
### Estrutura da Carteira de Prémios



Fonte: BCSTP

Dentro dos Ramos Gerais, encontramos o seguro de Automóvel, seguro de Acidente e Doença, e o seguro de Incêndio e outros Danos que, juntos, dominam a carteira com uma concentração de 84,5%.

### Estrutura da Carteira de Prémios de Ramos Gerais



Fonte: BCSTP

Os prémios de seguro Automóvel, em 2023 situavam-se em 22,4 milhões de Dobras, tendo crescido 17% comparativamente ao exercício homólogo anterior. Esta modalidade de seguros que há dez anos representava a metade da carteira, em 2023 continuou sendo o principal produto das seguradoras, não obstante baixar para um terço, a sua expressividade na carteira.

O segundo maior produto é o seguro de Acidente e Doença, que conquistou esta posição em 2021 e representa actualmente 24,3% da carteira. Os prémios desta modalidade baixaram para 16,5 milhões em 2023, tendo registado um ligeiro decréscimo de 1% comparativamente ao exercício homólogo anterior.

### **Um custo com sinistro global que aumenta não obstante a redução de custo de alguns sinistros**

Os custos com sinistros em 2023 ascenderam aos 19,6 milhões de Dobras, correspondendo a um aumento de 9% relativo ao exercício homólogo anterior. Este aumento foi impulsionado principalmente pelas modalidades de seguro Automóvel e seguro de Acidente e Doença.

Relativamente a custos por modalidades, neste mesmo exercício em análise, com exceção de seguros do Ramo Vida, verificou-se reduções, de custos com sinistros na modalidade de Incêndio e outros Danos, bem como em todas as modalidades de seguros menos expressivas da carteira de produtos.

Em termos de indemnizações, em 2023 os montantes pagos ascenderam aos 17,3 milhões de Dobras, o que representa 25,5% de prémios brutos arrecadados e corresponde, por sua vez, a um aumento de 18% comparativamente ao exercício homólogo anterior.

### **Evolução das indemnizações pagas entre 2019-2023**

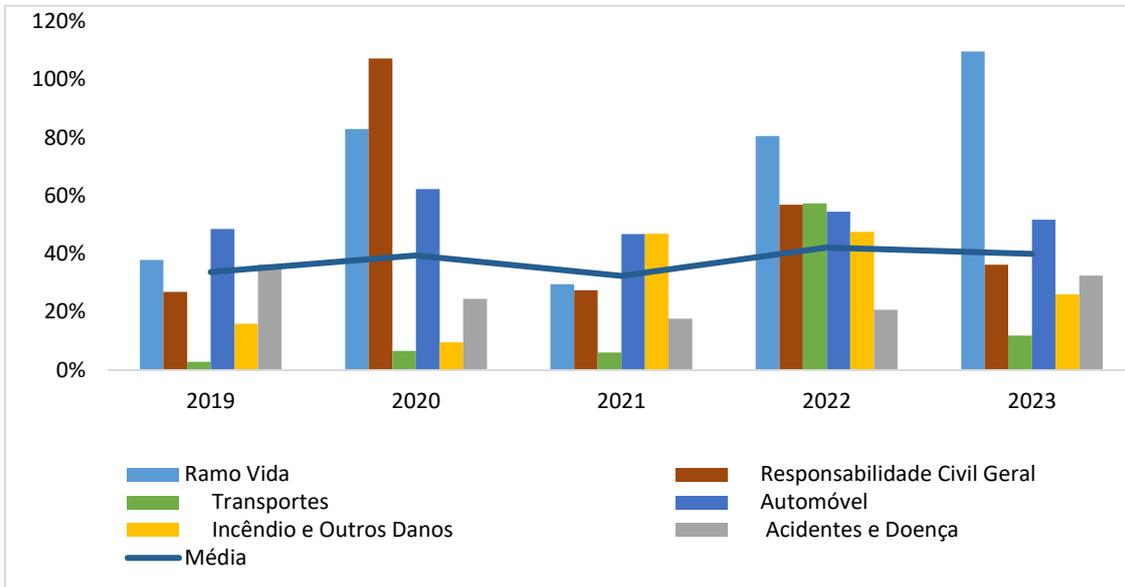
(milhões)	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Variação</b>
Acidente e Doença	1,99	1,82	1,72	2,63	4,43	68%
Incêndio e Outros Danos	1,02	0,86	0,71	2,33	1,86	-20%
Automóvel	6,15	5,65	5,38	6,50	8,35	28%
Transporte Marítimo	0,04	0,20	0,13	1,25	0,0	-----
Responsabilidade Civil Geral	0,05	0,97	0,77	0,37	0,25	-32%
Ramo Vida	1,91	1,03	1,99	1,63	2,42	49%
<b>T o t a l</b>	<b>11,16</b>	<b>10,53</b>	<b>10,70</b>	<b>14,70</b>	<b>17,31</b>	<b>18%</b>

*Fonte: BCSTP*

A modalidade de seguro Automóvel continua a ser a mais sinistrada, com cerca de metade de indemnizações pagas.

A taxa média de sinistralidade, verificada em 2023, baixou 2%, fixando-se nos 40%, comparativamente ao exercício homólogo anterior.

### Evolução do nível de sinistralidade por produto



Fonte: BCSTP

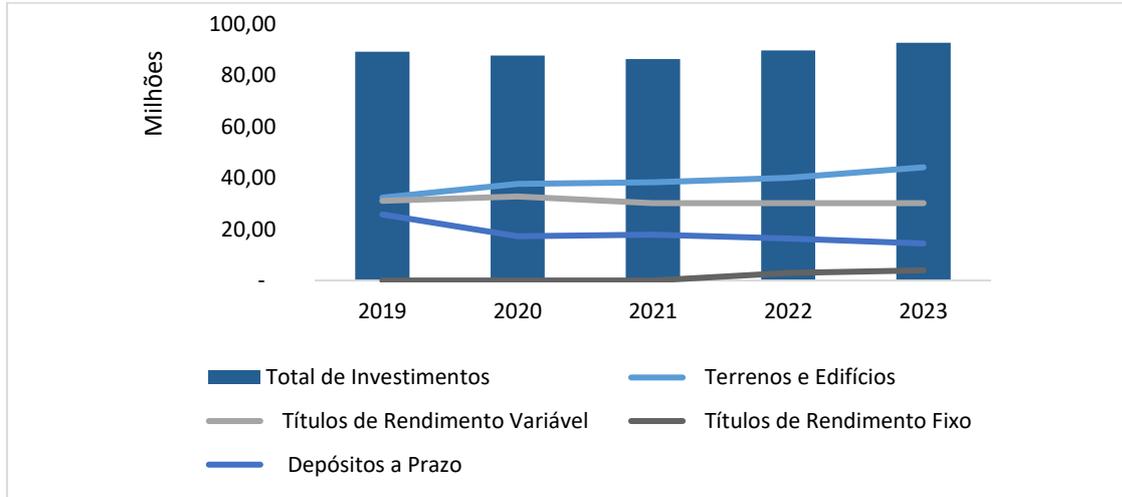
### Consolidação do crescimento da actividade seguradora

Em 2023, os activos totais das seguradoras ascenderam aos 154,8 milhões de Dobras, contra os 139,9 milhões do ano 2022, registando um aumento de 10,6% relativo ao exercício anterior.

Os activos das seguradoras estão constituídos maioritariamente por investimentos que, no exercício em análise, representavam 60% de activos.

Os investimentos das seguradoras no período em análise situavam-se em 92,9 milhões de Dobras, tendo crescido 3,4% relativamente ao exercício homólogo anterior.

### Evolução da Carteira de Investimentos



Fonte: BCSTP

Estes investimentos estão compostos por 48% de terrenos e edifícios, 33% de títulos de rendimentos variáveis, 16% de depósitos à prazo e 4% de títulos de rendimento fixo.

A rubrica Terrenos e Edifícios estava avaliada em 44,2 milhões de Dobras, passando a registar um crescimento de 4,1 milhões de Dobras em relação ao período homólogo anterior, justificados pela aquisição de Terrenos por parte de uma seguradora.

Por outro lado, os depósitos à prazo baixaram pelo segundo ano consecutivo, cifrando-se nos 14,45 milhões de Dobras em 2023, menos 2 milhões que o exercício anterior.

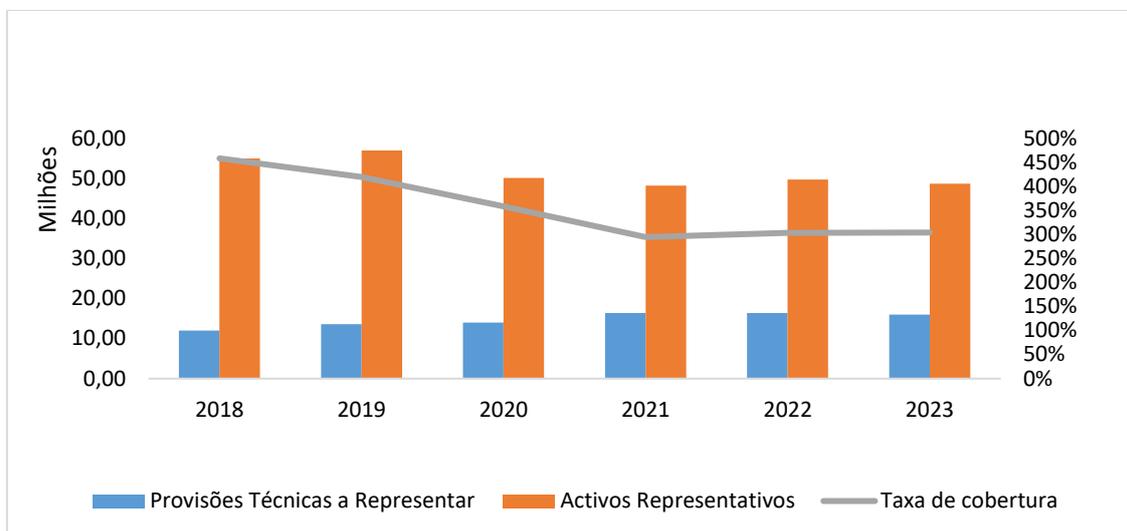
### As seguradoras continuam a dispor de um nível estável de cobertura de provisões técnicas

O total de passivos em 2023 ascendeu aos 56,5 milhões de dobras, correspondendo a um aumento de 21,3%, comparativamente ao exercício homólogo anterior. Este aumento deveu-se ao incremento das responsabilidades para com o Estado e outros entes públicos na ordem de 55%.

Em 2023, as provisões técnicas desceram aos 21,15 milhões de Dobras, ou seja, 1,5% abaixo do exercício anterior.

Estas provisões estão compostas por 65% de provisões para riscos em curso, 24% de provisões matemáticas e 11% de provisões para sinistro.

### Evolução da taxa de cobertura das provisões técnicas



Fonte: BCSTP

Analisando a representatividade das provisões técnicas dos Ramos Gerais, verificamos que, as provisões técnicas a representar em 2023 estavam cobertas por activos representativos avaliados em 48,64 milhões de Dobras, perfazendo uma taxa de cobertura de provisões técnicas confortável (304%).

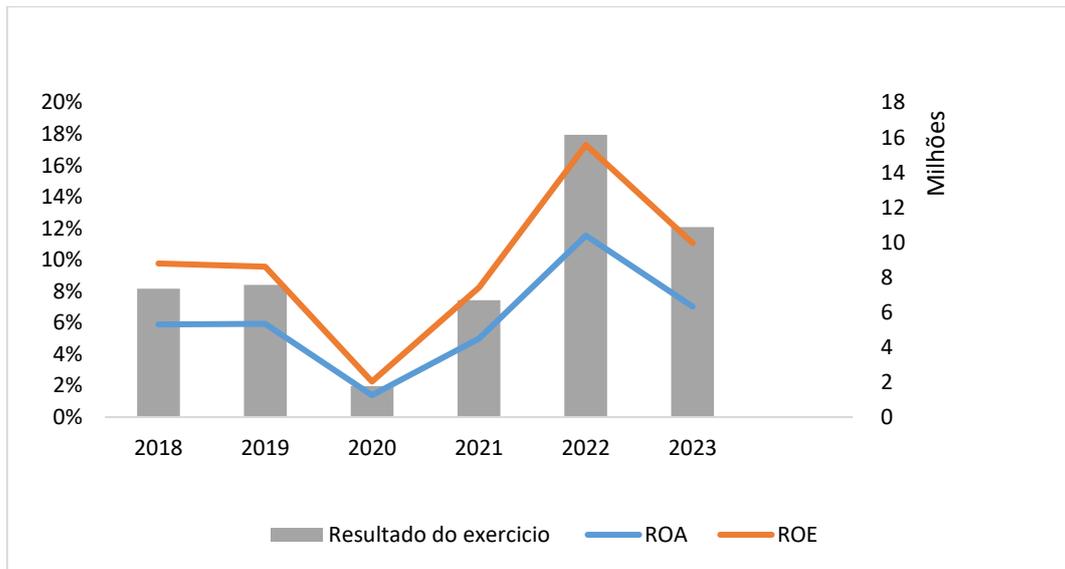
### Uma rentabilidade que melhora em linha com a evolução favorável do sector financeiro

Em 2023, o resultado líquido do exercício do sector segurador atingiu 10,88 milhões de Dobras, contribuindo para o crescimento do sector que vem melhorando a cada ano a sua performance.

Neste exercício em análise, o sector segurador alcançou um resultado técnico no montante de 16,38 milhões de Dobras, dois milhões acima do ano anterior.

O bom resultado do exercício traduziu-se numa rentabilidade de activos de 7% e uma rentabilidade de 11% relativo aos fundos próprios.

### Evolução da Rendibilidade das seguradoras



Fonte: BCSTP

Como consequência da boa performance, os fundos próprios das seguradoras cresceram por três anos consecutivos, cifrando-se em 98,3 milhões de Dobras, em 2023. Com uma representatividade de 64% de activos, os fundos próprios têm crescido por conta de bons resultados alcançados nos anos anteriores.

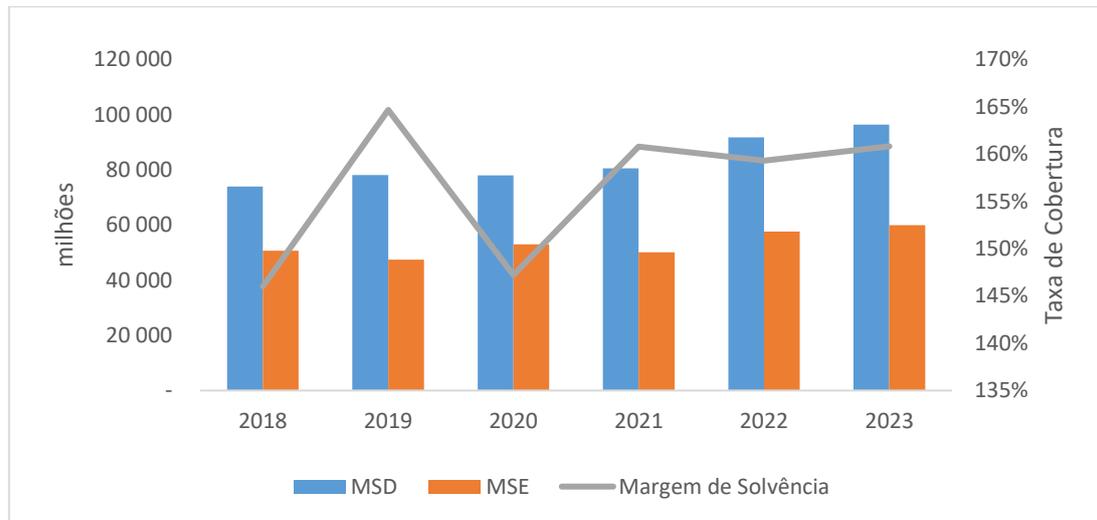
### Uma margem de solvência que oscila entre 159% e 161%

O património líquido das seguradoras, que representa a margem de solvência disponível, em 2023 ascendeu aos 96,41 milhões de dobras, correspondendo a um aumento de 5% relativamente ao exercício homólogo anterior.

Concernente a margem de solvência exigida, no exercício em análise, a mesma ascendeu aos 59,95 milhões de Dobras, revelando um aumento de 4% comparativamente ao exercício anterior.

Por conseguinte, a taxa da margem de solvência subiu dois pontos percentuais, situando-se em 161%.

### Evolução da margem de solvência das seguradoras



Fonte: BCSTP

## 2.5 DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tal como vários outros países, São Tomé e Príncipe também está exposto aos impactos adversos das mudanças climáticas devido à sua dimensão, localização geográfica e características morfológicas.

O risco proveniente das alterações climáticas tem um impacto significativo na economia nacional, independentemente da sua forma de materialização, seja através da sua manifestação em forma de risco físico ou de transição.

### **Nova vulnerabilidade é um risco para a estabilidade financeira**

O sistema bancário nacional tem uma exposição directa aos sectores considerados vulneráveis ao risco climático em 13% da sua carteira de crédito. Outrossim, o aumento de ocorrência de eventos climáticos extremos poderá criar desafios a estabilidade financeira.

Não obstante as dificuldades existentes na avaliação dos canais através dos quais os riscos físicos e de transição poderão ter impacto no sistema financeiro e como poderão interagir, estima-se que nível de exposição poderá vir a ser em mais de 49%.

As instituições financeiras nacionais mostraram-se resilientes aos impactos das cheias de 2021. No entanto, o custo nas carteiras do sector bancário e do sector segurador, decorrentes deste evento externo, foi de aproximadamente 14,6 milhões de Dobras, equivalente a 0,595 milhões de Euros distribuídos em diferentes sectores.

O sector bancário constituiu provisões na ordem de 0,8 milhões de Dobras, equivalente a 0,034 milhões de Euros para as exposições ao sector agropecuário e aumentou a sua exposição ao sector de comércio e serviços em 9,3 milhões de Dobras, equivalente a 0,4 milhões de Euros como forma de assegurar a continuidade de negócios de alguns comerciantes.

A carteira de crédito “Linha de Crédito à Economia” conheceu uma perda de 3,8 milhões de Dobras, equivalente a 0,2 milhões de Euros, por conta das exposições ao sector agropecuário. Esta perda representa 6,1% da carteira total agravando assim o nível de incumprimento desta linha de crédito, que passou a ser de 39%, sendo que as operações em risco representam 44% do total.

Ao nível do sector segurador, uma das seguradoras foi afectada na medida em que, alguns sinistros foram registados a nível do sector de comércio, culminando com o pagamento de indemnizações no montante de 0,67 milhões de Dobras, equivalente a € 0,03 milhões de Euros. Estas indemnizações representaram 5% do total das indemnizações pagas no exercício 2022.

Essas situações representam uma preocupação acrescida para o BCSTP, considerando as novas ameaças que o Sistema Financeiro poderá enfrentar, decorrentes de potenciais perdas que os clientes poderiam sofrer, como consequência das mudanças climáticas e do seu impacto nas instituições financeiras, bem como dos impactos sobre a meta de estabilidade de preços.

Embora o interesse dos Bancos Centrais pelos riscos financeiros resultantes das mudanças climáticas seja um marco importante, a definição de regulamentações e de instrumentos para mitigar esses riscos, ainda se encontra na fase embrionária. Neste sentido, o Banco Central de São Tomé e Príncipe, tal como acontece com os diferentes riscos, considera que os riscos climáticos devem ser incorporados nos modelos de ponderação para efeitos

da exigência de Pilar I, de forma a estabelecer um regime adequado de provisionamento e suporte de capital.

#### Caixa n.º 2 – Custo das cheias de 2021 para a economia

As alterações climáticas são um risco para as ilhas de São Tomé e de Príncipe, tendo em conta as suas vulnerabilidades.

A manifestação do risco climático na forma física, causou perturbação e destruição das infraestruturas, mudança na produtividade agropecuária, elevação do nível do mar e a erosão costeira, e com efeito, observa-se um aumento do custo da saúde e interrupção nas cadeias de abastecimento. De facto, observou-se o aumento do custo de seguros, um impacto no turismo, levando assim à redução do valor de bens imobiliários e dos activos das empresas, bem como a redução da riqueza das famílias.

A manifestação através do risco de transição, causado pela vulnerabilidade do sector energético, reconstrução/substituição, pode provocar uma redução da rentabilidade das empresas e um aumento do risco de litígio bem como uma redução do crescimento e da produtividade.

Em finais de 2021 (Dezembro), a ilha de São Tomé foi abalada por uma tempestade que causou a maior enchente de que o país tem memória. Quatro meses depois, foi a ilha do Príncipe a sentir o efeito devastador das alterações climáticas, com cheias de igual proporção e com consequências muito gravosas para a economia, o que tem colocado em causa a execução de políticas públicas para redução da pobreza.

O custo directo para a economia, destes eventos, foi cerca de 6,3% do PIB, com a destruição de infraestruturas como pontes, estradas, devastação de culturas alimentares e danos em várias casas comerciais causados pelas enchentes.

Podemos ainda referir que, o custo dos efeitos das alterações climáticas já se manifestava na economia de forma mais silenciosa, mas não menos significativa. No sector primário, por exemplo, desde 2018 que se verifica a contracção da actividade pesqueira, como resultado, em parte, da alteração da temperatura das águas do mar, desviando as correntes marítimas e certas espécies de peixes que abundavam nas nossas águas.

## Evolução da taxa de crescimento real (%)

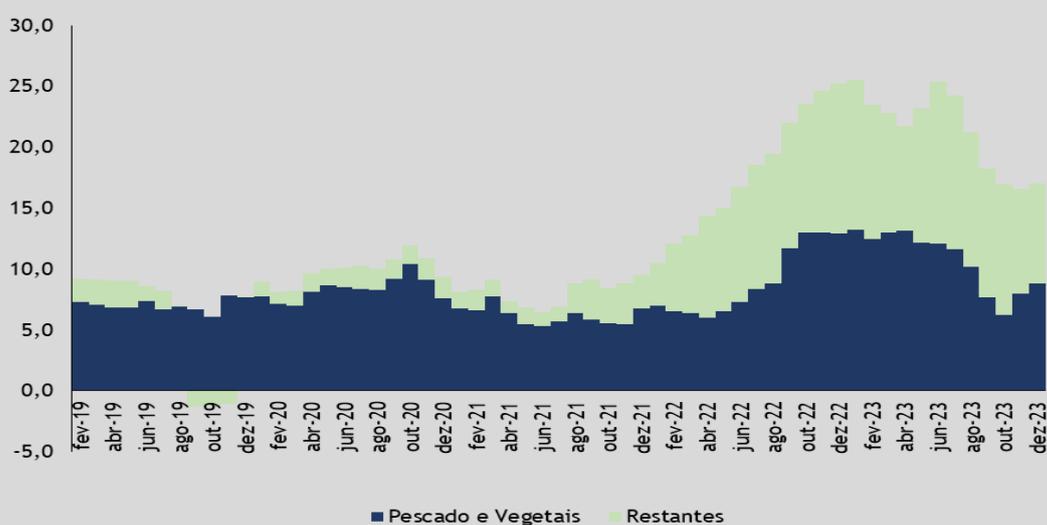
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO</b>	<b>3.9</b>	<b>4.2</b>	<b>3.8</b>	<b>2.9</b>	<b>2.2</b>	<b>3.1</b>	<b>1.9</b>
<b>Sector Primário</b>	<b>3.3</b>	<b>2.0</b>	<b>1.6</b>	<b>-3.3</b>	<b>1.0</b>	<b>-1.1</b>	<b>-0.8</b>
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	2.3	0.7	2.5	-0.5	4.9	2.5	2.2
Pescas	4.3	3.6	0.5	-7.0	-4.0	-6.6	-5.5

Fonte: BCSTP

De igual modo, as “deslocações” das estações do ano e períodos mais longos de secas, também têm contribuído para a menor oferta do sector agrícola.

Outro reflexo do impacto destes acontecimentos é a inflação gerada pelos sectores da agricultura e da pesca. De Janeiro de 2019 a Março de 2020 (excluindo o efeito da pandemia e da guerra na Ucrânia), a inflação destes dois sectores representou 91,5% de toda a inflação. Embora factores estruturais do sector primário tenham uma contribuição significativa, é claro que impacto negativo de mudanças no clima está presente.

## Evolução da Inflação do sector da agricultura e pesca



Fonte: BCSTP

Por conseguinte, o custo de política monetária tem sido cada vez maior. A medida que a inflação se eleva, intensificam-se as medidas de política monetária para sua contenção, e num contexto de baixo nível de reservas externas e riscos elevados nos mercados financeiros, esta situação tem impactado drasticamente as contas do BCSTP.

Concomitantemente, projecta-se que um dos aspectos mais negativos dos efeitos das alterações climáticas sobre a qualidade de vida da população, na dimensão económica, será o impacto sobre a actividade turística. Em 2019, período pré-pandémico, as receitas deste sector correspondiam a 8,8% do PIB, e com uma tendência crescente (excluindo o efeito da pandemia de Covid-19 em 2020).

De acordo com o relatório das cheias de 28 e 29 de Dezembro 2021, existe, nos últimos anos, uma tendência do aumento da temperatura, da alteração do regime pluviométrico, da frequência de inundações, da elevação do nível das águas do mar, do aumento da erosão costeira, entre outros fenómenos extremos, colocando em risco infraestruturas, pessoas e bens, especialmente os mais vulneráveis, sendo muitas delas localizadas em áreas de risco.

Este último evento, de finais de 2021, teve um impacto significativo nos sectores da economia como comércio e serviços, infraestrutura, agricultura e agropecuária, com perturbações para o sector financeiro. Estimou-se como perda, um montante superior a 30,2 milhões de Euros, distribuído pelos seguintes sectores.

#### **Custo Estimado por Sector**

SECTORES	VALORES EM DBS	CONTRAVALRES EM EUR
INFRAESTRURAS	559, 83	22, 85 €
COMÉRCIO E SERVIÇOS	31, 21	1, 27 €
AGROPECUÁRIO	61, 25	2, 5 €
SAÚDE	88, 45	3, 61 €
TOTAL GLOBAL	740, 74	30, 23 €

*Fonte: BCSTP*

## **2.6 RISCOS RELACIONADOS COM AS INFRAESTRUTURAS DO MERCADO FINANCEIRO**

### **Assente a necessidade da implementação de uma infraestrutura de sistema de pagamento e inclusão financeira**

O sistema de pagamentos permaneceu estável e seguro durante o ano de 2023, numa altura em que se encontra na sua fase de modernização, afim de garantir a maior eficiência e segurança nas transacções e a interoperabilidade da própria infraestrutura.

O sistema de liquidação financeira existente em São Tomé e Príncipe, que assegura a liquidação das operações realizadas em moeda nacional por participantes do sistema, é composto pelo Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) gerido e operado pelo BCSTP, a rede Dobra24 gerida pela SPAUT, e transacções de **grandes montantes** (valores superiores a 1,5 milhões de Dobras), liquidados através do SIBANC no BCSTP de forma manual.

Os fluxos das transacções foram plenamente garantidos pelos principais sistemas do país em termos de valor agregado dos pagamentos processados através do SICOI e da rede dobra 24.

Neste contexto, em 2023, o volume de operações enviadas para compensação no SICOI sofreu uma ligeira diminuição em relação ao ano 2022. Nesta senda, o SICOI processou 13 661 operações, no valor de 1 068 milhões de Dobras em que 99% corresponde à cheques compensados e 1% à cheques não compensados ou devolvidos.

O número de cheques devolvidos aumentou 17% e 71% em termos de valores face ao ano de 2022, devido ao aumento do número de cheques emitidos com fundo insuficiente.

Relativamente a rede dobra24, em 2023 houve um ligeiro aumento em termos de quantidade e valor de transacções face ao ano de 2022, atingindo assim 2,6 milhões de operações financeiras realizadas no valor total de 2 284 milhões de Dobras, sendo 1 748 milhões de Dobras transaccionadas nas ATM's e 535 milhões de Dobras nos POS's. O aumento das transacções deveu-se ao aumento significativo de 47% em número e 42% no valor de transacções nos POS's.

	2022		2023		Variação		Média Mensal 2023	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>SCOi (Cheques)</b>	<b>14 489</b>	<b>1 079,5</b>	<b>13 661</b>	<b>1 067,94</b>	<b>-6%</b>	<b>-1%</b>	<b>1 138</b>	<b>89,00</b>
<i>Devolvidos</i>	121	8,80	141	15,03	17%	71%	12	1,25
<i>Compensados</i>	14368	1 070,70	13 520	1 052,91	-6%	-2%	1 127	87,74
<b>Dobra 24</b>	<b>2 524 497</b>	<b>2 148,94</b>	<b>2 586 846</b>	<b>2 283,59</b>	<b>2%</b>	<b>6%</b>	<b>215 570,5</b>	<b>190,30</b>
<i>ATM's</i>	2 107 336	1 772,87	1 973 112	1 748,12	-6%	-1%	164 426	145,68
<i>POS's</i>	417 161	376,07	613734	535,47	47%	42%	51 144,5	44,62
<b>Total</b>	<b>2 538 986</b>	<b>3 228,44</b>	<b>2 600 507</b>	<b>3 351,53</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>216 709</b>	<b>279,29</b>

Em 2023, não foi registado qualquer incidente considerado significativo que pusesse em causa a estabilidade operacional dos sistemas de pagamentos do país. Em 2023, o BCSTP, a fim de implementar as boas práticas internacionais na gestão integral de riscos, governança, confiabilidade operacional e planos de continuidade de negócio, por um lado, e enquanto Superintendente do Sistema de Pagamentos Santomense, por outro, deu continuidade à implementação do Projecto de Modernização das Infraestruturas do Sistemas de Pagamento e Inclusão Financeira (**PISPIF**).

Este projecto consiste no desenvolvimento de um sistema de pagamentos de ponta (ou seja, um novo **Switch nacional** e Disaster Recovery - DR)<sup>16</sup>, com o intuito de desbloquear todo o seu potencial, em termos de processamento de pagamentos e obtenção de certificações internacionais da Visa, MasterCard e outros. Além disso, numa segunda fase do projecto, está previsto munir o BCSTP de um sistema de transferências automáticas – ATS<sup>17+</sup>, que incorpora a liquidação bruta em tempo real (LBTR/RTGS)<sup>18</sup> e câmara de compensação de cheque (ACH)<sup>19</sup>, o que constitui um pilar importante para estruturação e modernização do Sistema de Pagamento nacional.

---

<sup>16</sup> novo **SWITCH Nacional** (Smart Vista) e o Disaster Recovery (DR), vem fornecer um sistema integrado de troca e liquidação de pagamentos para os bancos e provedores não bancários de serviços financeiros em São Tomé e Príncipe, permitindo a interoperabilidade de pagamentos digitais, transações internacionais, pagamentos em POS/ATM, dinheiro móvel, remessas e transacções on-line.

<sup>17</sup> “A solução **ATS** elimina essas tarefas manuais com uma infraestrutura de pagamentos automatizada composta por dois componentes principais integrados”.

<sup>18</sup> “O componente principal de Liquidação Bruta em Tempo Real (RTGS) liquida pagamentos de alto valor e alta prioridade, enviados pelos participantes em tempo real”.

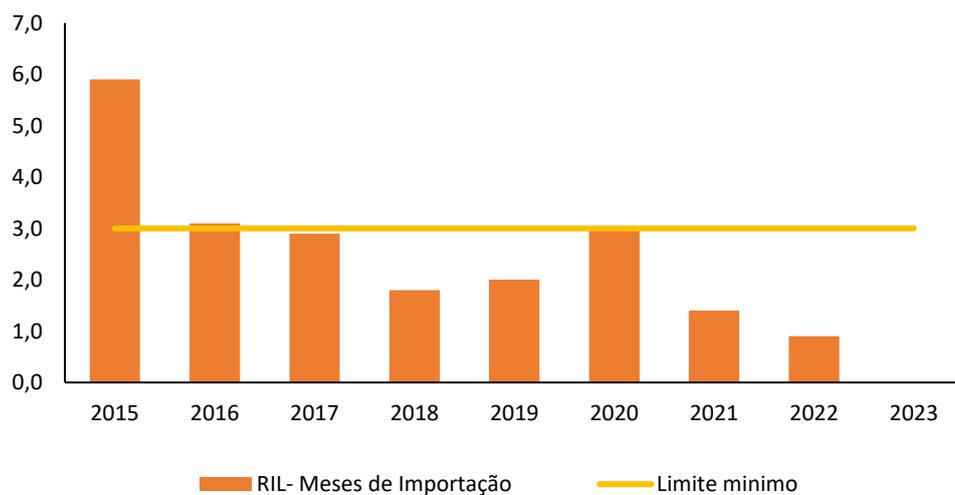
<sup>19</sup> “Câmara de Compensação Automática (ACH) realiza a compensação de pagamentos por Transferência Electrónica de Fundos – Créditos (EFT – Crédito) e Transferências Instantâneas de Fundos (IFT), que processam pagamentos em lote e pelo valor líquido em um modo de liquidação contínua ou periódica”.

### III. Principais medidas para a inversão do quadro da crise das RIL

#### Reduzida capacidade do sistema financeiro garantir a importação de bens e serviços

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) registaram uma tendência decrescente ao longo dos anos, tendo-se agravado no período pós-pandémico e com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, fixando-se em mínimos históricos de 0,5 milhões de USD em 2023, o que limitou a importação de bens e serviços, potencializando perdas e riscos significativos para a estabilidade do sistema financeiro e colocou sobre pressão a economia nacional, e em particular, o regime de âncora cambial em vigor.

#### Evolução das Reservas Internacionais Líquidas (meses de importação)



Fonte: BCSTP

As causas associadas a estes contextos resultam de factores endógenos como:

- A existência de um sector privado debilitado, com limitações de acesso ao financiamento e dependente do Sector Público, este que por sua vez, tem uma grande dependência face às ajudas financeiras externas;
- O sector dos produtos transaccionáveis fraco, pouco diversificado e com baixo valor acrescentado;

- A inexistência de controlo interno sobre as receitas de exportação de bens e serviços;
- As limitadas e poucas atractivas fontes de captação de divisas;
- O controlo pouco eficiente no mecanismo de venda de divisas para importação, sobretudo coberturas directas à importação de combustível;
- A fragilidade do país face aos efeitos das alterações climáticas.

Há factores exógenos como:

- Um contexto internacional adverso, que teve início em 2008 com a crise do *subprime*, passando pela crise da dívida soberana, guerras comerciais, Brexit, pandemia da Covid 19, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e finalmente o conflito no Médio Oriente;
- Redução significativa da ajuda financeira externa;
- Baixo nível do investimento directo estrangeiro nas últimas décadas, com excepção do sector petrolífero;
- A elevada volatilidade dos mercados financeiros internacionais, com particular realce, sobre as matérias-primas energéticas, por um lado, e por outro, sobre a carteira de títulos, que desvalorizou 10,4 milhões de Dólares em 2022;
- Insignificantes remessas de emigrantes por via formal (bancação);
- Orientação de política monetária mais restritiva pelo FED e BCE.

O baixo nível das reservas cambiais em 2023 levou o país a estar sujeito à diversos riscos, particularmente, a dificuldades em honrar as obrigações face ao exterior, o efeito desfavorável sobre as importações com sérias repercussões ao nível da inflação, a alta probabilidade de uma crise energética, o enfraquecimento e limitação das acções do Governo, a depreciação da moeda nacional e a consequente possibilidade de ocorrência de uma crise cambial e inflacionista.

Com o objectivo de reduzir o impacto da crise das RIL e consequente risco para a economia nacional, foram desenvolvidas várias medidas sendo que, umas centradas na mitigação de risco associado ao regime cambial em vigor (paridade cambial) e da

economia nacional, e outras de curto, médio e longo prazo para garantir fluxos estáveis de entrada de divisas e garantir a sustentabilidade do *peg*.

Dentre as medidas definidas pelo BCSTP, destacou-se a criação de um regulamento sobre as operações cambiais, o aligeiramento no processo de licenciamento dos operadores informais no mercado de câmbio e prestadores de serviço de pagamento, e a actualização do regulamento de cobertura cambial, para estabelecer maior controlo das coberturas para importações de combustíveis.

No que concerne ao regulamento sobre as operações cambiais, a medida que se estima que terá maior impacto nas reservas, tem como um dos objectivos principais, o repatriamento das receitas de exportação de bens e serviços e a retenção de 25% destas receitas a favor do BCSTP. Com a implementação desta medida, estima-se um incremento na ordem de 54% (ex. USD 10,2 M dos 18,8 M em 2021) das receitas de exportação de bens, montante correspondente a parcela que não passa pelo sistema financeiro nacional e, por conseguinte, estão fora do seu controlo. Deste modo, as reservas do sector bancário em moedas estrangeiras seriam reforçadas, e consequentemente, o nível das reservas externas.

## **Anexos**

<b>Anexo I - Balanço Monetário do Banco Central de São Tomé e Príncipe</b>						
<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	<i>dez/18</i>	<i>dez/19</i>	<i>dez/20</i>	<i>dez/21</i>	<i>dez/22</i>	<i>dez/23</i>
<b>ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>1 419,10</b>	<b>1 501,89</b>	<b>1 554,64</b>	<b>1 156,49</b>	<b>995,22</b>	<b>629,23</b>
Reservas Internacionais Líquidas <sup>1</sup>	1 184,41	1 225,12	1 274,74	1 232,00	1 048,00	638,21
Ativos Externos	1 800,15	1 938,61	2 316,38	2 490,24	2 443,51	2 006,15
Reservas Oficiais	1 354,25	1 446,86	1 831,39	1 920,18	1 844,73	1 385,76
Outros Activos Externos	445,90	491,75	484,98	570,06	598,78	620,39
Passivos Externos	-381,05	-436,72	-761,74	-1 333,75	-1 448,29	-1 376,92
Passivos Externos De Curto Prazo	-169,84	-221,74	-556,65	-688,18	-796,74	-747,55
Outros Passivos Externos	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Alocações em Direito Especial de Saque	-211,22	-214,98	-205,09	-645,57	-651,56	-629,38
<b>ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>76,67</b>	<b>-117,19</b>	<b>358,69</b>	<b>999,38</b>	<b>1 124,98</b>	<b>1 244,68</b>
Crédito Interno Líquido	133,38	-90,12	-139,74	367,45	286,41	1 275,44
Credito a outras Sociedades de Deposito	194,58	189,62	198,20	198,20	198,20	467,17
Crédito líquido a Administração Central	-200,64	-417,74	-478,72	25,37	-63,58	655,73
Crédito a Administração Central	309,89	304,95	279,66	500,02	875,40	1 486,33
<i>dos quais: uso de Direito Especial de Saque</i>	211,22	214,98	205,09	645,57	651,56	629,38
Passivos Face a Administração Central	-510,53	-722,69	-758,38	-474,65	-938,98	-830,60
Depósitos Administração Central	-7,36	-25,12	-76,45	-41,95	-92,49	-334,98
Recursos De Contrapartida	-64,67	-95,51	-62,78	-72,32	-47,37	-72,16
Depósito em Moeda Estrangeira	-425,51	-585,80	-601,99	-345,08	-753,03	-395,75
Outros depósitos Administração Central	-12,99	-16,26	-17,16	-15,31	-46,09	-27,71
Crédito a Economia	139,45	138,00	140,78	143,88	151,79	152,53
Outros Ativos (líquido)	-56,72	-27,07	498,43	631,93	838,56	-30,76
<b>Passivos Monetários</b>	<b>1 495,77</b>	<b>1 384,70</b>	<b>1 913,33</b>	<b>2 155,87</b>	<b>2 120,19</b>	<b>1 873,90</b>
<b>Base Monetária</b>	<b>1 495,77</b>	<b>1 384,70</b>	<b>1 913,33</b>	<b>2 155,87</b>	<b>2 120,19</b>	<b>1 873,90</b>
Circulação Monetária	392,57	410,74	431,75	524,30	541,26	545,84
Reservas Bancárias <sup>2</sup>	1 103,20	973,96	1 481,57	1 631,57	1 578,93	1 328,06
Reservas Bancárias Moeda Nacional	946,59	843,14	1 348,75	1 360,61	1 456,60	1 253,91
Reservas Bancárias Moeda Estrangeira	156,61	130,82	132,82	270,97	122,33	74,15
<b>Memorando:</b>						
Reservas Internacionais (milhões de dólares)	63,31	66,08	91,80	88,59	80,18	62,86
(dos quais):						
Conta de Petróleo (milhões de dólares)	19,58	18,83	16,50	13,57	15,71	16,61
Reservas Bancárias (milhões de dólares)	7,32	5,97	6,66	12,50	5,32	3,36
Depósito de Garantia (milhões de dólares)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas Internacionais Líquidas <sup>1</sup> (Milhões de dólares)	28,59	32,21	41,78	29,97	14,10	0,51
(em meses de importação) <sup>3</sup>	1,79	2,01	3,03	1,87	0,88	0,03
<sup>1</sup> Reservas Internacionais Líquidas exclui Reservas Bancárias e Depósito de Garantia						
<sup>2</sup> As reservas bancárias foram ajustadas de janeiro a junho de 2015						
<sup>3</sup> Importação de Bens e Serviços exclui importação de bens de investimento e Assistência Técnica						

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

<b>Anexo II - Balanço Monetário dos Bancos Comerciais</b>						
<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	<b>dez/18</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>
<b>ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>220,48</b>	<b>258,29</b>	<b>32,05</b>	<b>129,04</b>	<b>131,19</b>	<b>934,69</b>
Ativos Externos	689,31	752,42	593,38	735,05	691,64	1 227,91
Moeda Estrangeira	68,90	48,46	39,73	56,22	40,38	32,82
Depósitos	487,72	635,90	490,93	616,06	602,17	1 160,01
Títulos excepto Participação de Capital	44,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	70,08	52,69	47,38	41,39	22,16	10,81
Derivados Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	18,32	15,37	15,34	21,38	26,93	24,27
Passivos Externos	468,83	494,13	561,33	606,01	560,46	293,22
Depósitos	243,49	255,78	263,90	223,46	223,32	93,97
Títulos excepto Participação de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	155,45	167,87	216,34	299,15	272,14	138,23
Outros	69,89	70,49	81,10	83,41	65,00	61,02
<b>ACTIVOS FACE A BANCO CENTRAL</b>	<b>1 067,19</b>	<b>1 062,28</b>	<b>1 537,93</b>	<b>1 591,19</b>	<b>1 681,97</b>	<b>1 358,71</b>
Notas e Moedas	78,13	95,79	84,78	106,91	97,45	69,91
Reservas Obrigatórias	989,06	966,48	1 380,96	1 470,00	1 584,53	1 223,88
Outros Ativos	0,00	0,00	72,18	14,28	0,00	64,92
<b>ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>2 289,18</b>	<b>2 438,03</b>	<b>2 368,23</b>	<b>2 045,96</b>	<b>2 170,32</b>	<b>1 855,82</b>
Créditos a Residentes	2 289,18	2 438,03	2 368,23	2 045,96	2 170,32	1 855,82
Crédito a Administração Central (Líquido)	294,74	247,23	341,80	130,65	593,03	698,40
Responsabilidades para com a Administração Cent	667,01	780,45	779,56	722,85	1 131,32	1 181,26
Créditos a Administração Central	372,27	533,22	437,77	592,20	538,30	863,19
Crédito a Economia	1 994,43	2 190,79	2 026,43	1 915,31	1 577,30	1 157,42
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	1,46	1,41	1,80	1,75	2,95	3,27
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	5,20	11,76	0,06	0,06	0,00	0,00
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	106,54	150,85	100,78	88,45	61,74	41,19
Crédito ao Setor Privado	1 881,23	2 026,77	1 923,79	1 825,05	1 512,60	1 112,96
<b>PASSIVOS INTERNOS</b>	<b>3 576,85</b>	<b>3 758,60</b>	<b>3 938,20</b>	<b>3 766,18</b>	<b>3 983,49</b>	<b>4 149,21</b>
Depósitos Incluídos na Massa Monetária	2 751,08	2 682,56	2 975,95	2 814,61	3 136,97	3 295,43
Depósitos Transferíveis incluídos na Massa Monetária	2 140,72	2 200,68	2 537,30	2 433,39	2 752,59	2 978,71
Outros Depósitos incluídos na Massa Monetária	610,35	481,88	438,66	381,22	384,38	316,73
Depósitos Excluídos da Massa Monetária	23,02	67,85	26,25	52,90	66,55	33,37
Passivos Face a Banco Central	155,77	192,57	201,15	201,16	201,16	0,00
Empréstimos	12,74	13,86	12,96	11,67	10,13	9,94
Acções e Outras Participações	530,33	505,45	447,58	496,62	565,44	933,21
Outros Activos e Passivos (Líquido)	103,92	296,30	274,31	189,23	3,23	-122,74

Fonte: Bancos Comerciais

<b>Anexo III - Síntese Monetária Global</b>						
<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	<b>dez/18</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>
<b>ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>1 639,58</b>	<b>1 760,20</b>	<b>1 586,68</b>	<b>1 285,53</b>	<b>1 126,40</b>	<b>1 563,91</b>
Ativo Externo do BCSTP	1 419,10	1 502,19	1 554,64	1 156,49	995,22	629,23
Ativo Externo de outras Sociedades de depósitos	220,48	258,00	32,05	129,04	131,19	934,69
<b>ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)</b>	<b>1 466,84</b>	<b>1 281,65</b>	<b>1 777,74</b>	<b>1 988,55</b>	<b>2 470,76</b>	<b>2 223,51</b>
Créditos a Residentes	2 227,98	2 158,29	2 030,29	2 215,20	2 258,54	2 664,08
Crédito líquido a Administração Central	94,10	-43,23	-136,93	156,02	529,45	1 354,13
Crédito a Administração Central	976,90	1 212,68	1 059,22	1 222,87	2 006,72	2 667,59
Responsabilidades para com a Administração Central	-882,80	-1 255,91	-1 196,15	-1 066,86	-1 477,27	-1 313,46
Depósitos Administração Central	-7,36	-25,12	-76,45	-41,95	-92,49	-334,98
Recursos De Contrapartida	64,67	95,51	62,78	72,32	47,37	72,16
Depósitos em Moeda Estrangeira	-940,10	-1 326,29	-1 182,47	-1 097,23	-1 432,16	-1 050,65
Crédito a Economia	2 133,88	2 201,52	2 167,22	2 059,19	1 729,09	1 309,95
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	1,46	1,41	1,80	1,75	2,95	3,27
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	5,20	11,76	0,06	0,06	0,00	0,00
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	106,54	106,99	100,78	88,45	61,74	41,19
Crédito ao Setor Privado	2 020,68	2 081,36	2 064,58	1 968,92	1 664,39	1 265,50
Outros Ativos	-761,14	-876,63	-252,55	-226,65	212,22	-440,57
<b>Massa Monetária (M3)</b>	<b>3 106,42</b>	<b>3 041,85</b>	<b>3 364,43</b>	<b>3 274,08</b>	<b>3 597,16</b>	<b>3 787,42</b>
Passivos em Moeda nacional incluídos na Base Monetária (M2)	2 365,74	2 337,48	2 664,69	2 554,89	2 927,33	2 847,39
Moeda (M1)	1 849,27	1 907,36	2 243,82	2 202,89	2 586,44	2 549,33
Moeda em poder das sociedades de Depósitos	314,43	314,95	346,97	417,38	443,81	475,93
Depósitos Transferíveis em moeda nacional	1 534,84	1 592,42	1 896,85	1 785,51	2 142,63	2 073,40
Outros Depósitos em moeda nacional	516,47	430,12	420,87	352,00	340,89	298,05
Depósitos em moeda estrangeira	740,68	704,37	699,73	719,19	669,84	940,04

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

<b>Anexo IV - Agregados Monetários</b>						
<i>Saldos em fim de período (Milhões nDb)</i>	<b>dez/18</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>
<b>M0 (BASE MONETÁRIA)</b>	<b>1 495,77</b>	<b>1 384,70</b>	<b>1 913,33</b>	<b>2 155,87</b>	<b>2 120,19</b>	<b>1 873,90</b>
Emissão Monetária	392,57	410,74	431,75	524,30	541,26	545,84
<b>M1</b>	<b>1 849,27</b>	<b>1 907,36</b>	<b>2 243,82</b>	<b>2 202,89</b>	<b>2 586,44</b>	<b>2 549,33</b>
Moeda em Circulação	314,43	314,95	346,97	417,38	443,81	475,93
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional	1 534,84	1 592,42	1 896,85	1 785,51	2 142,63	2 073,40
<b>M2</b>	<b>2 365,74</b>	<b>2 337,48</b>	<b>2 664,69</b>	<b>2 554,89</b>	<b>2 927,33</b>	<b>2 847,39</b>
M1	1 849,27	1 907,36	2 243,82	2 202,89	2 586,44	2 549,33
Outros Depósitos em Moeda Nacional	516,47	430,12	420,87	352,00	340,89	298,05
<b>M3</b>	<b>3 106,42</b>	<b>3 041,85</b>	<b>3 364,43</b>	<b>3 274,08</b>	<b>3 597,16</b>	<b>3 787,42</b>
M2	2 365,74	2 337,48	2 664,69	2 554,89	2 927,33	2 847,39
Depósitos em Moeda Estrangeira	740,68	704,37	699,73	719,19	669,84	940,04

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

<b>Anexo V - Reservas Internacionais</b>						
<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dólares)</i>	<b>dez/18</b>	<b>dez/19</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/23</b>
<b>ATIVOS EXTENOS LÍQUIDOS</b>	<b>66,34</b>	<b>68,59</b>	<b>77,93</b>	<b>53,35</b>	<b>43,72</b>	<b>28,54</b>
<b>RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS</b>	<b>63,31</b>	<b>66,08</b>	<b>91,80</b>	<b>88,59</b>	<b>80,18</b>	<b>62,86</b>
Notas e Moedas	1,15	1,05	1,75	1,14	0,81	1,13
Depósitos	29,78	54,09	71,34	58,04	43,42	24,73
<i>dos quais: à ordem</i>	3,76	31,76	42,66	34,47	27,72	8,12
<i>à prazo</i>	26,01	22,33	28,69	23,57	15,71	16,61
Direito Especial de Saque	0,348	0,802	1,158	1,106	0,172	0,121
Posição de Reserva no FMI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos Estrangeiros	31,66	10,02	17,48	28,13	35,53	36,66
Outros*	0,37	0,11	0,07	0,17	0,24	0,22
<b>RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS</b>	<b>28,59</b>	<b>32,21</b>	<b>41,78</b>	<b>29,97</b>	<b>14,35</b>	<b>0,51</b>

(\*) incluem os juros a receber, outros ativos com não residentes

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

<b>Anexo VI - Taxas de Juro Moeda Nacional</b>								
<b>TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL (%)</b>								
	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-22	Mar-23	Jun-23	Set-23	Dez-23
<b>TAXA DE JUROS DE REFERÊNCIA DO BANCO CENTRAL</b>	9,00	9,00	9,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
<b>TAXA DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)</b>								
MOEDA NACIONAL	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-22	Mar-23	Jun-23	Set-23	Dez-23
<b>TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ATIVAS</b>								
<b>Crédito Concedido</b>								
91 a 180 dias	19,67	19,52	19,15	17,86	17,72	17,76	17,86	17,83
181 dias a 1 ano	19,78	18,89	19,48	17,84	17,88	17,86	17,85	17,84
Superior a 1 ano	19,51	18,45	18,40	17,82	17,83	17,83	17,84	17,84
<b>Descoberto</b>								
01 a 30 dias	24,50	24,50	24,50	24,25	24,75	24,73	24,75	24,74
31 dias a 90 dias	22,00	21,10	20,10	24,25	21,33	21,33	24,75	18,21
Superior a 90 dias	18,72	19,10	24,50	24,25	24,29	24,30	24,41	18,36
<b>TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>								
<b>Depósitos à Prazo</b>								
91 a 180 dias	3,00	3,50	3,00	2,40	1,95	1,94	1,75	1,94
181 dias a 1 ano	3,55	3,44	3,40	2,39	2,32	2,32	2,31	2,34
Superior a 1 ano	3,68	3,32	3,27	2,72	2,36	2,36	2,37	2,75
<b>Poupança</b>								
01 a 180 dias	2,12	2,05	2,04	2,83	2,17	2,17	2,44	2,44
181 dias a 1 ano	2,29	2,08	2,06	2,83	2,17	2,17	2,17	2,17
Superior a 1 ano	2,45	2,45	2,39	2,88	2,38	2,38	2,38	2,38
<b>TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS</b>								
<b>Média das Maturidades</b>								
<b>Taxas de Juros Operações Ativas</b>	19,65	18,96	19,01	17,84	17,81	17,82	17,85	17,84
<b>Taxas de Juro Operações Passivas</b>	2,73	2,72	2,69	2,66	2,26	2,26	2,32	2,32
<b>Depósitos à Prazo</b>	3,17	3,24	3,21	2,45	2,14	2,14	2,24	2,24
<b>Poupança</b>	2,29	2,19	2,17	2,88	2,38	2,38	2,41	2,41

Fonte: BCSTP

<b>Anexo VII - Taxas de Juro</b>									
<b>TAXAS DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)</b>									
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>Dez-18</b>	<b>Dez-19</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-22</b>	<b>Mar-23</b>	<b>Jun-23</b>	<b>Set-23</b>	<b>Dez-23</b>
<b>TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ATIVAS</b>									
<b>Crédito Concedido</b>									
91 a 180 dias	15,00	15,00	15,00	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00
181 dias a 1 ano	12,83	12,80	12,75	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00
Superior a 1 anos	12,62	12,43	12,26	10,67	11,40	11,68	11,69	11,83	11,94
<b>Descoberto</b>									
01 a 30 dias	20,25	20,25	20,25	21,33	14,50	21,33	21,33	21,33	21,67
31 dias a 90 dias	15,33	15,33	15,33	14,50	21,33	14,50	14,50	14,50	14,50
Superior a 90 dias	15,33	15,33	15,33	14,50	14,50	21,33	21,33	21,33	14,50
<b>TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>									
<b>Depósito à Prazo</b>									
91 a 180 dias	1,59	2,07	2,08	1,05	1,56	1,38	1,33	0,95	0,94
181 dias a 1 ano	1,75	2,21	2,21	1,06	1,13	1,04	1,03	1,04	1,06
Superior a 1 ano	1,29	1,97	1,93	0,91	1,37	1,58	1,57	1,44	1,43
<b>Poupança</b>									
01 a 180 dias	1,27	1,08	1,08	1,13	1,13	0,50	0,50	0,50	0,50
181 dias a 1 ano	1,08	1,25	1,08	1,13	1,13	0,50	0,50	0,50	0,50
Superior a 1 ano	0,88	0,92	0,88	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
<b>TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS</b>									
<b>Taxas de Juros Operações Ativas</b>	12,41	12,97	12,86	11,11	11,84	12,12	12,13	12,28	12,39
<b>Taxas de Juro de Operações Passivas</b>	1,59	1,65	1,61	1,09	1,24	0,87	0,86	0,78	0,78
<b>Depósito à Prazo</b>	1,67	2,15	2,14	1,06	1,36	1,23	1,21	1,06	1,06
<b>Poupança</b>	1,52	1,15	1,08	1,13	1,13	0,50	0,50	0,50	0,50

<b>Anexo VIII - Índice de Preços no Consumidor</b>												
<b>Base: (Dez 2014 = 1</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
<b>2023</b>	202,72	203,25	205,49	206,92	211,07	218,68	221,63	222,28	224,09	227,07	230,54	235,14
<b>2022</b>	161,51	164,63	167,38	170,01	171,33	174,46	178,42	183,40	189,48	194,17	197,74	200,92
<b>2021</b>	146,19	146,86	148,43	148,66	149,06	149,49	150,53	153,51	155,40	157,18	158,66	160,47
<b>2020</b>	135,17	135,62	136,03	138,46	139,51	140,45	140,77	141,06	142,47	145,01	145,76	146,53
<b>2019</b>	124,05	125,42	125,75	126,28	126,76	127,52	127,69	128,17	128,55	129,59	131,52	133,98
<b>2018</b>	114,46	114,83	115,26	115,85	116,26	117,47	118,05	119,83	122,01	123,62	123,21	124,37
<b>2017</b>	106,30	106,65	107,49	108,73	108,30	110,21	111,97	111,38	111,63	112,16	112,39	114,06
<b>2016</b>	101,51	101,70	102,51	104,20	104,68	104,21	104,47	104,57	104,93	105,30	106,15	105,91
<b>2015</b>	97,16	97,46	97,94	98,35	98,56	98,73	99,00	99,11	99,20	99,49	99,98	100,75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

<b>Anexo IX - Inflação</b>													<b>(Base Dez 2014=100)</b>
	<b>( %)</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
<b>Taxa inflação acumulada</b>													
2024	0,88	2,42	3,92	4,88	4,70	5,55	5,71	5,91	6,33	7,55	9,30	11,57	
2023	0,89	1,16	2,27	2,99	5,05	8,84	10,30	10,63	11,53	13,01	14,74	17,03	
2022	0,65	2,59	4,31	5,95	6,77	8,72	11,19	14,29	18,08	21,00	23,23	25,21	
2021	-0,23	0,23	1,30	1,46	1,73	2,02	2,73	4,77	6,06	7,27	8,28	9,51	
2020	0,89	1,22	1,53	3,34	4,13	4,83	5,07	5,28	6,33	8,23	8,80	9,36	
2019	-0,26	0,84	1,11	1,53	1,92	2,53	2,67	3,05	3,36	4,20	5,75	7,72	
2018	0,35	0,68	1,05	1,57	1,93	2,99	3,50	5,06	6,97	8,39	8,02	9,04	
2017	0,37	0,70	1,49	2,66	2,26	4,06	5,72	5,16	5,39	5,89	6,12	7,69	
2016	0,75	0,94	1,74	3,42	3,90	3,43	3,69	3,79	4,14	4,51	5,36	5,12	
2015	0,25	0,57	1,05	1,48	1,70	1,87	2,15	2,26	2,36	2,66	3,16	3,96	
<b>Varição em cadeia</b>													
2024	0,88	1,52	1,47	0,92	-0,17	0,90	0,15	0,18	0,40	1,15	1,63	2,1	
2023	0,89	0,26	1,10	0,70	2,00	3,60	1,35	0,29	0,82	1,33	1,53	2,0	
2022	0,65	1,93	1,67	1,57	0,78	1,83	2,27	2,8	3,3	2,5	1,8	1,6	
2021	-0,23	0,46	1,07	0,16	0,27	0,29	0,70	1,98	1,23	1,15	0,94	1,14	
2020	0,89	0,33	0,30	1,78	0,76	0,67	0,22	0,21	1,00	1,79	0,52	0,52	
2019	-0,26	1,11	0,26	0,42	0,38	0,60	0,13	0,38	0,30	0,81	1,49	1,87	
2018	0,35	0,33	0,37	0,51	0,36	1,04	0,49	1,51	1,82	1,32	-0,33	0,95	
2017	0,37	0,33	0,78	1,16	-0,39	1,76	1,60	-0,53	0,22	0,47	0,21	1,48	
2016	0,75	0,19	0,80	1,65	0,46	-0,45	0,25	0,10	0,34	0,36	0,81	-0,22	
2015	0,25	0,31	0,49	0,42	0,22	0,17	0,28	0,10	0,09	0,29	0,49	0,77	
<b>Varição Homóloga</b>													
Varição Homóloga 2024/202	17,02	18,49	18,92	19,18	16,64	13,50	12,16	12,03	11,57	11,38	11,49	11,57	
Varição Homóloga 2023/202	25,52	23,46	22,77	21,7	23,2	25,35	24,22	21,20	18,27	16,95	16,58	17,03	
Varição Homóloga 2022/202	10,48	12,10	12,77	14,36	14,94	16,70	18,53	19,47	21,93	23,53	24,63	25,21	
Varição Homóloga 2021/202	8,15	8,28	9,11	7,37	6,84	6,43	6,93	8,83	9,08	8,40	8,85	9,51	
Varição Homóloga 2020/201	8,97	8,13	8,17	9,65	10,06	10,14	10,24	10,06	10,80	11,90	10,83	9,36	
Varição Homóloga 2019/201	8,38	9,22	9,11	9,00	9,03	8,56	8,17	6,97	5,36	4,83	6,75	7,72	
Varição Homóloga 2018/201	7,67	7,67	7,23	6,55	7,35	6,59	5,43	7,59	9,30	10,22	9,62	9,04	
Varição Homóloga 2017/201	4,73	4,87	4,86	4,35	3,47	5,76	7,18	6,51	6,39	6,51	5,88	7,69	
Varição Homóloga 2016/201	4,47	4,35	4,67	5,95	6,21	5,55	5,52	5,51	5,77	5,84	6,17	5,12	
Varição Homóloga 2015/201	6,38	6,25	6,49	6,07	5,45	5,04	5,05	4,97	4,81	4,33	4,36	3,96	

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

<b>Anexo X - Taxas de Câmbio Oficial do Banco Central</b>						
	<b>STN/EUR</b>		<b>STN/USD</b>		Variação da média face ao período precedente, em (%)	
	Média	Último dia	Média	Último dia	STN/EUR	STN/USD
<b>2022</b>						
dez/22	24,5000	24,5000	23,3453	23,1794	0,00	-3,76
nov/22	24,5000	24,5000	24,2579	23,8122	0,00	-3,53
out/22	24,5000	24,5000	25,1445	24,8053	0,00	1,08
set/22	24,5000	24,5000	24,8764	25,8063	0,00	2,18
ago/22	24,5000	24,5000	24,3466	24,6001	0,00	0,60
jul/22	24,5000	24,5000	24,2022	24,3862	0,00	3,67
jun/22	24,5000	24,5000	23,3454	23,4703	0,00	-0,02
mai/22	24,5000	24,5000	23,3501	22,9318	0,00	2,63
abr/22	24,5000	24,5000	22,7515	23,5420	0,00	1,56
mar/22	24,5000	24,5000	22,4012	22,1856	0,00	2,93
fev/22	24,5000	24,5000	21,7633	22,0076	0,00	-0,15
jan/22	24,5000	24,5000	21,7965	22,1617	0,00	-0,18
<b>2021</b>						
dez/21	24,5000	24,5000	21,8366	21,8382	0,00	1,07
nov/21	24,5000	24,5000	21,6049	21,8905	0,00	1,55
out/21	24,5000	24,5000	21,2758	21,2919	0,00	1,57
set/21	24,5000	24,5000	20,9477	21,1370	0,00	-0,08
ago/21	24,5000	24,5000	20,9645	20,9167	0,00	0,39
jul/21	24,5000	24,5000	20,8832	20,7898	0,00	2,03
jun/21	24,5000	24,5000	20,4671	20,7636	0,00	0,68
mai/21	24,5000	24,5000	20,3292	20,3292	0,00	-1,73
abr/21	24,5000	24,5000	20,6878	20,4505	0,00	-0,13
mar/21	24,5000	24,5000	20,7155	21,0236	0,00	1,56
fev/21	24,5000	24,5000	20,3977	20,1912	0,00	0,59
jan/21	24,5000	24,5000	20,2788	20,4167	0,00	-0,14

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

<b>Anexo XI - Taxas de Câmbio do Mercado</b>						
	<b>STN/EUR</b>		<b>STN/USD</b>		<b>Varição face ao período precedente, em ( %)</b>	
	Média	Último dia	Média	Último dia	STN/EUR	STN/USD
<b>2022</b>						
dez/22	24,5000	24,5000	23,5352	23,3682	0,00	-3,70
nov/22	24,5000	24,5000	24,4394	23,9480	0,00	-3,53
out/22	24,5000	24,5000	25,3339	24,9548	0,00	1,10
set/22	24,5000	24,5000	25,0587	25,894	0,00	2,10
ago/22	24,5000	24,5000	24,5423	24,8377	0,00	2,01
jul/22	24,5000	24,5000	24,0578	24,4849	0,00	2,26
jun/22	24,5000	24,5000	23,5251	23,6699	0,00	-0,08
mai/22	24,5000	24,5000	23,5431	23,1482	0,00	2,68
abr/22	24,5000	24,5000	22,9295	23,6279	0,00	1,54
mar/22	24,5000	24,5000	22,5809	22,3784	0,00	2,90
fev/22	24,5000	24,5000	21,9444	22,2297	0,00	-0,11
jan/22	24,5000	24,5000	21,9688	22,3153	0,00	-0,22
<b>2021</b>						
dez/21	24,5000	24,5000	22,0173	22,0007	0,00	1,08
nov/21	24,5000	24,5000	21,7822	22,0411	0,00	1,54
out/21	24,5000	24,5000	21,4518	21,4222	0,00	1,54
set/21	24,5000	24,5000	21,1260	21,3123	0,00	0,05
ago/21	24,5000	24,5000	21,1159	21,0567	0,00	0,37
jul/21	24,5000	24,5000	21,0378	20,9601	0,00	1,92
jun/21	24,5000	24,5000	20,6414	20,9270	0,00	0,54
mai/21	24,5000	24,5000	20,5296	20,4583	0,00	-1,60
abr/21	24,5000	24,5000	20,8638	20,5980	0,00	-0,12
mar/21	24,5000	24,5000	20,8896	21,1822	0,00	1,52
fev/21	24,5000	24,5000	20,5767	20,4341	0,00	0,61
jan/21	24,5000	24,5000	20,4517	20,5794	0,00	-0,18

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo XII - Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal e Real (Base Dez 2019=100)								
Peso (%)	ITCEN				ITCER			
	Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana	Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana
	100	69,95	7,36	22,68	100	69,95	7,36	22,68
2023	108,31	99,96	100,19	108,15	138,14	127,85	103,23	104,67
2022	98,72	99,91	99,76	99,04	110,31	115,06	101,43	94,52
2021	107,86	100,11	100,50	107,20	112,58	108,33	101,21	102,68
2020	105,21	100,05	100,52	104,62	107,76	103,58	100,84	103,16
2019	95,23	100,01	99,90	95,31	92,70	97,04	99,71	95,80
2018	89,94	100,11	99,91	89,93	84,44	92,58	99,41	91,75
2017	81,87	100,03	99,47	82,28	74,71	88,44	98,59	85,67
2016	81,17	100,00	99,39	81,67	74,84	85,91	98,25	88,67
2015	75,87	100,00	99,02	76,61	70,65	83,16	97,76	86,91

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

<b>Anexo XIII - Balança Comercial Por Produto</b>							
	<i>Em Mil USD</i>	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB</b>		<b>12 303,43</b>	<b>9 710,26</b>	<b>12 025,53</b>	<b>18 841,12</b>	<b>16 743,25</b>	<b>16 956,81</b>
1.1. Cacau		8 203,17	6 898,51	6 703,86	10 278,15	7 768,59	10 082,22
1.2. Café		17,93	8,16	10,14	3,34	23,92	37,75
1.3. Pimenta		207,58	267,91	136,02	1,23	131,29	251,14
1.4. Óleo de Coco		143,22	192,99	238,79	450,44	319,95	155,97
1.5. Chocolate		429,76	394,85	127,72	217,89	143,10	136,65
1.6. Coco		171,75	151,42	147,00	52,58	90,25	32,15
1.7. Óleo de Palma		0,00	523,81	3 629,87	6 026,41	7 863,37	5 775,70
1.7. Outros		3 130,02	1 272,60	1 032,13	1 811,07	402,80	485,23
<b>2. REEXPORTAÇÃO</b>		<b>3 724,50</b>	<b>3 438,29</b>	<b>2 215,29</b>	<b>1 949,80</b>	<b>5 118,35</b>	<b>6 667,73</b>
<b>3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB</b>		<b>131 878,10</b>	<b>126 634,31</b>	<b>114 987,14</b>	<b>157 704,71</b>	<b>164 738,73</b>	<b>180 863,83</b>
<b>3.1. Bens de Consumo</b>		<b>63 120,57</b>	<b>63 942,10</b>	<b>59 733,94</b>	<b>75 141,58</b>	<b>69 711,52</b>	<b>77 087,92</b>
3.1.1. Gêneros alimentícios		25 677,74	26 311,41	27 327,64	32 307,24	31 371,93	39 847,92
3.1.2. Bebidas não alcóolicas		4 058,58	3 720,38	3 152,24	4 510,94	3 690,05	3 536,95
3.1.3. Bebidas alcóolicas tabaco e narcóticos		5 461,43	5 023,20	5 109,62	6 910,50	6 620,68	5 630,45
3.1.4. Vestuário e calçado		1 850,83	1 593,24	1 353,57	1 716,50	1 333,28	1 780,95
3.1.5. Mobiliário, artigo de decoração e equip. doméstico		7 072,77	4 496,60	5 450,98	5 573,51	5 213,60	4 829,73
3.1.6. Medicamentos		1 022,61	2 257,06	1 330,05	1 704,05	1 370,12	1 409,03
3.1.7. Veículos motorizados		4 056,68	4 945,81	3 918,73	7 193,51	4 695,29	5 198,49
3.1.8. Material informático e de telecomunicação		4 518,11	3 375,30	3 677,62	4 532,44	3 814,11	4 331,99
3.1.9. Livros, Mat. Didáticos e outros prod. das indústrias grá		1 300,66	3 905,51	433,12	655,44	669,95	982,99
3.1.10. Bens de consumo diverso		8 101,17	8 313,59	7 980,35	10 037,45	10 932,51	9 539,42
<b>3.2. Bens de Capital</b>		<b>31 222,53</b>	<b>23 460,19</b>	<b>27 265,50</b>	<b>29 799,63</b>	<b>36 072,03</b>	<b>32 961,35</b>
3.2.1. Equipamentos		20 841,60	14 643,22	14 591,67	15 068,17	24 687,86	23 180,77
3.2.2. Materiais de Construção		10 380,92	8 816,97	12 673,83	14 731,45	11 384,17	9 780,58
Dos quais: Cimento		1 750,57	1 082,05	2 669,83	3 146,19	2 610,79	2 132,28
Ferro Aluminio e Out. Simil.		3 010,90	1 896,26	4 458,65	5 145,81	2 602,45	2 480,11
<b>3.3. Produtos petrolíferos</b>		<b>33 468,59</b>	<b>34 456,94</b>	<b>22 784,97</b>	<b>45 264,33</b>	<b>51 433,51</b>	<b>64 702,20</b>
3.3.1. Gasóleo		20 599,07	20 068,45	15 753,52	31 609,02	31 941,05	41 686,45
3.3.2. Gasolina		6 338,32	6 302,09	2 999,61	6 982,85	8 316,53	9 660,68
3.3.3. Outros		6 531,20	8 086,40	4 031,84	6 672,45	11 175,94	13 355,08
<b>3.4. Outros</b>		<b>4 066,41</b>	<b>4 775,07</b>	<b>5 202,73</b>	<b>7 499,18</b>	<b>7 521,66</b>	<b>6 112,35</b>
<b>4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-3)</b>		<b>-119 574,67</b>	<b>-116 924,05</b>	<b>-102 961,60</b>	<b>-138 863,59</b>	<b>-147 995,48</b>	<b>-163 907,02</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

<b>Anexo XIV - Balança Comercial Geográfica</b>							
	<i>Em Mil USD</i>						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>1. EXPORTAÇÕES - FOB</b>	<b>12 303,43</b>	<b>9 710,26</b>	<b>12 025,53</b>	<b>18 841,12</b>	<b>16 743,25</b>	<b>16 956,81</b>	<b>25 160,91</b>
<b>1.1. África</b>	<b>274,63</b>	<b>321,91</b>	<b>1 065,52</b>	<b>1 473,52</b>	<b>1 435,12</b>	<b>468,12</b>	<b>92,39</b>
<b>1.1.1. Países Membros da SADC</b>	<b>235,90</b>	<b>263,72</b>	<b>537,72</b>	<b>532,20</b>	<b>615,72</b>	<b>77,15</b>	<b>58,96</b>
1.1.1.1. África do Sul	0,00	6,49	0,00	2,05	9,53	4,45	0,00
1.1.1.2. Angola	235,90	257,23	537,72	530,16	606,18	72,70	58,96
<b>1.1.2. Países Membros da CEEAC</b>	<b>3,23</b>	<b>26,91</b>	<b>515,65</b>	<b>930,45</b>	<b>772,79</b>	<b>347,80</b>	<b>11,49</b>
1.1.2.1. Gabão	3,23	26,91	84,38	144,26	24,43	39,55	10,25
1.1.2.2. Camarões	0,00	0,00	431,27	786,19	748,36	308,25	1,24
<b>1.1.3. Países Membros da CEDAO</b>	<b>35,49</b>	<b>31,27</b>	<b>12,15</b>	<b>10,86</b>	<b>46,62</b>	<b>43,18</b>	<b>21,95</b>
1.1.3.1. Nigéria	35,49	31,27	12,15	10,86	46,62	43,18	21,95
<b>1.2. Europa</b>	<b>10 553,08</b>	<b>8 336,93</b>	<b>10 188,12</b>	<b>16 456,67</b>	<b>14 668,72</b>	<b>14 575,28</b>	<b>23 859,35</b>
<b>1.2.1. Países Membros da União Europeia</b>	<b>10 553,08</b>	<b>8 336,93</b>	<b>10 188,12</b>	<b>16 456,67</b>	<b>14 668,72</b>	<b>14 575,28</b>	<b>23 859,35</b>
1.2.1.1. Bélgica	2 212,28	3 342,68	1 998,70	3 559,88	3 030,63	3 518,78	2 830,10
1.2.1.2. Espanha	114,72	93,43	62,81	96,11	554,72	561,28	174,31
1.2.1.3. França	603,94	380,40	212,20	215,82	168,98	296,65	129,94
1.2.1.4. Países Baixos	4 678,09	3 337,88	5 831,28	8 790,30	8 439,65	8 700,94	18 378,41
1.2.1.5. Portugal	2 944,05	1 182,53	1 287,88	2 394,07	1 913,35	830,91	680,87
1.2.1.6. Alemanha	0,00	0,00	795,25	1 400,51	561,39	666,72	1 665,72
<b>1.3. América</b>	<b>50,00</b>	<b>123,90</b>	<b>9,53</b>	<b>28,71</b>	<b>131,98</b>	<b>96,26</b>	<b>116,90</b>
<b>1.3.1. América do Norte</b>	<b>50,00</b>	<b>123,90</b>	<b>9,53</b>	<b>28,71</b>	<b>131,98</b>	<b>96,26</b>	<b>116,90</b>
1.3.1.1. E. U. América	50,00	123,90	9,53	28,71	131,98	96,26	116,90
<b>1.4. Outros Países</b>	<b>1 425,72</b>	<b>927,52</b>	<b>762,37</b>	<b>882,23</b>	<b>507,43</b>	<b>1 817,15</b>	<b>1 082,26</b>
<b>2. IMPORTAÇÕES - FOB</b>	<b>131 878,10</b>	<b>126 634,31</b>	<b>114 987,14</b>	<b>157 704,71</b>	<b>164 738,73</b>	<b>180 863,83</b>	<b>153 480,88</b>
<b>2.2. Europa</b>	<b>75 941,25</b>	<b>69 250,07</b>	<b>68 190,36</b>	<b>78 282,47</b>	<b>84 061,21</b>	<b>70 025,24</b>	<b>71 685,02</b>
<b>2.2.1. Países Membros da União Europeia</b>	<b>75 864,74</b>	<b>69 054,02</b>	<b>68 082,68</b>	<b>78 130,66</b>	<b>83 978,68</b>	<b>70 012,32</b>	<b>71 641,61</b>
2.2.1.1. Bélgica	1 198,69	4 225,95	1 028,17	2 699,54	1 216,21	1 466,72	728,19
2.2.1.2. Espanha	1 228,42	1 162,14	1 438,41	1 669,23	2 035,04	2 108,29	1 208,73
2.2.1.3. França	741,07	679,16	1 497,92	848,21	667,35	1 148,99	480,41
2.2.1.4. Itália	317,89	371,61	412,10	529,71	10 551,72	286,88	494,57
2.2.1.5. Países Baixos	1 166,65	1 281,45	1 520,24	1 925,49	903,00	1 408,09	1 162,36
2.2.1.6. Portugal	70 641,04	60 721,93	61 412,98	69 447,59	66 249,31	62 693,69	67 081,54
2.2.1.7. Rep. Fed. Alemã	182,85	161,96	261,63	516,64	358,43	673,37	309,33
2.2.1.8. Suécia	0,00	102,08	0,00	0,00	0,00	2,73	5,80
2.2.1.9. Dinamarca	388,13	347,75	511,22	494,24	1 997,61	223,57	170,67
<b>2.2.2. Países Não Membros da União Europeia</b>	<b>76,51</b>	<b>196,05</b>	<b>107,68</b>	<b>151,81</b>	<b>82,53</b>	<b>12,92</b>	<b>43,41</b>
2.2.2.1. Suíça	76,51	196,05	107,68	151,81	82,53	12,92	43,41
<b>2.3. África</b>	<b>36 255,48</b>	<b>37 363,42</b>	<b>26 265,12</b>	<b>50 597,00</b>	<b>56 674,01</b>	<b>69 161,44</b>	<b>49 829,71</b>
<b>2.3.1. Países Membros da SADC</b>	<b>34 337,08</b>	<b>25 620,52</b>	<b>13 325,70</b>	<b>18 846,35</b>	<b>26 560,90</b>	<b>27 650,43</b>	<b>18 565,88</b>
2.3.1.1. África do Sul	480,61	341,46	460,15	482,78	312,93	633,44	449,91
2.3.1.2. Angola	33 856,47	25 279,07	12 865,55	18 363,57	26 247,97	27 016,99	18 115,97
<b>2.3.2. Países Membros da CEEAC</b>	<b>1 075,94</b>	<b>1 505,11</b>	<b>1 563,69</b>	<b>2 193,03</b>	<b>1 583,46</b>	<b>4 599,81</b>	<b>2 346,71</b>
2.3.2.1. Gabão	1 031,29	1 458,06	1 448,36	2 021,86	1 553,62	4 562,30	2 344,31
2.3.2.2. Camarões	44,65	47,06	115,33	171,17	29,84	37,51	2,40
<b>2.3.3. Países Membros da CEDAO</b>	<b>842,46</b>	<b>10 237,78</b>	<b>11 375,73</b>	<b>29 557,62</b>	<b>28 529,65</b>	<b>36 911,20</b>	<b>28 917,12</b>
2.3.3.1. Nigéria	471,69	9 957,77	337,75	216,76	302,41	694,91	679,09
2.3.3.2. Togo	370,77	280,01	11 037,98	29 340,86	28 227,23	36 216,29	28 238,03
<b>2.4. Ásia</b>	<b>10 257,28</b>	<b>10 173,10</b>	<b>8 347,21</b>	<b>13 892,99</b>	<b>8 737,50</b>	<b>17 141,93</b>	<b>14 008,75</b>
2.4.1. China	6 870,47	7 093,66	5 160,88	9 503,70	6 148,13	7 599,63	10 475,22
2.4.2. Coreia	1 210,21	213,84	269,19	13,51	143,12	391,67	264,63
2.4.3. Indonésia	677,29	320,45	891,40	549,52	681,00	955,47	383,39
2.4.4. Japão	832,18	1 573,62	600,33	2 459,70	1 108,74	7 059,10	662,69
2.4.5. Taiwan	0,00	12,60	5,49	10,01	0,00	3,12	0,00
2.4.6. Vietname	102,68	250,58	245,92	176,87	98,55	766,69	795,30
2.4.7. Tailândia	564,44	708,35	1 173,99	1 179,67	557,96	366,25	1 427,52
<b>2.5. América</b>	<b>3 713,97</b>	<b>4 063,15</b>	<b>3 883,03</b>	<b>3 868,39</b>	<b>3 401,53</b>	<b>6 971,45</b>	<b>5 319,52</b>
<b>2.5.1. América do Norte</b>	<b>1 920,37</b>	<b>2 128,85</b>	<b>1 160,92</b>	<b>1 482,38</b>	<b>997,97</b>	<b>4 054,50</b>	<b>853,69</b>
2.5.1.1. E. U. América	1 920,37	2 128,85	1 160,92	1 482,38	997,97	4 054,50	853,69
<b>2.5.2. Outros Países da América</b>	<b>1 793,60</b>	<b>1 934,31</b>	<b>2 722,10</b>	<b>2 386,01</b>	<b>2 403,56</b>	<b>2 916,96</b>	<b>4 465,84</b>
2.5.2.1. Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.2. Brasil	1 793,60	1 934,31	2 722,10	2 386,01	2 403,56	2 916,96	4 465,84
<b>2.6. Médio Oriente</b>	<b>476,92</b>	<b>905,71</b>	<b>600,67</b>	<b>706,53</b>	<b>590,58</b>	<b>541,81</b>	<b>448,21</b>
2.6.1. Emirados A. U.	476,92	905,71	600,67	706,53	590,58	541,81	448,21
<b>2.7. Outros Países</b>	<b>5 233,21</b>	<b>4 878,85</b>	<b>7 700,75</b>	<b>10 357,33</b>	<b>11 273,90</b>	<b>17 021,95</b>	<b>12 189,67</b>
<b>3. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-2)</b>	<b>-119 574,67</b>	<b>-116 924,05</b>	<b>-102 961,60</b>	<b>-138 863,59</b>	<b>-147 995,48</b>	<b>-163 907,02</b>	<b>-128 329,98</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

<b>Anexo XV - Balança de Pagamentos</b>						
<i>Fluxos do período (Milhões de Dólares)</i>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>1. Balança corrente</b>	<b>- 80,63</b>	<b>- 87,11</b>	<b>- 57,46</b>	<b>- 100,67</b>	<b>- 79,44</b>	<b>- 85,80</b>
<b>1.1. Balança de bens</b>	<b>- 115,85</b>	<b>- 113,49</b>	<b>- 100,75</b>	<b>- 136,91</b>	<b>- 142,88</b>	<b>- 157,24</b>
<b>Exportações de bens ( f.o.b.)</b>	<b>16,03</b>	<b>13,15</b>	<b>14,24</b>	<b>20,79</b>	<b>21,86</b>	<b>23,62</b>
das quais:cacau	8,20	6,90	6,70	10,28	7,77	10,08
Óleo de palma	-	0,52	3,63	6,03	7,86	5,78
<b>Importação de bens ( f.o.b.)</b>	<b>131,88</b>	<b>126,63</b>	<b>114,99</b>	<b>157,70</b>	<b>164,74</b>	<b>180,86</b>
<b>1.2. Balança de serviços</b>	<b>- 2,61</b>	<b>- 0,79</b>	<b>- 7,00</b>	<b>8,20</b>	<b>20,53</b>	<b>30,88</b>
<b>crédito</b>	<b>68,16</b>	<b>65,13</b>	<b>37,81</b>	<b>61,05</b>	<b>75,12</b>	<b>90,53</b>
Viagens	53,00	49,71	18,82	35,77	47,52	64,01
das quais: Turismo	24,54	32,55	7,35	21,20	33,25	42,97
<b>débito</b>	<b>70,76</b>	<b>65,91</b>	<b>44,80</b>	<b>52,85</b>	<b>54,58</b>	<b>59,65</b>
<b>1.3. Rendimento primário</b>	<b>1,81</b>	<b>- 0,46</b>	<b>4,78</b>	<b>2,73</b>	<b>10,52</b>	<b>6,76</b>
<b>crédito</b>	<b>4,55</b>	<b>3,27</b>	<b>8,26</b>	<b>6,78</b>	<b>14,15</b>	<b>13,13</b>
<b>débito</b>	<b>2,74</b>	<b>3,73</b>	<b>3,48</b>	<b>4,05</b>	<b>3,63</b>	<b>6,37</b>
<b>1.4. Rendimento secundário</b>	<b>36,01</b>	<b>27,62</b>	<b>45,50</b>	<b>25,31</b>	<b>32,39</b>	<b>33,80</b>
<b>crédito</b>	<b>38,47</b>	<b>29,51</b>	<b>52,17</b>	<b>34,83</b>	<b>39,06</b>	<b>40,60</b>
remessas de emigrantes	19,18	12,60	11,65	9,97	7,70	7,55
<b>débito</b>	<b>2,46</b>	<b>1,88</b>	<b>6,67</b>	<b>9,52</b>	<b>6,67</b>	<b>6,80</b>
<b>2. Balança de capital</b>	<b>30,96</b>	<b>16,12</b>	<b>20,81</b>	<b>29,76</b>	<b>43,79</b>	<b>52,68</b>
<b>3. Balança financeira</b>	<b>- 19,76</b>	<b>- 18,25</b>	<b>- 27,46</b>	<b>- 30,63</b>	<b>- 105,18</b>	<b>- 63,30</b>
<b>3.1. Investimento directo</b>	<b>- 20,49</b>	<b>- 23,61</b>	<b>- 33,36</b>	<b>- 18,83</b>	<b>- 126,88</b>	<b>- 20,33</b>
<b>Investimento directo no exterior</b>	<b>2,03</b>	<b>- 0,47</b>	<b>- 0,33</b>	<b>- 0,04</b>	<b>0,16</b>	<b>3,60</b>
<b>Investimento directo no país</b>	<b>22,52</b>	<b>23,14</b>	<b>33,03</b>	<b>18,79</b>	<b>127,04</b>	<b>23,93</b>
dos quais:empresas petrolíferas	22,23	21,73	32,98	18,10	126,38	21,82
<b>3.2. Investimento de carteira</b>	<b>0,07</b>	<b>0,34</b>	<b>0,45</b>	<b>- 2,00</b>	<b>8,14</b>	<b>- 0,11</b>
<b>Activos</b>	<b>0,06</b>	<b>0,35</b>	<b>- 0,50</b>	<b>- 0,01</b>	<b>8,11</b>	<b>0,53</b>
<b>Passivos</b>	<b>- 0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>- 0,95</b>	<b>2,00</b>	<b>- 0,03</b>	<b>0,64</b>
<b>3.3. Derivados Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 11,80</b>
<b>3.4. Outros Investimentos</b>	<b>14,81</b>	<b>0,57</b>	<b>- 20,45</b>	<b>- 11,86</b>	<b>21,71</b>	<b>- 11,34</b>
<b>Activos</b>	<b>9,78</b>	<b>7,24</b>	<b>- 1,24</b>	<b>15,96</b>	<b>25,31</b>	<b>- 2,06</b>
<b>Passivos</b>	<b>- 5,03</b>	<b>6,67</b>	<b>19,21</b>	<b>27,82</b>	<b>3,60</b>	<b>9,28</b>
<b>3.5. Activos de Reserva</b>	<b>- 14,15</b>	<b>4,45</b>	<b>25,90</b>	<b>2,07</b>	<b>- 8,15</b>	<b>- 19,73</b>
<b>4. Erros e Omissões líquidos</b>	<b>29,91</b>	<b>52,75</b>	<b>9,19</b>	<b>40,28</b>	<b>- 69,54</b>	<b>- 30,19</b>
<i>por memória:</i>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Balança Corrente e de Capital</b>	<b>- 49,67</b>	<b>- 70,99</b>	<b>- 36,65</b>	<b>- 70,91</b>	<b>- 35,65</b>	<b>- 33,11</b>

Nota:

As principais diferenças face aos valores anteriormente publicados devem-se essencialmente à:  
Mudança de metodologia e maior cobertura de informações

Fonte: Banco Central de S. Tomé e Príncipe